

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

CRISTIANO RODRIGUES DA MOTA

**Questões da Comunicação Política e da Cracolândia de São Paulo: um estudo sobre
consustancialidade, deliberação e participação cívica na imprensa**

SÃO PAULO

2020

CRISTIANO RODRIGUES DA MOTA

**Questões da Comunicação Política e da Cracolândia de São Paulo: um estudo sobre
consustancialidade, deliberação e participação cívica na imprensa**

Versão Original

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Interfaces Sociais da Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Heloiza Helena Matos e Nobre.

SÃO PAULO

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Mota, Cristiano Rodrigues da
Questões da Comunicação Política e da Cracolândia de São Paulo: um estudo sobre consubstancialidade, deliberação e participação cívica na imprensa / Cristiano Rodrigues da Mota ; orientadora, Heloiza Helena Matos e Nobre. -- São Paulo, 2020.
135 p.: il.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão original

1. participação cívica 2. comunicação política 3. cracolândia
4. consubstancialidade 5. concepção deliberativa I. Matos e Nobre, Heloiza Helena II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

MOTA, C. R. Questões da Comunicação Política e da Cracolândia de São Paulo: um estudo sobre consubstancialidade, deliberação e participação cívica na imprensa.

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Aprovado em: ____/____/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Às mulheres que transformam minha vida,
pelo amor e pelo conhecimento:

Solange e Heloiza.

AGRADECIMENTOS

À Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação por terem me incluído no universo do conhecimento científico, pela acolhida, por terem me proporcionado trocas, experiências e crescimento pessoal, profissional e intelectual, por tornarem-me pesquisador e cientista. Sinto-me, de verdade, muito honrado!

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Heloiza Helena Matos e Nobre, a pessoa mais generosa que conheci. Poucas pessoas na vida fizeram o que fez por mim. Jamais esquecerei. Agradeço pelo carinho, pela atenção, os livros doados, emprestados, a acolhida em sua casa, em sua família, por ouvir-me, entender minhas dificuldades e ajudar-me, incondicionalmente, a vencê-las. Obrigado pelos conselhos, por mostrar-me o caminho a seguir; e por ter acreditado em mim, quando até eu mesmo não acreditava.

Ao Prof. Dr. Guilherme Fráguas Nobre, pela aula de escrita científica, pela paciência e pelas conversas que me fizeram refletir sobre assuntos variados e tópicos bastante pertinentes à minha pesquisa. Não me esqueci da promessa que fiz. Espero transmitir tudo o que aprendi a meus futuros alunos!

Ao Prof. Dr. Anderson Vinícius Romanini, com quem refleti sobre as possibilidades, potencialidades e os primeiros caminhos de minha pesquisa. Suas contribuições na banca de qualificação foram fundamentais para que este estudo pudesse ser conduzido com o rigor científico que ele merece.

À Prof^a. Dr^a. Maria Paula Dallari Bucci, por ter me proporcionado a experiência de frequentar as salas de aula da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, de participar de debates em uma área que não a minha e de aprender como o Estado, o Direito e as Políticas Públicas se relacionam em ações como as da Cracolândia. Uma honra inenarrável ter sido seu aluno de pós-graduação.

À Prof^a. Dr^a. Mayra Rodrigues Gomes, pelas preciosas sugestões, pelos incentivos, pelas conversas após o horário de aula. Pela atenção, direcionamentos e oportunidades, sou-lhe muito agradecido.

À Prof^a. Dr^a. Maria Immacolata Vassalo Lopes, pela indicação de leituras, pelos debates, a interação com os colegas e a experiência de teorizar e aplicar na prática técnicas de metodologia da pesquisa científica.

À Prof^a. Dr^a. Carla Carmona Escalera, da Universidade de Sevilha, na Espanha, por ensinar-me que a vida não precisa ser levada tão a sério, e por ter me permitido apresentar São Paulo, mesmo conhecendo tão pouco da cidade. Por dividir comigo sua paixão pela arte e o amor à filosofia, Gracias!

Aos professores doutores Bruno Wilhelm Speck, Fernando de Magalhaes Papaterra Limongi e Wagner Pralon Mancuso, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas da Universidade de São Paulo, pelos debates fomentados em sala de aula sobre representação, influência e competição.

A todos os demais docentes e discentes da Escola de Comunicações e Artes, estendido a funcionários que, com dedicação, recebem, atendem os pesquisadores e os ajudam em suas necessidades, meu obrigado.

Aos colegas do COMPOL – Grupo de Pesquisa em Comunicação Política, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, por terem me dado voz e pelo apoio nos estudos. Em especial, à Prof^a. Dr^a. Patrícia Guimarães Gil, que contribuiu sobremaneira em minha banca de qualificação.

À Tariana Brocardo Machado, que me serviu de exemplo. À Nayara Costa Nogueira, pela ajuda no desenvolvimento do projeto. À Rachel de Rosso Buzzoni, que me incentivou pelo exemplo. À Prof^a. Dr^a. Devani Salomão de Moura Reis, com quem tudo começou. À Prof^a. Dr^a. Simone Alves de Carvalho, que me fez não ter receio de me expressar. E à Prof^a. Dr^a. Maria José da Costa Oliveira, pela didática na transmissão do conhecimento. Obrigado, meninas, do fundo do meu coração!

Agradeço à minha mãe, Solange Aparecida Soares da Mota, meu porto seguro, a pessoa que aposta em mim, acredita em meus sonhos e embarca comigo neles. Eu não conseguiria iniciar o mestrado, participar de congressos, conduzir e finalizar essa pesquisa se não fosse pelo seu apoio, carinho e amor. Obrigado, Sol, que eu possa retribuir em dobro tudo o que fez e continua a fazer por mim!

É justo nominar, ainda, todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Agradeço ao Ivan Camargo, à Lívia Amara Rodrigues de Oliveira e à Ana Maria Camargo. Obrigado pela oportunidade, por insistirem em mim como profissional, por terem suportado tantas pressões. Vocês são, verdadeiramente, pessoas que fazem a diferença no mundo.

Aos ex-colegas de trabalho, Altair Vieira de Camargo, Erivelton de Moraes, Sérgio Luís Cardoso e Diléa Silva, com quem dividi a alegria do ingresso na melhor universidade da América Latina.

À Luiz Gonzaga Vieira de Camargo, Maria José Vieira de Camargo, Alessandra Vieira de Camargo Teles e Juliana Vieira de Camargo Passerani, por terem me estendido as mãos quando eu mais precisava.

À Sônia Maria Ribeiro da Silva e Maria Sílvia Franco que me compreendem tão bem, apoiam e incentivam meus objetivos. Obrigado pelas palavras de carinho e por nunca terem se esquecido de mim.

Aos companheiros do Rotary Club de Tatuí, por compreenderem minha ausência em razão desta pesquisa.

“A compreensão de questões políticas e históricas, tão profundas e fundamentalmente humanas, tem algo em comum com a compreensão de pessoas: só sabemos quem uma pessoa essencialmente é depois que ela morre” (ARENDDT, 1993, p. 40).

RESUMO

MOTA, C. R. **Questões da Comunicação Política e da Cracolândia de São Paulo: um estudo sobre consubstancialidade, deliberação e participação cívica na imprensa.** 2020. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade São Paulo, São Paulo, 2020.

O objetivo desta pesquisa é analisar a participação cívica nas discussões e construções de soluções para a Cracolândia da região central da cidade de São Paulo. Visto que os políticos podem ser autônomos, mas identificados com a atividade da comunicação exercida pela imprensa, que é quem controla a opinião pública, investiga-se, assim, se a consubstancialidade (BURKE, 1969) da política e da comunicação consiste em impeditivo à concepção deliberativa (GERSTLÉ, 2005; MATOS e NOBRE, 2006) no processo da Comunicação Política que se dá via imprensa envolvendo a territorialidade. Para tanto, recorre-se a estudo de casos múltiplos, holístico e explanatório (YIN, 2001), consistindo em análise das coberturas dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo em julho, agosto, setembro e outubro de 2012; janeiro, fevereiro, março e abril de 2013; julho, agosto, setembro e outubro de 2016; e janeiro, fevereiro, março e abril de 2017, sobre as ações implantadas para atender usuários e para pôr “fim” à territorialidade. Os dados coletados via acervos digitais são secundários e analisados quantitativamente, por meio de estatística descritiva, e qualitativamente, via análise de conteúdo realizada em duas etapas para definição do 1º e do 2º Grupo Amostral e permitindo a interpretação do 3º. Como resultados, a pesquisa apontou a reportagem como gênero principal em textos sobre a Cracolândia, com predominância em períodos pré-eleitorais, totalizando dez ações reportadas em sua maioria com o emprego de fontes oficiais, oficiosas e independentes. Dado o recorte, aferiu-se que há abertura à participação cívica, mas limitada à autoridade e ocorrendo em um momento específico: a decisão do Estado por internação involuntária e as mudanças na política pública municipal de redução de danos. Com esses resultados, visa-se trazer o debate sobre a Cracolândia para o campo da comunicação, bem como contribuir para a construção de novos espaços que contemplem opiniões públicas diversificadas no processo da Comunicação Política.

Palavras-chave: participação cívica; comunicação política; cracolândia; consubstancialidade; concepção deliberativa.

ABSTRACT

MOTA, C. R. **Issues of the Political Communication and São Paulo's Cracolândia: a study on consubstantiality, deliberation and civic participation in the press.** 2020. Dissertation (Master) - School of Communications and Arts, Universidade São Paulo, São Paulo, 2020.

The objective of this research is to analyze the civic participation on the discussions and constructions of solutions for Crackland of the central area of the São Paulo city. Since politicians can be autonomous, but identified with the activity of the communication exerted by the press, which is who controls the public opinion, it is thus investigated whether the consubstantiality (BURKE, 1969) of politics and communication is an impediment to the deliberative conception (GERSTLÉ, 2005; MATOS e NOBRE, 2006) in the Political Communication process that occurs via the press involving the territoriality. It is applied a study of multiple, holistic and explanatory cases (YIN, 2001) for this purpose, consisting of an analysis of the coverage of the newspapers O Estado de S. Paulo and Folha de S. Paulo in July, August, September and October 2012; January, February, March and April 2013; July, August, September and October 2016; and January, February, March and April 2017, about the actions implemented to serve users and to end up the territoriality. The data collected through digital archives are secondaries. They are quantitatively analyzed, applying descriptive statistics, and qualitatively, via content analysis, this one performed in two stages to define the 1st and 2nd Sample Group and allowing thus the interpretation of the 3rd. As the results, this research pointed to the reportage as the main genre in texts published about Crackland, with predominance in pre-election periods, totaling ten actions reported in its mainly with the use of official, unofficial, and independent sources. Considering the overall framework, it was noted that there is openness to civic participation but limited to authority and occurring at a specific time: the state's decision in adopting involuntary hospitalization and the changes in municipal public policy of harm reduction. With these results, this study aims to bring the debate about Crackland to the field of communication, as well as to contribute to the construction of new spaces that contemplate diversified public opinions in the process of Political Communication.

Keywords: civic participation; political communication; crackland; consubstantiality; deliberative conception.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gestão do espaço em relação ao Gênero Textual.....	p. 70
Tabela 2 - Textos Informativos e Textos Opinitivos selecionados do Estadão e Folha.....	p. 71
Tabela 3 - Quantificação dos Textos Publicados por Períodos.....	p. 72
Tabela 4 - Quantificação dos Textos Publicados por Períodos.....	p. 72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições de Comunicação Política, Autores e Anos de Publicação.....	p. 29
Quadro 2 – Diagrama do Desenho de Estudo.....	p. 67
Quadro 3 – Códigos da Categoria Ações Reportadas.....	p. 68
Quadro 4 – Códigos da Categoria Participação Cívica.....	p. 69

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 – PMs atuam em segundo dia de ocupação da Cracolândia pelo Plano de Ação Integrada.....p. 41
- FIGURA 2 - Policiais militares abordam ocupantes de imóvel visto como Cracolândia em Sorocaba.....p. 42
- FIGURA 3 - Percentuais de textos selecionados por períodos.....p. 74

LISTA DE SIGLAS

Aids – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ATENDE – Unidade Emergencial de Atendimento
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
Cratod – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas
CSSDQ – Comitê Superior de Saúde para Assuntos de Dependência Química
DBA – De Braços Abertos
Denarc – Departamento de Investigações Sobre Narcóticos
Dise – Divisão de Investigações Sobre Entorpecentes
GA – Grupo de Análise
GCM – Guarda Civil Metropolitana
GM – Gabinete do Ministro
HIV – Vírus da Imunodeficiência Adquirida
LECUCA – Levantamento das Cenas de Uso de Capitais
MPSP – Ministério Público do Estado de São Paulo
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OS – Organização Social
PACT – Programa Ação Coletiva de Trabalho
PM – Polícia Militar
POT – Programa Operação Trabalho
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RAPS – Rede de Atenção Psicossocial
RD – Redução de Danos
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SDTE – Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
SGM – Secretaria do Governo Municipal
SMAS – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
SMDHC – Direitos Humanos e Cidadania
SMJ – Secretaria Municipal de Justiça

SMS – Secretaria Municipal da Saúde

SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Pública)

SSP – Secretaria de Estado da Segurança Pública

TJ-SP – Tribunal de Justiça de São Paulo

UNIAD – Unidade de Pesquisas de Álcool e Drogas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. UM TERRITÓRIO PAULISTANO.....	20
2. COMUNICAÇÃO POLÍTICA: CAMPO EMERGENTE.....	27
2.1.1 Consubstância da Comunicação.....	32
2.1.2 A palavra, o modelo e a imprensa.....	36
2.2.1 Consubstância da Política.....	43
3. POLISSEMIA DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA.....	48
3.1 De Braços Abertos e Redenção.....	53
4. PESQUISA, METODOLOGIA, RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO.....	60
4.1 Metodologia.....	61
4.2 Unidade de Análise.....	62
4.3 Definição do Número de Casos.....	63
4.4 Seleção dos Jornais.....	63
4.5 Coleta de Dados.....	64
4.6 Análise dos Dados.....	66
4.7 Interpretação dos Resultados Quantitativos.....	70
4.8 Interpretação dos Resultados Qualitativos.....	76
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	93
ANEXO A – DEBATE NA TELEVISÃO.....	101
ANEXO B – REPORTAGENS SELECIONADAS.....	124

INTRODUÇÃO

A introdução do crack no Brasil deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Quando chegou às bandas de cá, a droga proporcionou uma nova fissura aos usuários, que estavam temerosos em relação à cocaína pelo risco de contaminação do HIV devido ao compartilhamento da injeção, mas acostumados aos entorpecentes como a maconha, a cola de sapateiro e os solventes. “Mais seguro”, o crack tornou-se também mais barato que os demais entorpecentes e, em São Paulo, formou um modelo de mercado, fixou clientela e demarcou território: a Cracolândia da região central. Trouxe efeitos que, ao contrário do que ocorre com a droga, perduram mais que 15 minutos.

Quatro décadas já se passaram desde os primeiros registros policiais de apreensão da droga, na Zona Leste da capital, e mais de três da ocupação da área pelo tráfico, usuários, pessoas em situação de rua e poder público. A imprensa vem acompanhando os acontecimentos e as transformações na territorialidade pari passu ao Estado, em um processo que extrapola a função da informação. Engloba a formação da opinião pública, conduz o debate sobre as políticas públicas e os discursos políticos, atuando em uma relação de consubstancialidade com a política. É esta interação, que se dá no processo da Comunicação Política, a base desta investigação.

O objetivo desta pesquisa é analisar se a interação que se dá entre os jornalistas e os políticos, via imprensa, impede a participação de indivíduos não ligados à política e à comunicação nos debates envolvendo a Cracolândia da região central da cidade de São Paulo noticiados pelos veículos de comunicação. De imediato, adota-se a visão geral dos autores sobre a Comunicação Política, que os entendem como um processo de troca de discursos contraditórios entre três atores, a saber: os políticos, os jornalistas e a opinião pública, esta por meio de pesquisas.

Desdobra-se o objetivo geral em três objetivos específicos que se resumem no levantamento das ações reportadas sobre a Cracolândia e produzidas dentro do processo de Comunicação Política; na análise da pertinência da teoria da consubstancialidade (BURKE, 1969) ao objeto de estudo; e na averiguação da existência ou não de abertura para a participação cívica. A abordagem se dá por três questões, sendo a primeira sobre os acontecimentos, os períodos que eles pautam os veículos, a frequência e os formatos; a segunda, a respeito das fontes empregadas para a produção das notícias que tratam da territorialidade; e a última, relativa às coberturas jornalísticas e as políticas públicas e a contemplação da concepção deliberativa.

No capítulo 1, o estudo aborda o crack, o que é, como é consumido, quais estímulos a droga provoca no sistema nervoso central, quanto tempo duram os efeitos e quais são os danos físicos e psíquicos provocados pelo abuso e pela dependência. Este capítulo trata ainda do surgimento da droga nos Estados Unidos, o alcance no mundo e o aparecimento dela no Brasil, com a popularização na capital paulista e a constituição da Cracolândia, um “dos maiores problemas do centro de São Paulo”. São apresentados os perfis dos craqueiros traçados por pesquisadores ao longo dos anos, a contribuição do processo de migração para o crescimento do espaço, as intervenções realizadas por Estado e município, e introduzida a ideia de trazer o debate sobre a Cracolândia para a comunicação. Por tratar de questão de saúde (consumo e efeitos de droga), este capítulo traz mais referências que os demais, o que pode, em um primeiro momento, ocasionar uma quebra na leitura. Contudo, para manter o rigor científico, optou-se “pelo pecado do excesso”.

No capítulo 2 são apresentados os conceitos da Comunicação Política, as dificuldades de estudo e justificada a opção pela Comunicação Pública em maiúscula e não em minúscula. A origem, as tentativas de designação e as eras do campo são descritas juntamente com a conceitualização de 30 anos de contribuições, compiladas em sequência temporal para que se possa distinguir a Comunicação Política dos demais fenômenos da comunicação e da política e a discutir, a partir daí, a consubstancialidade da política e da comunicação, de modo a construir este estudo de casos.

O capítulo 3 trata da polissemia da Comunicação Política, compreendida a partir das quatro concepções nas perspectivas de Gerstlé (2005) e Matos e Nobre (2006), considerando a importância dos meios de comunicação. Na instrumental, predominam as técnicas; na ecumênica, a circulação da informação; na competitiva, a influência e o controle; e na deliberativa, o debate coletivo. São apresentados ainda os programas municipais implantados pela Prefeitura da cidade de São Paulo como respostas à territorialidade: o De Braços Abertos e o Redenção. Na discussão dessas políticas públicas, optou-se pela abordagem das bases jurídicas para evitar eventuais interpretações que possam polarizar ou comprometer os resultados da pesquisa e para exemplificar como os governos da capital paulista balizaram ações que se contrapõem.

O capítulo seguinte é dedicado à metodologia e interpretação dos dados, seguido da conclusão.

1. UM TERRITÓRIO PAULISTANO

O crack é uma droga psicoativa (MOREIRA, 2013, p. 89), de rápido e notável efeito estimulante (FERRI et al., 1997, p. 25), resultante da mistura de pasta base de cocaína com água e bicarbonato de sódio (PEDROSA et al., 2016, p. 957). Ao ser aquecido a mais de 100°C, o composto passa por processo de decantação, no qual as substâncias líquidas e sólidas são separadas (CASTRO et al., 2015, p. 254). Com o resfriamento, formam-se cristais, que produzem um característico estalido (HART, 2014, p. 163). O termo é uma onomatopeia e se refere ao som produzido durante a fabricação (TEIXEIRA; ENGSTROM; RIBEIRO, 2017, p. 312). A droga é vendida na forma de pequenas pedras (OLIVEIRA; NAPPO, 2008, p. 213) e tragada em cachimbos, cigarros e outros objetos improvisados (DUALIBI; RIBEIRO; LARANJEIRA, 2008, p. 545).

Consumido na forma fumada, o crack produz pequenas partículas que são absorvidas rapidamente pelos pulmões (FERRI et al., 1997, loc. cit.). Elas estimulam o sistema nervoso central, ativando os sistemas de recompensa do cérebro, bloqueando a recaptação¹ pré-sináptica da dopamina, noradrenalina e serotonina (ESCOBAR et al., 2018, p. 354), neurotransmissores responsáveis pela sensação de prazer (WILLIAMS; POTENZA, 2008, p. 26). A fumaça inalada é conduzida pela circulação sanguínea diretamente dos pulmões para o cérebro (KOLLER et al., 2012, p. 265) e leva, em média, de seis a oito segundos para fazer efeito (CASTRO et al., 2015, loc. cit.), com pico de concentração plasmática² atingido entre cinco e dez minutos (FERRI et al., 1997, loc. cit.).

O abuso e a dependência do uso do crack resultam em danos físicos, psíquicos e sociais (ROSSI; TUCCI, 2020, p. 2), como a exposição ao HIV/Aids (Vírus da Imunodeficiência Adquirida/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), às hepatites B e C, à violência física, à mortalidade, entre outros (PEDROSA et al., 2016, loc. cit.). Não raramente, culminam com a dependência psíquica (RODRIGUES et al., 2012, p. 1.248), além de acarretarem prejuízos à saúde que podem ser agudos ou crônicos, como os problemas pulmonares – tosse, expectoração, pneumonia, hemoptise, broncoespasmo e edema pulmonar (MARQUES; CRUZ, 2000, p. 33). No aspecto social, destacam-se o isolamento, a marginalização por atos ilícitos, a degradação física e de caráter, o rompimento de laços afetivos com a família, caos e pânico coletivos, perda

¹ Quando o neurotransmissor é captado de volta. Para saber mais, ver: GAZZANIGA, Michael. *Ciência Psicológica*. Porto Alegre, Artmed, 5ª Ed, p. 84, 2017.

² A capacidade do fármaco de alcançar o seu órgão-alvo numa concentração efetiva. Fonte: ICTQ – Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade. Disponível em: <<https://www.ictq.com.br/varejo-farmaceutico/838-farmacocinetica-clinica-e-farmacodinamica>>. Acesso: 11 jun. 2019.

de esperança na vida e dificuldades de acesso aos serviços de saúde (RODRIGUES et al., 2012, p.1.248-1.249).

Inicialmente identificado nas ruas dos Estados Unidos na década de 1980 (PERRENOUD; RIBEIRO, 2012, p. 33), o crack tornou-se uma droga internacional. Alcança cinco dos seis continentes do mundo³, segundo o “The World Drug Report 2019”, produzido pelo UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) com dados dos Estados-Membros⁴. De acordo com o documento, a prevalência do uso do crack no ano de 2017 – incluindo a cocaína e os derivados dela (pasta, base, basuco, paco e merla) – atingiu 18,070 milhões de pessoas entre 15 e 64 anos, com maior concentração nas Américas. As regiões do Caribe, América Central, América do Norte e América do Sul somaram 9,930 milhões de consumidores.

No Brasil, o surgimento do crack é reportado, grande parte, em estudos na área da saúde, embora as informações de como ele chegou ao país sejam geralmente provenientes da imprensa ou de órgãos policiais (PERRENOUD; RIBEIRO, op. cit., p. 34). Dualib, Ribeiro e Laranjeira (2008, p. 549), Nappo, Galduróz e Noto (1996, p. 566) e Horta et al. (2009, p. 33) – para citar alguns dos autores com pesquisas sobre o crack – mencionam que a droga se popularizou nas ruas do país entre crianças e adolescentes no final dos anos 80. Raupp e Adorno (2011, p. 2.614) e Arruda (2014, p. 37) pontuam o aparecimento em meados de 1988, em bairros da periferia da cidade de São Paulo. E Jorge et al. (2013, p. 2.319) demarcam o início do consumo na zona leste da capital paulista, no bairro de São Mateus, o ponto de partida da droga na cidade (UCHÔA, 1996, p. 103).

O crack tornou-se popular no país após os traficantes (comerciantes de drogas ilícitas) passarem a importar ou produzir essa forma de cocaína de menor custo de produção, com alto potencial de dependência (RODRIGUES et al., 2012, loc. cit.) e consequentemente mais facilmente vendável (FRANCO NETTO, 2013, p. 10). Tornou-se uma alternativa de consumo à cocaína pelas populações mais carentes financeiramente (JORGE et al., op. cit., p. 2.914). Disseminou-se rapidamente em locais socialmente excluídos (WANDEKOKEN; SIQUEIRA, 2013, p. 55) e em um momento crítico para a saúde pública. A crescente epidemia de Aids na década de 1980 levou usuários de cocaína intravenosa a migrarem para o uso de crack para

³ A exceção é a Antártida. O relatório abrange dados de países divididos em sub-regiões: África, Américas, Ásia, Europa e Oceania.

⁴ O UNODC soma 193 Estados-Membros, tendo requisitado para o estudo, contudo, dados de 199 possíveis respondentes e obtendo 108 e 112 respostas nos questionários de “Extensão e padrões e tendências do uso de drogas (ARQ Parte III)” e “Extensão e padrões e tendências no cultivo, manufatura e tráfico de drogas” (Parte IV). Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR19_Booklet_2_DRUG_DEMAND.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

evitar as drogas injetáveis (NAPPO et al., 2012, p. 574). Receosa do HIV e em busca de efeitos mais intensos, uma parte deles escolheu o crack como alternativa (DUNN; LARANJEIRA, 1999, p. 16). Usuários de maconha e poliusuários⁵ também adicionaram a droga a seus padrões de consumo, além de, ainda, usuários que a adotaram como primeira substância (PERRENOUD; RIBEIRO, 2012, p. 34).

Com a entrada nos presídios brasileiros, em 1992, a droga varreu a cocaína injetável do mapa (VARELLA, 1999, p. 128) e, na capital paulista, encontrou espaço na região central (RUI, 2014, p. 95). Embora o uso persista em território nacional (OLIVEIRA; NAPPO, 2008, p. 665), é na região Sudeste que o consumo em locais públicos é bastante mais visível⁶. De fato, o crescimento do crack é muito mais evidente em São Paulo do que nas outras cidades (FERRI et al., 1997, p. 26).

A despeito do comércio de maconha e de cocaína em pó, o crack é a única droga que conseguiu demarcar território em São Paulo (UCHÔA, 1996, p. 73), sendo usado em toda a região da Estação da Luz desde aproximadamente 1991 (SILVA, 2000, p. 22). Dois anos depois, o consumo alcançou grandes dimensões (RAUPP; ADORNO, 2011, p. 2.614), gerando apropriação do espaço público por vendedores e usuários de drogas e constituindo o que é considerado hoje um dos maiores problemas do centro de São Paulo (RAUPP; ADORNO, op. cit., p. 2.615): a Cracolândia.

Fonte inesgotável de notícias, de histórias e de pânico (RUI, op. cit., p. 91), a Cracolândia é um lugar de concentração de marginalizados que se deu em região não periférica, explicada por mediações particulares (ARRUDA, 2014, p. 52). Um espaço dinâmico, fluído, sujeito a transformações diárias e novas formas de existir (MENEZES, 2016, p. 17). Situado em zona urbana (MALLART, 2019, p. 60), no centro de São Paulo (RIBEIRO et al., 2016, p. 571), por onde se movimenta (RUI, 2012, p.168).

A região mais famosa de uso de crack do país (RUI, op. cit., p. 187) é um espaço marcado pela sociabilidade direta das pessoas que se identificam com o território – uma localidade, mas também um território simbólico e existencial (ADORNO et al., 2013, p. 6) e

⁵ Pessoa que utiliza combinação de várias drogas simultaneamente ou dentro de um curto período de tempo, ainda que tenha predileção por determinada droga. Ver: Padrões de Uso de Drogas. Eixo Política e Fundamentos, Portal Aberta, da Senad (a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas). Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201704/20170424-094251-001.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

⁶ Pesquisa Nacional Sobre o Uso de Crack. Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?. Orgs. Francisco Inácio Bastos e Neilane Bertoni. ICICT/FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2019.

itinerante (FRUGOLI JR; SPAGGIARI, 2010, p. 3). A área dela flutua⁷ entre duas estações de trem⁸ e a antiga estação rodoviária da cidade de São Paulo, na região da Luz, composta pelos bairros da Luz, Bom Retiro e Santa Ifigênia (SILVA, 2000, p. 42), tendo nas redondezas um fluxo grande de pessoas que tomam trens suburbanos, além de hotéis e pensões de baixíssimo custo (GOMES; ADORNO, 2011, p. 570).

Há várias cenas de drogas com diferentes graus de visibilidade em São Paulo, mas a Cracolândia é a maior, a mais antiga (RIBEIRO et al., 2016, p. 571) e a mais lucrativa delas. Lar de 2.000⁹ adictos¹⁰, a “terra do crack” (RUI, 2014, p. 95), movimentada, mensalmente, uma média de quase R\$ 10 milhões (R\$ 9.703.155,00)¹¹. A economia e a organização dessa territorialidade são controladas principalmente pelo tráfico local de drogas e pelas atividades ligadas a uso de drogas, como a venda de objetos roubados e a prostituição (RIBEIRO et al., 2016, loc. cit.).

A Cracolândia possui a característica de ser móvel, mas relativamente passível de ser mapeada (RUI, op. cit., p. 96). A concentração de pessoas em torno do comércio e uso do crack (MARTINS; CALIL; ADORNO, 2017, p. 180) move-se para as regiões adjacentes de acordo com as ações de repressão que vai sofrendo (GOMES; ADORNO, op. cit., p. 571), em um perímetro pentagonal (FRUGOLI JR; SPAGGIARI, 2010, loc. cit.), formado basicamente pelas avenidas Duque de Caxias, Rio Branco, Ipiranga, Cásper Líbero e Rua Mauá (RUI, 2012, p. 49). No correr de duas décadas, o fluxo antes fixado na Rua dos Gusmões, Protestantes, Triunfo, Couto de Magalhães e Largo General Osório (SILVA, op. cit., p. 44) foi se alterando e se deslocando para as

Ruas Guaianazes, do Triunfo, Vitória, Mauá, Glete, Helvétia, Ana Cintra, dos Protestantes, dos Gusmões, dos Andradas e General Couto de Magalhães;

⁷ Cf. A Ordem do Fluxo. Peu Araujo, Uol. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/a-ordem-do-fluxo/#a-ordem-do-fluxo>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

⁸ Estação da Luz e Estação Júlio Prestes. Cf. Pontos turísticos da capital têm sujeira e uso de drogas. Leonardo Zvarick. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/04/pontos-turisticos-da-capital-tem-sujeira-e-uso-de-drogas.shtml>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

⁹ Drugs in Brazil—cracking up. Economist, 6 April 2013. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2013/04/06/cracking-up>. Acesso em: 20 fev. 2020.

¹⁰ Em dezembro de 2019, a SEDS (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social) divulgou o primeiro levantamento do perfil de usuários de drogas da Cracolândia que atualiza o número de moradores para 1.680. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1685.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

¹¹ Dados da pesquisa da UNIAD (Unidade de Pesquisas de Álcool e Drogas), da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) e que mapeou o perfil dos frequentadores em 2016, 2017 e 2019. Levantamento das Cenas de Uso de Capitais. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1527oQaXnU_aA5v22SxmKc3tQ0F20OgyL/view. Acesso em: 15 mar. 2020.

Largo General Osório, alamedas Dino Bueno e Barão de Piracicaba; trechos das avenidas Cásper Líbero, Duque de Caxias, Rio Branco e Ipiranga; praças Princesa Isabel e Júlio Prestes; todos endereços que já nos deram indícios das adjacências e concentrações dos usuários de crack. (RUI, 2014, p. 96)

Pode-se ali encontrar usuários de drogas das mais diversas classes sociais, originários de diferentes bairros da região metropolitana de São Paulo e nas mais diversas situações (GOMES; ADORNO, 2011, p. 571), mas não somente eles. A Cracolândia atrai moradores de rua, ex-presidiários e indivíduos incapazes de integrar a sociedade convencional (RIBEIRO et al., 2016, p. 571).

O perfil inicial do craqueiro¹² do final dos anos 80 era: pobre, com menos de 30 anos, passado de drogas, vivendo em bairro degradado, em família desestruturada (UCHÔA, 1996, p. 43). Na década de 90, o usuário foi identificado como homem, jovem, de baixa escolaridade e sem vínculos empregatícios formais¹³. Junto a esse, circulavam adolescentes infratores e prostitutas (MAGALHÃES, 2015, p. 139). Padrão que seguiu confirmado pelos estudos científicos (OLIVEIRA, 2007, p. 18; FRUGOLI JR; SPAGGIARI, p. 2), mudando com o ingresso de pessoas de classe média nas filas dos pontos de venda para conseguir uma pedra (UCHÔA, 1996, loc. cit.) e em decorrência da imigração. Para Santos (2018, p. 337), os temas Cracolândia e imigração são contíguos. Mas o autor argumenta que não se pode correr o risco de delegar aos imigrantes a existência da Cracolândia, ou o que ela seja, decorrente de planos migratórios frustrados.

O fato é que na década de 1990, o processo de imigração na cidade de São Paulo já havia chegado a uma saturação, o que possibilitou, por exemplo, o estabelecimento de outras redes migratórias com variados destinos (SANTOS, 2018, loc. cit.). Na Cracolândia, quase duas décadas depois, em 2009, estrangeiros de todos os lugares se misturaram, cada vez mais, ao bloco de pessoas sem identidade, que andavam enroladas em cobertores, com o cachimbo na mão, acendendo pedras de crack a qualquer hora do dia¹⁴. E sete anos mais tarde, em 2016,

¹² Termo usado para se referenciar os usuários de crack. Ver mais em: Domanico, Andrea. Craqueiros e cracados: bem-vindo ao mundo dos nórias. Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos piloto do Brasil. UFBA. Tese de doutorado, 2006. Disponível em: <<https://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/29.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

¹³ Cf. NAPPO, A. S., GALDURÓZ, J. C. F. e NOTO, A. R. (1994). Uso de crack em São Paulo: fenômeno emergente? Revista Associação Brasileira de Psiquiatria, 16, 75-83; e NAPPO, A. S. Banquêros e Craquêros. Um estudo etnográfico sobre o consumo de cocaína na cidade de São Paulo. São Paulo, 1996. [Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Paulo]

¹⁴ Cf. Prefeitura mapeia imigrante na Cracolândia. Fernanda Aranda. O Estado de S. Paulo, 5 de outubro de 2009. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-mapeia-imigrante-na-cracolandia,445886>>. Acesso em: 7 de mai. 2018.

imigrantes vindos de outros países totalizaram 1,9% dos frequentadores da Cracolândia, aumentando para 2,9% em 2017, registrando 2,8% em 2018 e caindo para 1% em 2019, de acordo com o LECUCA (Levantamento das Cenas de Uso de Capitais). Trata-se de pesquisa realizada pela UNIAD (Unidade de Pesquisas de Álcool e Drogas), da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) com objetivo de mapear o perfil dos frequentadores da Cracolândia. O estudo investiga o perfil deles quanto às características sociodemográficas, condições de saúde, histórico de uso de drogas e de tratamentos, e nível de vulnerabilidade social e comportamentos de risco¹⁵.

Os dados divulgados em fevereiro de 2020 demonstram que o perfil inicial, de usuários tipo *hard* ou compulsivo (RAUPP; ADORNO, 2010, p. 35) pouco mudou. A população da Cracolândia continua sendo composta por uma maioria de homens (68,7%)¹⁶, com idade média de 36 anos; as mulheres somam 23,7% (na faixa etária dos 35 anos); e os transgêneros, 7,5%, com idade intermediária de 30 anos.

A Cracolândia atrai e concentra uma ampla diversidade de usuários de crack (RUI, 2014, p. 99). Apesar de o público prevalente ser da classe baixa (NAPPO et. al., 2001, p. 248) – grande parte com passagem pelo sistema prisional (MARTINS; CALIL; ADORNO, 2017, p. 179) –, também circulam pelo território

frequentadores com maior poder aquisitivo, pessoas arrumadas com terno ou roupas de trabalho que passam ali apenas para comprar a droga ou para fumá-la em algum intervalo do trabalho; jovens de classe média ou alta; crianças em situação de rua; catadores de material reciclável (GOMES; ADORNO, 2011, p. 571)

Alvo de intervenções estatais desde seu surgimento nos anos 1990 (NASSER, 2018, p. 246), a Cracolândia tornou-se questão de grande interesse público do país a partir de 2008 (RUI, 2019, p. 581), com a “Operação Sufoco”, ação que guarda diversas similaridades com outras operações que ocorreram na cidade de São Paulo a partir de 2005, conhecidas como “Operação Saturação” (MAGALHÃES, 2015, p. 14). Em janeiro de 2012, novos acirramentos dos conflitos e das intervenções ostensivas colocaram a territorialidade no centro da questão social brasileira contemporânea (RUI, 2014, loc. cit.), o que se repetiu em janeiro de 2014, abril e

¹⁵ Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1527oQaXnU_aA5v22SxmKc3tQ0F20OgyL/view>. Acesso em: 11 abr. 2020.

¹⁶ Dados de 2019. Ver: Id. 2020.

dezembro de 2015, agosto de 2016, março de 2017, abril e maio de 2019, e, mais recentemente, janeiro, fevereiro, março e abril de 2020, demonstrando que o Estado não se faz ausente (RUI, 2012, p. 198).

Considerando as intervenções, os contextos histórico, econômico e migratório, verifica-se que a Cracolândia é extremamente visível, estudada e midiaticizada (RUI, 2019, p. 575), o que nos leva a uma questão geral, recorrente, e por isso bastante comum, mas de difícil resposta: por quê a Cracolândia ainda existe? Um exame das pesquisas científicas permite-nos avançar em uma direção. Recorrentemente, a Cracolândia motiva estudos na Saúde e na Sociologia, como pode ser constatado no Portal de Periódicos da Capes¹⁷ e SciELO (Scientific Electronic Library Online)¹⁸. O primeiro, registra 119 trabalhos em sua base de dados científicos on-line, sendo 64 deles listados nas duas áreas mencionadas; o segundo, 14 pesquisas, nenhuma na área da Comunicação¹⁹. Essa tabulação leva em conta apenas as produções que abordam, estão relacionadas ou fazem alguma menção à Cracolândia. Porém, abre-nos um primeiro caminho para pensarmos o papel das comunidades (BOURDIEU, 2004, p. 40), para além da científica e da política, na construção de soluções.

Como visto anteriormente, a Cracolândia é, toda ela e desde o princípio, constituída de intervenções estatais violentas (RUI, 2013, p. 289) e o Estado sempre esteve presente desde sua formação enquanto espaço de consumo de uso de crack (MENEZES, 2016, p. 15). Contudo, o mesmo Estado disputa com ONGs, igrejas, ativistas, jornalistas e pesquisadores pelo melhor tratamento aos usuários do crack (RUI, op. cit., 582). Nesse contexto, os jornalistas desempenham papel importante, pois o jornalismo, como cita Bourdieu (1997, p. 12), pertencente ao campo das ciências, tem autonomia e, portanto, age como o responsável pelas demandas sociais. O autor ainda argumenta que uma parte enorme dos problemas ditos sociais são, na realidade, “produtos de uma espécie de circulação circular entre os jornalistas” (BOURDIEU, op. cit., p. 76), uma dinâmica que poderia permear a Cracolândia e que será discutida no capítulo dois.

Essa linha de pensamento ajuda a explicar a produção científica, que prioriza estudos abordando os usos problemáticos do crack (MALHEIROS, 2012, p. 79), dentro do universo da

¹⁷ O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

¹⁸ - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, resultado de pesquisa da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde e apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

¹⁹ Consulta feita em 1 de junho de 2018 e atualizada em 23 jun. 2020, às 12h.

Cracolândia, mas não satisfaz a questão geral já mencionada. Tampouco é suficiente para avançarmos no propósito deste estudo: trazer o debate para a comunicação. Para tanto, esta pesquisa tem como objetivo discutir a Cracolândia da cidade de São Paulo nas concepções da Comunicação Política propostas por Jacques Gerstlé (2005) e Heloiza Matos e Nobre (2006) a partir de estudo de caso.

Mas antes de avançarmos, é preciso sanar uma dúvida: é a Cracolândia um problema de Comunicação Política?

2. COMUNICAÇÃO POLÍTICA: CAMPO EMERGENTE

Para respondermos à indagação anterior, fazem-se necessárias uma imersão e uma digressão, obrigatoriamente nesta ordem. Começando pela definição da Comunicação Política, mas não somente sobre o que é, também do que trata e do que não trata; e seguindo com a consubstancialidade da política e da comunicação. Antes, ainda, é fundamental demarcarmos a escolha da Comunicação Política (em maiúscula), ante a comunicação política (em minúscula), tomando como base o conceito de Canel. A autora argumenta que Comunicação Política é uma expressão que designa um campo de recente e crescente desenvolvimento no âmbito científico”, ao passo que comunicação política é um termo amplo, restrito ao mundo profissional, mas que inclui fenômenos comunicativos com rótulos variados: propaganda, marketing eleitoral, marketing político, relações públicas políticas ou comunicação institucional política (CANEL, 1999, p. 17).

Dito isto, passemos para as definições já postuladas sobre o campo. Contudo, é preciso adicionarmos mais uma glosa à nossa reflexão para que possamos considerar as dificuldades que se impõem à esta pesquisa: a “elasticidade conceitual” (GERSTLÉ, 2005, p. 15). A Comunicação Política, assim como a comunicação e a política, não se deixa fechar facilmente em definições totalmente herméticas, acolhe, portanto, “um conjunto de significados, ações, princípios e práticas não de todo definido, nem limitado” (CANEL, 1999, loc. cit.). Datada na década de 1950, a Comunicação Política, mesmo tendo passado por três fases sucessivas ao pós-guerra (BLUMLER; KAVANAGH, 1999, p. 212), ainda é um campo emergente (NIMMO; SANDERS, 1981a, p. 12).

Embora a gênese da Comunicação Política tenha sido traçada por estudos anteriores, com contribuição advinda em essência da ciência política, não se pode escapar a ela. Cabe-nos, então, a pretensão de desfragmentá-la para que, a partir da apresentação da sua historicidade,

possamos pinçar dos conceitos formulados à luz da ciência aqueles que mais se encaixam nos propósitos desta pesquisa.

A origem da Comunicação Política remonta a vários séculos, mas seu foco transdisciplinar consolidou-se na década de 1950. Nimmo e Sanders (1981a, p. 12), Dader (2008, p. 2) e Canel (1999, p. 20) apontam para o trabalho de Eulau, Eldersveld e Janowitz²⁰, como uma das primeiras tentativas de designar o campo. Sob a ótica do processo mediador entre as instituições governantes e os eleitores, os autores sublinharam os aspectos representacionais da ação política. Incluíram, no estudo, uma declaração “instrutiva e profética” (NIMMO; SANDERS, 1981a, loc. cit.) que se revelou latente por três décadas: a pouca produção científica a respeito da Comunicação Política frente a trabalhos semelhantes em outros campos substantivos da ciência social. Nimmo e Sanders consideraram a declaração instrutiva porque ela designou e definiu os limites da Comunicação Política. E profética, pois, desde 1930, quando da publicação da primeira edição da Enciclopédia das Ciências Sociais, até o início da década de 1980, os estudos permaneceram “imersos na infância” (DADER, 2008, loc. cit.), carecendo de estrutura epistemológica. Sobre isso, Dader, referenciando Gerstlé (2005, p. 9), afirma que a situação implicou, mais tarde, no fato de a Comunicação Política ser considerada pelas grandes especialidades das ciências sociais um objeto de estudo ilegítimo, trivial ou inexistente.

No estágio incipiente, os estudos de Comunicação Política miraram nos sistemas político e partidário e nos eleitores, ficando a investigação subordinada às instituições e crenças políticas. Este período compreendeu as duas primeiras décadas pós Segunda Guerra Mundial, sendo caracterizado pelo excesso de mensagens políticas; acesso das mensagens aos meios de comunicação de massa; e pelas respostas dos eleitores via seletividade e reforço; momento situado por Blumler e Kavanagh como sendo a primeira era da Comunicação Política. A segunda era, conforme os autores, começou a partir da década de 1960, sendo moldada pela dominação da televisão. Ocorrem nesse intervalo quatro transformações: a redução da frequência de padrões seletivos de exposição à propaganda partidária; a imposição de um meio, exigindo justiça, imparcialidade e neutralidade, como plataforma central de divulgação de mensagens; a ampliação da audiência para um setor do eleitorado que antes era menos acessível e menos exposto; e a ideia do telejornal como canal crucial de influências de curto prazo (BLUMLER; KAVANAGH, 1999, p. 211). A terceira era da Comunicação Política ainda está

²⁰ Ver mais em: EULAU, Heinz; ELDELSVELD, Samuel J.; JANOWITZ, Morris. *Political Behavior: A Reader in Theory and Research*, 1956.

em evolução, sendo caracterizada pela proliferação dos principais meios de comunicação, abundância de mídia, aumento das pressões competitivas, alcance e celeridade (BLUMLER; KAVANAGH, 1999, p. 213).

Canel (1999) nos ajuda a ilustrar as tentativas iniciais de definição e delimitação da Comunicação Política como campo de estudo. A autora reuniu sete dos principais conceitos formulados entre 1966 e 1995, retomados aqui, em quadro, seguindo ordem cronológica. Como contribuição, acrescentamos a definição de Gabriel Almond, de 1960, em “The Politics of The Developing Areas”:

Quadro 1 - Definições de Comunicação Política, Autores e Anos de Publicação

Definição	Autor	Ano
“Todas as funções desempenhadas no sistema político — socialização política e recrutamento, articulação de interesses, agregação de interesses, criação de regras, aplicação de regras e julgamento de regras — são desempenhadas por meio da comunicação”	ALMOND, p. 45	1960
“Atividade comunicativa considerada política em virtude das consequências atuais e potenciais que ela tem sobre o funcionamento do sistema político”	FAGEN, p. 20	1966
“Símbolos políticos mais destacados da elite da imprensa”	ARORA; LASSWELL	1969
“O papel da comunicação no processo político”	CHAFFE, p. 15	1975
“Comunicação com efeitos reais ou potenciais na operação de um estado político ou de uma entidade”	BLAKE; HAROLDSEN, p. 44	1975
“Atividade comunicativa considerada política em virtude de suas consequências atuais ou potenciais na regulação da conduta humana, quando esta se encontra em condições de conflito”	NIMMO, p. 7	1978
“Qualquer troca de símbolos e mensagens condicionada pelo sistema político e que, por sua vez, o influencie”	MEADOW, p. 4	1980
“Símbolos criados pela mídia para manter a sociedade ciente da existência de instituições políticas; isto é, são as imagens que ajudam as pessoas a lembrar que votam, que o governo é controlado ou que a constituição funciona”	TRENT; FRIEDENBERG, p. 4	1995

Fonte: CANEL, Maria José. Comunicación Política. Una guía para sus estudios y práctica. Madrid: Tecnos., 1999, p. 20-21, tradução nossa.

Até os anos 70, Gerstlé (2005, p. 35) aponta que a investigação esteve centrada no empirismo, com temas dominados pelo modelo linear de Lasswell (quem diz o quê, para quem e com qual efeito?). De 1980 em diante, houve uma expansão considerável dos limites da Comunicação Política, por esforço interdisciplinar de construção do conhecimento (NIMMO; SANDERS, 1981a, p. 13), resultando não só em domínio de publicação, como na criação de uma área de ensino. Conquanto inúmeras perspectivas tenham sido abertas, a pesquisa do campo segue comprometida com o nascimento da Teoria da Comunicação, como aponta Matos e Nobre (2006, p. 67), o que não significa estagnação do ponto de vista da conceitualização, a se observar com as contribuições ao longo de 30 anos, compiladas nesta pesquisa também em sequência temporal.

Começamos, então, por Denton e Woodward que definem Comunicação Política como “discussão pública sobre a alocação de recursos públicos (dinheiro), autoridade oficial (quem decide) e sanções oficiais (o que deve ser recompensado ou punido)” (DENTON; WOODWARD, 1985, p. 15-16). Segundo os autores, essa discussão ocorre quando há conflito entre interesses concorrentes e quando esse conflito encontra uma voz pública. Portanto, a Comunicação Política é um agente mediador de valor, substituindo o conflito violento e tornando possível uma mudança ordenada.

Wolton acresceu duas contribuições aos estudos do campo. Inicialmente, conceituou a Comunicação Política como “o espaço onde se trocam os discursos contraditórios dos três atores que têm legitimidade para se expressar publicamente sobre política, e que são políticos, jornalistas e a opinião pública através das pesquisas” (WOLTON, 1989, p. 30). Definiu, isto posto, quem discute. Posteriormente, reformulou a ideia inicial, chamando a Comunicação Política de “um processo dinâmico aberto, não como uma técnica, um lugar de confronto do discurso político oposto, retransmitido tanto por jornalistas, por políticos ou pela opinião através das pesquisas” (WOLTON, 1995, p. 108).

Bobbio, ao elaborar o Dicionário de Política, centrou-se no conceito de circulação de mensagens no sistema político. Para ele, a Comunicação Política pode ser definida como “o conjunto das mensagens que circulam dentro de um sistema político, condicionando-lhe toda a atividade, desde a formação das demandas e dos processos de conversão às próprias respostas do sistema” (BOBBIO, 1998, p. 200). É, metaforicamente, o “sistema nervoso” de toda a unidade política.

Para Canel, Comunicação Política “é um processo que implica a todos os atores de forma ativa. Pois todos operam, todos influenciam, todos interagem” (CANEL, 1999, p. 25). É

também o campo de estudos que compreende a atividade de determinadas pessoas e instituições. A autora insere os cidadãos à lista de atores que participam do intercâmbio envolvendo assuntos públicos.

Dader refere-se à Comunicação Política como “produção, difusão e troca de símbolos e representações cognitivas sobre política, tendo como consequência a geração de percepções e reações sobre essa política. (DADER, 2008, p. 3). E Pati entende-a como um “processo de comunicação que ocorre no contexto político, isto é, no contexto do funcionamento do sistema político” (PATI, 2010, p. 412). Envolve, então, a comunicação de informações explicitamente políticas, não políticas, mas politicamente relevantes que afetam o sistema político e a sua dinâmica.

O entendimento de Holtz-Bacha e Kaid é um pouco mais restritivo, dado o fato de que, para eles, a Comunicação Política refere-se à “comunicação emitida por, ou ocorrendo entre os atores políticos: as mensagens do sistema político e suas partes individuais para a mídia ou diretamente para os cidadãos e as ofertas politicamente relevantes da mídia”. (HOLTZ-BACHA; KAID, 2011, p. 395).

As mensagens, para McNair, são o que definem a Comunicação Política. Entretanto, o autor ressalta que tanto para ele, quanto para Graber (1981), elas não são “apenas declarações verbais ou escritas, mas também meios visuais de significação” (MCNAIR, 2011, p. 4). São, assim, todos os elementos de comunicação que podem ser ditos, como uma imagem ou identidade política.

Matos e Nobre e Nobre entendem a Comunicação Política como “a instância da ação”. De acordo com os autores, ela é, também, “poder de intervenção, pois permite aos cidadãos governar” (MATOS e NOBRE; NOBRE, 2013, p. 18), sendo, então, democrática, pois visa a uma interação para uma ação entre gestores da coisa pública: uma decisão e a aplicação dessa decisão na *pólis* (MATOS e NOBRE; NOBRE, op. cit., p. 22).

Posto tudo isso, faz-se substancial discorrer sobre o que a Comunicação Política não é. E é Wolton quem nos dá o principal direcionamento. Segundo o autor, a Comunicação Política “não é a comunicação pública, que é a do Estado e das instituições destinadas à sociedade” (WOLTON, 1995, p. 107). Não é, ainda, a cobertura política da mídia, sinônimo de marketing político e não pode mais dizer respeito a nenhuma troca de discurso ligada à questão do poder. Tampouco a Comunicação Política consiste em “um conjunto de textos e representações, que muitas vezes serão incompreensíveis – ou excessivamente ‘abertos’ – em suas intenções, genealogias ou efeitos” (DADER, 2008, p. 1). Ambas as definições nos fornecem subsídios

para distinguirmos a Comunicação Política dos demais fenômenos de comunicação que cercam a política, e, com a contribuição de Del Rey, aproximam-nos de nosso objetivo. Para esse autor, a Comunicação Política não é política e não se identifica com ela, mas política e comunicação são consubstanciais (DEL REY, 1996, p. 3), como veremos adiante.

2.1.1 CONSUBSTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO

Visando compreender a consubstancialidade da política e da comunicação, ponto crucial na discussão sobre a Cracolândia e a Comunicação Política, desloquemos nossa atenção para o trabalho de Burke. De acordo com ele, a consubstancialidade diz respeito às ambiguidades da substância que, por sua vez, refere-se aos atos – singulares ou conjuntos – no sentido da interação (BURKE, 1969, p. 21). No entanto, substância pode ainda concernir ao substrato pelo qual a matéria se constitui em algo seguindo uma forma, tendo quatro causas descritas por Aristóteles²¹; ao pensamento (DESCARTES, 1996, p. 38-39); ou, então, à verdade, essência do sujeito (HEGEL, 1969, p. 22-23).

Burke argumenta que a substância é um termo abstruso, cercado por uma longa história de dilemas e perplexidades (BURKE, 1969, loc. cit.). O autor explica que as ambiguidades surgem quando significados e interesses são partilhados em uma interação, exemplificados entre A e B, declarando que “A não é idêntico ao seu colega, B. Mas na medida em que seus interesses são unidos, A é identificado com B. Ou ele pode identificar-se com B mesmo quando seus interesses não estão unidos, se ele assumir que eles estão, ou é persuadido a acreditar nisso” (BURKE, op. cit., p. 20). E são dessas ambiguidades que decorre a consubstancialidade. De acordo com o autor,

ao ser identificado com B, A é substancialmente um com outra pessoa além dele próprio. Ao mesmo tempo, ele permanece único, um indivíduo que guarda seus motivos. Assim, ele é integrado e separado, uma vez substância distinta e, numa outra, consubstância (BURKE, 1969, loc. cit.).

Na Comunicação Política, a consubstancialidade advém da interação entre a política e a comunicação, como afirma Del Rey. De acordo com o autor, “comunicação política não é política, mas política é, ou está, na comunicação política” (DEL REY, 1996, loc. cit.). Ele

²¹ As causas são: a) substância da essência (forma e princípio, causa e princípio); b) a matéria e o substrato; c) o princípio do movimento; e d) o fim e o bem. Ver mais em: *Metafísica. Saggio introduttivo, testo greco con tradizione a fronte e comentario a cura di Giovanni Reale*. Edições Loyola, 2002.

destaca que “nem todas as transações políticas são redutíveis aos termos e categorias de comunicação, mas muitas delas não se concretizam sem o uso da comunicação” (DEL REY, 1996, p. 3). Para o autor, política e comunicação são campos fenomenológicos dissociados, com atividades distintas e pontos de confluência, e que possibilitam uma nova realidade cultural de Comunicação Política.

Gerstlé entende que a política e a comunicação são consubstanciais por estarem ligadas por três fenômenos, sendo eles: a publicização, a politização e a polarização. Esse tríptico é empregado pelo autor para explicar o surgimento dos problemas construídos socialmente, revelando o caráter consubstancial da Comunicação Política. A publicização é a instalação de um problema na agenda pública de grupo político; a politização consiste em atribuir a uma autoridade pública a responsabilidade de se assumir o controle do problema publicamente reconhecido; e a polarização é a ideia de um enfrentamento entre *policies* sustentadas por grupos antagônicos (GERSTLÉ, 2005, p. 22-23). Para Diz Otero, Lois Gonzales e Novo Vázquez (2002, p. 243), a comunicação se torna indispensável para a política só quando serve a esses fenômenos.

Com base no trabalho de Fagen, adicionamos mais um elemento à discussão da consubstancialidade: a mídia de massa. Em Política e Comunicação, o autor argumenta que a comunicação das massas proporcionou “o elo vital entre os atores políticos e nós” (FAGEN, 1971, p. 13), de um lado; de outro, deu origem ao “monopólio da atenção”, processo que ocorre quando o cidadão mediano ingere uma “dieta de comunicação de massas”, variando em temas (crime, esportes, notícias, opinião e entretenimento). Conforme Fagen, a realidade e a coerência que os acontecimentos têm para cada um de nós originam-se da maneira como eles foram comunicados. E os acontecimentos só têm um significado totalmente político na medida em que são comunicados a um número cada vez maior de pessoas, tornando-se, com isso, comuns (FAGEN, op. cit., p. 13-14).

Como Burke, Fagen diz que não se pode conceber o exercício do poder por parte do indivíduo A sobre o indivíduo B sem alguma comunicação de A para B (FAGEN, op. cit., p. 17), o que é endossado por De Nardis. Segundo esse autor, falar de política sem considerar sua dimensão comunicativa não é mais possível dado o desenvolvimento da mídia de massa e o impacto decisivo na dinâmica do processo político, resultando na mediatização da ação política (DE NARDIS, 2020, p. 429).

Sabendo que a consubstancialidade da política e da comunicação afeta grande parte das atividades políticas (DEL REY, 1996, loc. cit.), resta-nos investigar se ela afeta, também, a

Cracolândia da região central da cidade de São Paulo. Posto que essa não é a única aproximação para pensarmos a Comunicação Política (a outra é a que dissocia a comunicação e a política e dá prioridade ao primeiro conceito), a consubstancialidade é o caminho mais adequado para entendermos, por meio desta pesquisa, como a comunicação sobre a Cracolândia da cidade de São Paulo afeta a política, tanto na produção dos discursos como na ação, em respostas à territorialidade. Neste ponto, centramos atenção nas especificidades de cada campo: a começar pela comunicação, retomando a ideia da digressão, como mencionado no capítulo introdutório desta pesquisa.

Bateson, para quem a comunicação é um termo irritante e fascinante, nos fornece a etimologia, partindo do latim *communicare*, nas línguas francesa e inglesa. Segundo ele, no sentido clássico, comunicar significa “participar”. Até o século XVI, a palavra representa “comunhão”, ligando-se ao sentido francês de “proprietário comum”. Do século XVII em diante, o significado muda para “praticar uma notícia” e, no século XVIII, passa a ser o de “transmitir”, alterando-se com o surgimento dos “tubos de comunicação” – os aparelhos de televisão (BATESON, 1982, p. 11-12).

Assim, parece que os usos que significam globalmente “participar”, “compartilhar”, passam progressivamente a um segundo plano para ceder o primeiro lugar aos usos focados em “transmitir”. Do círculo passa-se para o segmento. Trens, telefones, jornais, rádio e televisão sucessivamente se tornam “meios de comunicação”, ou seja, meios para passar de A para B. (BATESON, 1982, loc. cit.)

Conforme Bateson, no sentido inglês, comunicação mantém sua aproximação com a raiz latina até o século XV. Depois, o termo muda de “comunhão” para “participação em comum”, aproximando-se do sentido de objeto que é compartilhado. Dois séculos depois, a palavra é entendida como “meio para proceder essa participação”. Com o desenvolvimento dos meios de transporte, o termo se pluraliza, ganhando sentido abstrato geral para se referir às estradas, canais e, posteriormente, ferrovias, abrindo caminho para designar os “veículos de comunicação” (indústrias de imprensa, cinema, rádio e televisão) em períodos distintos. Nos Estados Unidos, no primeiro terço do século XIX, e, na Grã-Bretanha, por volta de 1950 (BATESON, op. cit., p. 13).

Para Bordanave (1997, p. 17), a comunicação diz respeito à socialização. O autor conceitua a comunicação como sendo o canal pelo qual os padrões de vida e da cultura de um

indivíduo são transmitidos. É por meio dela que o sujeito aprende a ser membro (de uma sociedade, uma vizinhança, uma família, um grupo, uma nação), adotando uma determinada cultura. De acordo com o autor, indiretamente, pela experiência acumulada, a comunicação proporciona ao indivíduo um aprendizado natural de modos de pensamento, ação, crenças, valores, hábitos e tabus (BORDANA VE, 1997, p. 17), o que pode nortear o entendimento sobre o porquê de os cidadãos concordarem com políticas públicas tão controversas para o enfrentamento da questão da drogadição e da Cracolândia da cidade de São Paulo. É com esse aprendizado natural que o sujeito aprende, então, a orientar seu comportamento para o que lhe convém.

A função social da comunicação também é descrita por Cherry. Entretanto, para esse autor, a comunicação acontece em diferentes sistemas desenvolvidos pelo homem e que tornam a vida social possível, sendo a fala humana e a linguagem os mais proeminentes dentre eles (CHERRY, 1968, p. 3-4). Segundo Cherry, o desenvolvimento da linguagem reflete o pensamento, a organização e o desenvolvimento desse, tornando o homem autoconsciente, responsável e “uma criatura social”. No entanto, o autor ressalta que a comunicação não é a resposta em si, mas, essencialmente, consiste na relação estabelecida pela transmissão de estímulos e evocação de respostas. Em suma, comunicação significa compartilhamento de elementos de comportamento, ou modo de vida pela existência de conjuntos de regras (CHERRY, op. cit., p. 6).

Meadow considera a comunicação como “uma troca de símbolos sem especificação na medida em que se aplica à comunicação verbal ou não verbal, interpessoal ou de massa, animal ou humana” (MEADOW, 1980, p. 4). O autor argumenta que a troca de símbolos deve ser moldada ou relacionada aos sistemas políticos (famílias, empresas e grupos políticos, etc), cujos componentes interagem com respeito ao poder e alocação de recursos, visando à tomada de decisões. O que implica dizer que nem toda comunicação é política, nem a comunicação envolve somente atores políticos, trazendo-nos, novamente, ao raciocínio da consubstancialidade.

Para Duarte (2007, p. 47), comunicação é um processo circular e permanente de troca de informações e mútua influência. Entretanto, o autor ressalta que comunicação não se reduz à informação, a parte explícita do conhecimento e nascente do processo que vai desaguar na comunicação. Segundo ele, a troca de informações faz parte do processo de comunicação, mas a existência da informação ou a troca dela não significa, necessariamente, comunicação

eficiente, uma vez que a informação pode ser “inútil, manipulada, mal compreendida” (DUARTE, 2007, p. 48).

Na Comunicação Política, essa troca, ocorre via imprensa, um dos principais atores do campo e espaço público indispensável para informações, debates e formação da opinião pública na democracia contemporânea (DUARTE, 2007, loc. cit.). A imprensa é, também, o veículo a partir do qual as significações, ações e discursos políticos e políticas públicas em torno da Cracolândia se moldam. Blumler e Kavanagh (1999, p. 217) nos lembram que “os governos podem precisar de apoio público mais profundo e duradouro para lidar com certos problemas que surgem da imprensa da mudança social”, ressaltando, assim, a consubstancialidade da comunicação e da política. Canel (1999, p. 11) aponta que os meios de comunicação têm as classificações de agentes políticos, grupos de interesses, grupos de pressão e membros da elite política. A autora diz, ainda, que a imprensa é o verdadeiro agente de poder, aproximando-se das instituições.

2.1.2 A PALAVRA, O MODELO E A IMPRENSA

A palavra Cracolândia surge a partir de representações, mas só na metade dos anos 1990 aparece na imprensa (RUI, 2019, p. 580). O termo cunhado faz referência à Disneylândia, afirmando que ali também é “um espaço de convivência e lazer, que envolve o consumo de crack” (MENEZES, 2016, p. 25).

Em 1995, a Cracolândia ganha uma primeira materialidade enquanto substantivo próprio. No dia 7 de agosto daquele ano, o jornal O Estado de S. Paulo imprime, pela primeira vez em papel, a palavra que define o nome da espacialidade. A reportagem “Polícia reforça combate a traficantes” registra geograficamente a Cracolândia, proporcionando uma delimitação territorial do primeiro dos vários pontos que viriam a ser ocupados por usuários e traficantes Brasil afora – mas não somente por eles –, e criando um paradigma, no sentido apresentado por Kühn, de “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modulares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KÜHN, 1998, p. 13), uma vez que o jornalismo é um campo científico, como veremos.

O detalhe mais importante do emprego da palavra Cracolândia é que ela, ao ser utilizada como nome, pavimentou a base da cognição a respeito de formações similares às da cidade de São Paulo. Basta ver que a partir da publicação do diário paulistano houve o estabelecimento de um padrão de divulgação – os demais veículos de comunicação da cidade e do país passaram

a adotar a denominação para referir-se ao espaço. No caso da Cracolândia, a produção dos media (DIJK, 2005, p. 99) levou não só a uma reprodução sistemática do termo, como a oficialização dele, uma vez que o verbete está incluído em dicionários. O Priberam, por exemplo, o traz com uma significação desde 2016, conforme informou Cláudia Pinto, do Departamento de Linguística do dicionário. De acordo com ela, a inclusão de novos vocabulários se dá por sugestão de consulentes e por pesquisas em corpora. A inclusão acontece somente se a formação da palavra respeitar as regras ortográficas e morfológicas da língua portuguesa e se consagrados pelo uso. Esse é o caso da Cracolândia, uma versão aportuguesada das palavras inglesas “crack” – no seu significado mais recente²² – e “land”, que significa “terra ou terreno”.

Para agregar uma nova palavra, o Priberam realiza pesquisas em grandes conjuntos de textos (os corpora), em português e disponíveis na internet. As consultas são feitas por meio de “motores de busca”²³, os quais têm indexados milhões de textos variados (livros, jornais, blogues, redes sociais, etc.). Os termos são pesquisados, também, em obras lexicográficas contemporâneas e antigas. Entre elas, glossários e vocabulários. O objetivo é aferir se a palavra se encontra registrada e de que forma. No caso específico da Cracolândia, o verbete incluído pelo Priberam já estava dicionarizado em duas publicações. Aparece desde a versão 7.0 do Novo Dicionário Eletrônico Aurélio e a 5ª Edição do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, ambos datados do ano de 2010.

Para acrescentar o termo às suas produções, a Editora Positivo, responsável pelos dois últimos títulos, identificou o uso dele em periódicos, como Folha de S. Paulo e outros, desde 2005. Entretanto, foi entre 2008 e 2009 que ele passou a figurar na lista de verbetes que constariam da edição seguinte. De acordo com a editora de dicionário, Sue Ellen de Lima Calvario Halmenschlager, a equipe de lexicografia verificou que a palavra cracolândia (em minúsculo) havia sido muito falada no ano de 2009 por conta de um programa de televisão, apresentado pelo jornalista Caco Barcellos.

De modo geral, a Cracolândia é mencionada pelos dicionários como “região de uma cidade, geralmente um grande centro urbano, onde se encontram traficantes e usuários de crack”. Definições como essa, conforme Moscovici, decorrem de uma dinâmica de ganhos e perdas

²² O crack surge na imprensa, pela primeira vez, com o sentido de atleta habilidoso; depois, refere-se à falência bancária; e, mais tarde, passa a designar a droga feita a partir da mistura da cocaína e bicarbonato de sódio.

²³ Os motores de busca utilizam software conhecido como “aranhas” ou “robots” que percorrem a internet em busca da informação (documentos ou endereços de páginas web). Os dados são recolhidos para o index dos motores de busca, que cria uma base de dados com essa informação. Exemplos: Google e Yahoo!

culturais (MOSCOVICI, 2003, p. 39), relacionada a fragmentos de representações que geram classificações.

Uma palavra e a definição de dicionário dessa palavra contêm um meio de classificar os indivíduos e ao mesmo tempo teorias implícitas com respeito à sua constituição, ou com respeito às razões de se comportarem de uma maneira ou de outra – uma como que imagem física de cada pessoa, que corresponde a tais teorias. (MOSCOVICI, 2003, p. 39)

Uma vez difundido e aceito, todo novo conteúdo – caso da palavra Cracolândia – “se constitui em uma parte integrante de nós mesmos” (MOSCOVICI, 2003, loc. cit.). Esse novo conceito permeia as inter-relações com os outros e muda a dinâmica de julgamentos e relacionamentos. Moscovici aponta que as representações são criadas por pessoas “não isoladamente” e por grupos (como os formados por jornalistas), no decurso da comunicação e da cooperação. Uma vez estabelecidas, essas representações “adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem” (MOSCOVICI, 2003, p. 40). Esse movimento dá oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto as velhas morrem. Isso fornece explicações para o fato de que, no início da formação, os frequentadores da Cracolândia tenham sido classificados, primeiro, como criminosos, e, depois, como doentes (MELO; MACIEL, 2015, p. 80).

Como representação social, a Cracolândia tem duas funções: convencionar e se impor. A convenção se dá não só com relação ao espaço físico, mas também na interpretação de quem são as pessoas que o frequentam e os acontecimentos ocorridos no entorno dele. Sintetiza, assim, todos os novos elementos, formando um modelo a ser considerado. Já a imposição – por uma “força irresistível” – é prescritiva e, portanto, pela natureza, fornece “uma explicação pronta” (MOSCOVICI, 2003, loc. cit.).

E é o jornalismo, entendido como campo, o replicador dessa representação social pela convenção e pela imposição. De acordo com Bourdieu, os jornalistas “têm ‘óculos’ especiais e a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem” (BOURDIEU, 1997, p. 25). Dito de outra forma, os jornalistas operam uma seleção e uma construção “do que é selecionado” (BOURDIEU, 1997, loc. cit.). Para tanto, usam dinâmicas distintas, que variam conforme a natureza do meio de produção. Na televisão, a regra é a dramatização, o duplo sentido. Nos impressos, o trabalho é com as palavras não comuns, as “extraordinárias”. Com as palavras comuns, não “se faz cair o queixo do burguês, nem do povo”

(BOURDIEU, op. cit., p. 24). Apresenta-se, assim, a razão da associação do crack com a Disneylândia.

Segundo Bourdieu, como regra, os jornalistas interessam-se pelo extraordinário, ou o que rompe o ordinário. Sendo assim, os media cotidianos devem “oferecer cotidianamente o extracotidiano” (BOURDIEU, 1997, p. 24), o que nos ajuda a pensar em uma razão para a falta de interesse dos profissionais em abordar a temática da Cracolândia, por exemplo, nos debates de televisão entre candidatos à prefeitura da cidade de São Paulo. Dos embates realizados em emissoras em 1996, 2008 e 2012, o assunto entrou na pauta de deliberação apenas no último ano analisado. Ainda assim, por escolha de internautas; não dos jornalistas e tampouco dos políticos.

Essa constatação é resultado de análise de material em vídeo disponível na internet em plataforma digital. O processo envolveu, inicialmente, o download²⁴ dos materiais hospedados no site de compartilhamento de vídeos YouTube²⁵. Neste ponto, é necessário fazermos uma ressalva: os debates televisionados nos anos de 2000 e 2004 não estavam acessíveis para consulta. Já os de 2016 não puderam ser incluídos, devido à quantia de confrontos realizados – primeiro e segundo turno. Sendo assim, é preciso deixar claro que, dos vídeos possíveis de serem analisados – que somaram seis no total –, apenas em um deles a Cracolândia marcou presença no debate.

Posteriormente à coleta do material, procedeu-se com a transcrição dos embates entre os candidatos em disputa à prefeitura de São Paulo. A decupagem permitiu uma verificação *ipsis litteris* dos conteúdos de dois encontros nos anos de 1996 (primeiro e segundo turno); um em 2008 (primeiro turno); e três em 2012 (primeiro e segundo turno). Mesmo sendo escolhida pelos internautas – 8% deles manifestaram pela abordagem do tema por parte dos candidatos –, a Cracolândia resultou em uma única pergunta que pode ser considerada amena. Na ocasião, José Serra, do PSDB²⁶, debatia com Fernando Haddad, do PT²⁷. O tucano perguntou ao petista a opinião dele a respeito da política de construção de clínicas, seja diretamente pelo governo do Estado, seja por entidades parceiras. Instituições essas destinadas ao tratamento de dependentes

²⁴ O download é um termo que corresponde à ação de transferir dados de um computador remoto para um computador local. Essa cópia de arquivos pode ser feita tanto a partir de servidores dedicados (como FTP, por exemplo), quanto pelo simples acesso a uma página da Internet no navegador.

²⁵ Serviço criado em fevereiro de 2005 e pertencente ao Google, empresa multinacional de serviços online e software.

²⁶ O PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) é uma legenda política do Brasil. Ela foi fundada em 25 de junho de 1988 pelo ex-governador do Estado de São Paulo, Mario Covas, falecido em 6 de março de 2001.

²⁷ O PT (Partido dos Trabalhadores) surgiu da formação de militantes de oposição à Ditadura Militar, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos ligados à Teologia da Libertação, em 10 de fevereiro de 1980.

químicos. Fica claro que não houve uma abordagem com relação à territorialidade. Ao perguntar o que o adversário achava da questão, Serra evitou tocar no assunto e, por consequência, a falar de operações que geraram confrontos entre Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana e ocupantes.

Na resposta, Haddad adotou tom afável, apesar de ter classificado uma das ações realizadas pelo governo do Estado na Cracolândia como um desastre e falado a respeito de um programa de combate à droga, lançado pela então presidente da República, Dilma Rousseff. Ele defendeu um acolhimento ao usuário e uma parceria do município com o governo. Serra, por sua vez, em réplica, criticou a aplicação de 8% do Orçamento da União para recuperação de dependentes e a oferta de leitos para internação (3.600 no ano de 2010) disponibilizados pelo governo federal. Na tréplica, Haddad explorou declaração dada pelo adversário anteriormente à Rádio CBN, dizendo que ele teria assustado toda a população ao falar que iria monitorar quem tem propensão a consumir drogas.

O comportamento de ambos os candidatos e mesmo do jornalista mediador – Carlos Alberto Suriano do Nascimento – é, de certo ponto, esperado. Em primeiro lugar, porque a dinâmica da circulação da informação, que é circular, como mencionamos no capítulo introdutório, estabelece uma hegemonia. Isso significa dizer que os produtos jornalísticos são iguais, independentemente dos veículos, pois “os jornalistas escrevem para jornalistas” (BOURDIEU, 1997, p. 73). Explicando melhor, Bourdieu diz que, na televisão, a difusão da informação em grande escala se dá com a abordagem de “assuntos-ônibus”, ou temas superficiais que agradam a todos, visam prender a atenção do espectador e aumentar a audiência. Além disso, o acesso à notoriedade pública fica restrito a políticos e intelectuais, dando à televisão a dominação econômica e simbólica do campo, de um lado, e fazendo com que jornais impressos tenham de lutar pela sobrevivência, do outro. A agenda, então, é definida pela televisão, tornando a informação circular.

Uma evidência dessa argumentação encontra-se na cobertura dada pela imprensa da capital paulista e pelo jornal *Cruzeiro do Sul*, da cidade de Sorocaba, no interior de São Paulo, em um dos períodos mais emblemáticos da Cracolândia. No dia 5 de janeiro de 2012, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou reportagem sobre o Plano de Ação Integrada Centro Legal (FIGURA, 1), iniciado no dia 3 daquele mesmo mês pela prefeitura de São Paulo e governo do Estado. A iniciativa envolvia estratégia em três etapas: ocupação policial para quebrar a estrutura logística do tráfico no local; ação ostensiva da PM para incentivar os usuários a

procurarem ajuda; e manutenção dos “bons resultados”²⁸. O assunto ganhou cobertura ampla dos telejornais. A TV Gazeta, por exemplo, produziu uma sequência de reportagens, nos dias 3²⁹, 4³⁰, 9³¹ e 18³² de janeiro, com desdobramentos, como a vista do então ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

FIGURA 1 – PMs atuam em segundo dia de ocupação da Cracolândia pelo Plano de Ação Integrada



Fonte: Ayrton Vignola/AE - 05.01.2012

Em Sorocaba, no dia 30 de janeiro de 2012, o Cruzeiro do Sul reportou a existência de uma cracolândia no município³³. E, no dia seguinte, 31, a realização de uma operação da Polícia Militar³⁴ em parceria com a Guarda Civil Municipal, e apoio de fiscais e assistentes sociais da prefeitura de Sorocaba, para desocupar dois imóveis (FIGURA 2) que teriam sido invadidos

²⁸ FERRAZ, Adriana; MANSO PAES, Bruno. Governo quer acabar com cracolândia pela estratégia de 'dor e sofrimento'. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 05 jan. 2012. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120105-43178-nac-29-cid-c1-not>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

²⁹ Jornal da Gazeta. Operação Cracolândia - 03/01/2012. 2012 (3min38s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3XwoRKVHtbE>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

³⁰ Jornal da Gazeta. Cracolândia -- 04/01/2012. 2012 (2min50s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qc4RzzUGSIM>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

³¹ Jornal da Gazeta. Operação na cracolândia - 09/01/2012. 2012 (3min49s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uO7MR2_IvEY>. Acesso em: 18 ago. 2018.

³² Jornal da Gazeta. Alexandre Padilha visita a cracolândia - 18/01/2012. 2012 (3min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ECAW8ZrT8I>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

³³ MENDES, Adriane. Comunidade denuncia existência de 'cracolândia' na rua Padre Madureira. Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 30 jan. 2012. Disponível em: <<https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/361513/comunidade-denuncia-existencia-de-cracolandia-na-rua-padre-madureira>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

³⁴ MENDES, Adriane. Imóvel é desocupado em operação integrada. Cruzeiro do Sul. Sorocaba, 31 jan. 2012. Disponível em: <<https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/361750/imovel-e-desocupado-em-operacao-integrada>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

por usuários para o consumo de crack. Ao todo, as forças de segurança de lá retiraram 15 pessoas, dez da primeira casa e cinco da segunda. Os abordados seriam viciados e suspeitos de praticar “furtos e roubos na região central” de Sorocaba. Respeitando-se as devidas proporções e particularidades, as notícias evidenciam a dinâmica do campo do jornalismo ao mesmo tempo em que expõem a preferência por ações de repressão, tanto no interior como na capital, como solução.

FIGURA 2 - Policiais militares abordam ocupantes de imóvel visto como Cracolândia em Sorocaba



Fonte: Cruzeiro do Sul/Emídio Marques - 31.01.2012

Conforme Bourdieu (1997), a abordagem a determinado tema consiste em uma premissa do jornalismo, um campo científico. Em “Os Usos Sociais da Ciência – Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico”, Bourdieu conceitualiza campo científico como “um espaço relativamente autônomo, um microcosmo dotado de leis próprias e um macrocosmo submetido a leis sociais”, mas ressalva que ele tem, como tal, autonomia parcial (BOURDIEU, 2004, p. 20-21). E esse campo interage com outros no espaço público, que não é único, nem um fato, mas é resultante “da conjunção das práticas sociais e das representações” (CHARAUDEU, 2013, p. 120).

Outra perspectiva que reforça a ideia do papel da imprensa na construção das representações e práticas relacionadas à Cracolândia de São Paulo, a partir da institucionalização do termo, é fornecida por Arendt (1993). De acordo com a autora, a linguagem popular – de onde surge a palavra espreada pela mídia de massa e, mais tarde,

dicionarizada – “reconhece um novo evento pela aceitação de uma nova palavra” (ARENDR, 1993, p. 43). Mas não só isso, a linguagem popular, invariavelmente, utiliza tais conhecimentos como sinônimos para outros males familiares. Apesar de a autora referir-se aos males ligados aos regimes do imperialismo e totalitarismo (agressividade e a ânsia de conquistar, no primeiro caso; terror e sede de poder, no segundo), é viável pensarmos que os conhecimentos advindos da “terra da magia” e da “terra do crack” se entrecruzem, se convertam pelos media e se potencializem na consubstancialidade da política e da comunicação, implicando em representações.

Dito isto, o que se desenha até este ponto é uma predominância da imprensa, no que concerne a quem comunica algo a respeito da Cracolândia, conforme discussão no decorrer desta pesquisa. Seja pela característica, seja pela autonomia, a imprensa revela-se, diante do exposto, o espaço no qual a consubstancialidade da comunicação e da política se viabiliza, é identificada e exerce influência. Para desenvolver melhor esse raciocínio, passemos, então, a olhar para a política.

2.2.1 CONSUBSTÂNCIA DA POLÍTICA

A consubstancialidade da política e da comunicação é “um aspecto da política e não uma atividade que, de fora, informa a política” (DEL REY, 1996, p. 2). Estabelecido esse entendimento, passemos para a discussão sobre o campo, partindo de Arendt para quem a política é uma atividade baseada na pluralidade dos homens, entendidos como “um produto humano mundano e da natureza humana” (ARENDR, 2002, p. 7). Por sua natureza, a política trata da convivência entre diferentes. No que concerne à Cracolândia, a convivência se dá, basicamente, entre jornalistas, políticos e opinião pública, atores principais da Comunicação Política, excluindo-se, a se confirmar ou não por esta pesquisa, uma parcela significativa da sociedade, e desconsiderando-se completamente os usuários. Uma desvirtuação, portanto, do sentido da política na perspectiva de Arendt. Para ela, a política é ampla, logo, não se viabiliza pelo domínio. A autora argumenta que a política não se baseia na distinção entre governantes e governados e nem é mera violência, portanto, aproxima-se do diálogo, uma vez que consiste em “ação em comum acordo, em conjunto e reflexo da condição plural do homem” (ARENDR, 2002, loc. cit.).

Dada a multiplicidade de facetas que se aplica à política (MAAR, 1994, p. 9), é primordial fixarmos atenção quanto aos níveis do campo. Para tanto, delimitamos o ontônico, ante o ontológico, seguindo a compreensão de Mouffe (1996). O primeiro tem a ver com as

diferentes práticas da política convencional, e, o segundo, refere-se precisamente à forma em que a sociedade é fundada (MOUFFE, 1996, p. 8). Distingue-se, assim, a figura do político – “a dimensão de antagonismo constitutivo das sociedades humanas” – da política – “conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político” (MOUFFE, 1996, loc. cit.). Muito embora, para Sartori, a noção de política qualifique tudo e, portanto, nada tenha de específico (SARTORI, 1997, p. 157).

Bobbio nos fornece os conceitos clássico e moderno da política. Segundo o autor, o termo primeiro é derivado do grego *pólis* (politikós), que significa “tudo o que se refere à cidade”, portanto, ao que é urbano, civil, público, sociável e social (BOBBIO, 1998, p. 954), abarcando os problemas públicos. O segundo, indica “a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma forma, têm como termo de referência a *pólis*, ou seja, o Estado” (BOBBIO, 1998, loc. cit.). Para Bobbio, política está estreitamente ligada ao poder, do homem sobre outro homem, e não dele sobre a natureza. Poder este definido como “uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento” (BOBBIO, 1998, p. 954-955).

Por política, Weber entende “o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado” (WEBER, 2015, p. 46). Para o autor, o Estado consiste em um agrupamento político que não se deixa definir por seus fins, o que significa dizer que não existe uma tarefa de que o Estado não se haja ocupado alguma vez ou que tais tarefas tenham que ser sempre exclusivas dele. A exceção à regra é o uso da coação física, “peculiar a todo agrupamento político” (WEBER, 2015, loc. cit.).

Para Almond, Estado é “uma comunidade humana que (com sucesso) reivindica o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território” (ALMOND, 1960, p. 5). O autor explica que os territórios são uma das características do Estado e, contrariando a visão de Weber, argumenta que o Estado apenas permite o uso da força física, não a exercendo. E argumenta que a coerção é um direito atribuído a outras instituições ou a indivíduos.

Schmitt sustenta que o conceito de Estado implica o da política. Para ele, Estado é “um status político de uma cidade organizada dentro das fronteiras territoriais” (SCHMITT, 2009, p. 49), o que nos faz refletir sobre o que diz Bauman (2000) a respeito da política em seu território. Segundo esse autor, a política continua sendo “um assunto essencialmente local”

(BAUMAN, 2000, p. 57). E é nas relações internas, com o Estado, com o poder, com a representatividade e a participação, com as ideologias e com a violência, que a política aparece (BAUMAN, 2000, loc. cit.). Nesse sentido, Maar, para quem a política está em constante transformação, acrescenta que política se faz presente em diferentes sistemas, como os sindicatos, os tribunais, as escolas, as igrejas, na sala de jantar ou na reunião partidária (MAAR, 1994, p. 9).

Dahl argumenta que, ao optarmos por definir política de forma ampla, estamos, na verdade, demonstrando “que muitas associações, que a maioria das pessoas não considera políticas, possuem sistemas políticos” (DAHL, 1989, p. 13). O autor oferece três explicações para a existência de uma noção pouco familiar de que quase todas as associações humanas têm aspecto político. Em primeiro lugar, está o fato de nos referirmos à direção ou administração de um clube, uma empresa, etc. Em segundo, que um sistema político representa apenas um aspecto de uma associação. E, em terceiro, que não se pode afirmar que, em todos os sistemas políticos, as pessoas sejam impulsionadas por pressões que levam à dominação, busquem a autoridade, e tampouco a considerar que a política representa “uma terrível luta pelo poder” (DAHL, 1989, loc. cit.). Segundo Dahl, sistemas políticos são quaisquer estruturas persistentes de relações humanas que envolvam controle, influência, poder ou autoridade, em medida significativa. Eles têm como funções manter a sociedade integrada, adaptar-se por meio da mudança de elementos, fornecer proteção contra ameaças externas e expandir-se frente a outras sociedades (ALMOND, 1960, p. 5).

A ideia de sistema, conforme Easton (1957, p. 394), sugere que se pode separar a vida política do resto da atividade social, para fins analíticos, possibilitando, com isso, examiná-la “como se no momento fosse uma entidade independente, cercada, mas claramente distinguível, do ambiente ou cenário em que opera” (EASTON, 1957, loc. cit.). No sentido restritivo, essa perspectiva nos afasta da consubstancialidade – e, assim, da discussão sobre a Cracolândia como um problema da Comunicação Política. No amplo, nos aproxima dela, pois ao considerar o conceito de sistema político precisamos aceitar a relação dele com a famigerada indústria da mídia. De Nardis nos ajuda nessa tarefa. O autor explica que políticos “estão sempre buscando visibilidade em um espaço público transformado em uma arena política mediada”; e argumenta que a mídia, por sua vez, “precisa da política como fonte de informação e de lugar de tomada de decisão” (DE NARDIS, 2020, p. 429).

Há tempos, esse liame é descrito pela ciência política. Lasswell, em 1936, afirmou que o termo política se popularizou com o estudo da influência e do influente, embora essa relação

não possa ser unicamente aplicada para medir resultados, já que o compartilhamento relativo de valores é um dos aspectos da influência. Por influentes, Lasswell define “aqueles que têm o máximo do que há para obter, assim sendo, que mais recebem (a elite); o resto é massa” (LASSWELL, 1936, p. 305). A influência tem como aspecto o compartilhamento relativo de valores. Contudo, o autor destaca que valores podem ser adicionados e combinados para que resultados diferentes possam ser alcançados e correspondam a julgamentos variados. A política pode, então, indicar “um julgamento de como os valores podem ser influenciados se houver conflitos sobre eles” (LASSWELL, 1936, loc. cit.). No entanto, é a mídia de massa que condiciona a dinâmica da socialização política. Conforme De Nardis, ela não só estabelece as condições da propaganda política, como “narcotiza ou estimula a participação” e representa “o principal lugar onde a opinião pública é formada” (DE NARDIS, 2020, p. 430). Edelman, que discorre sobre a relação da imprensa com a política, acrescenta que aquela propicia a esta, por meio de reportagens, “um espetáculo que, continuamente, constrói e reconstrói problemas sociais, crises, inimigos e líderes” (EDELMAN, 1988, p. 1). No âmbito da Comunicação Política, essa dinâmica relacionada à Cracolândia, de protagonismo da imprensa, por assim dizer, é ilustrada em diferentes momentos. Um, em particular, exemplifica bem a discussão de Edelman. Trata-se da reportagem “Delegacia Especial vai funcionar à noite”³⁵, publicada em 20 de julho de 1995, na página C3, do caderno Cidades do jornal O Estado de S. Paulo, e assinada por Marcelo Faria de Barros.

O texto é um desdobramento da cobertura realizada pelo diário sobre a problemática da Cracolândia. Ele apresenta ao leitor a Delegacia de Repressão ao Crack, como “nova delegacia especializada”, criada pelo então governador do Estado, Mário Covas, após uma série de reportagens publicadas pelo impresso sobre o avanço do consumo de drogas na capital paulista. O setor fora implantado por meio do decreto 40.201, datado de 18 de julho de 1995. À época, Covas criou via Dise (Divisão de Investigações Sobre Entorpecentes) a unidade ligada ao Denarc (Departamento de Investigações Sobre Narcóticos). A seção criminalística da Polícia Civil ficou assim constituída:

- 1ª Delegacia, destinada para repressão à maconha;
- 2ª Delegacia para combate a cocaína e opiáceos;
- 3ª Delegacia voltada ao combate aos psicotrópicos; e

³⁵ BARROS, Marcelo Faria de. Delegacia Especial vai funcionar à noite. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 20 jul. 1995. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina#!/19950720-37164-spo-0019-cid-c3-not/busca/crack>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

- 4ª Delegacia especializada na repressão ao crack.

A Delegacia de Repressão ao Crack teve os primeiros resultados divulgados pelo jornal 20 dias depois da inauguração, culminando na prisão de 48 pessoas e 30 flagrantes³⁶. A Folha de S. Paulo noticiou a criação da nova repartição pública em 19 de julho de 1995³⁷, em uma nota composta de cinco parágrafos. No texto, a redação do diário informava a composição da delegacia (18 investigadores e três delegados), atribuindo a criação dela “à profissionalização do crack”. Posto isto, vê-se que a imprensa, como postula Fagen, opera como um “canal central” (FAGEN, 1971, p. 50). Por outro lado, Nimmo e Swanson alertam que ela pode ser vista como “fazendo tudo o que é praticamente possível em um esforço para alcançar e informar um público teimoso, apático e apolítico” (NIMMO; SWANSON, 1990, p. 175). No entanto, tais características dependem do tipo de regime de governo em que a imprensa se insere (se totalitarista ou democrático).

Na discussão sobre a consubstancialidade da política e da comunicação, constata-se que o “impacto revolucionário” (DE NARDIS, 2020, p. 432) da imprensa na política – assim sendo, da comunicação sobre o conjunto de práticas e instituições – extrapola o caráter da visibilidade dada a uma determinada figura, acontecimento ou fenômeno, como a Cracolândia. Edelman (2001) diz que a imprensa permite um fácil acesso de formadores de opinião e elites a, praticamente, toda a população, resultando no crescimento da influência desses sobre as crenças daquela (EDELMAN, 2001, p. 56), o que nos faz pensar sobre um protagonismo da imprensa no tocante à Cracolândia, mas ligado ao sentido de hegemonia com relação a quem diz o quê e quando a respeito dela. Ponderando tudo, concluímos que a Cracolândia é, sim, um problema da Comunicação Política. Contudo, não é possível desprezarmos a autonomia da política. Easton, na discussão sobre sistemas políticos, diz que é útil pensarmos neles como tendo limites, definidos por

todas as ações mais ou menos diretamente relacionadas à tomada de decisões vinculantes para uma sociedade; toda ação social que não participar dessa

³⁶ LOMBARDI, Renato. Polícia reforça combate a traficantes. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 7 ago. 1995. Disponível em: < <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950807-37182-nac-0015-cid-c3-not/busca/crack>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

³⁷ São Paulo tem delegacia de combate ao crack. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 jul. 1995. Disponível em: < <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12854&keyword=crack%2Cdelegacia&anchor=496009&origem=busca&pd=3815cddb27ea2533120fe7e55a6ad994>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

característica será excluída do sistema e, assim, será automaticamente vista como uma variável externa no ambiente. (EASTON, 1957, p. 385).

A autonomia da política, entretanto, não está nos limites, mas no entendimento de que ela é diferente, independente, autossuficiente e uma causa primeira (SARTORI, 1997, p. 162). Como elemento do sistema político, a política está presente no sistema social, este gerado pela sociedade. Além disso, as decisões políticas são primordialmente políticas dado ao fato de serem tomadas por pessoas em posições políticas. E as pessoas que exercem essas funções sentem-se “mais protegidas da crise de identidade” (SARTORI, op. cit., p. 172). Dito de outra forma, os políticos sentem-se protagonistas de “um jogo contra pessoas” e não “fantoques comandados por fios externos” (SARTORI, 1997, loc. cit.), portanto, livres de serem manipulados. Visto que os políticos podem ser autônomos, no que compete a um aspecto da política, mas estarem sujeitos à consubstancialidade dela com a comunicação, esta, exercida pela imprensa, que é quem controla a opinião pública, estabelecemos, assim, o problema da Comunicação Política em relação à Cracolândia da região central da cidade de São Paulo, que gira em torno de três principais atores. O passo seguinte é, então, compreendermos as concepções da Comunicação Política, nas perspectivas de Gerstlé e Matos e Nobre, visando encontrar uma possível alternativa.

3. POLISSEMIA DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Gerstlé (2005) denomina a Comunicação Política de “objeto difuso” e sustenta que para compreendê-lo é preciso distinguir diferentes perspectivas (GERSTLÉ, 2005, p. 16). Evidenciando o amplo espectro de representações do fenômeno e, portanto, a polissemia da Comunicação Política, o autor discorre sobre quatro concepções: a instrumental, a ecumênica, a competitiva e a deliberativa, também abordadas por Matos e Nobre (2006), esta, centrando atenção naquela última. Em todas elas, Gerstlé pontua que é necessário considerar os meios de comunicação, pois são eles que “modificam as condições em que se desenvolve o jogo político” (GERSTLÉ, 2005, loc. cit.). Lasswell diz que os meios de comunicação estão dominados por políticas e que essas são determinadas pelas notícias, editoriais e materiais de destaque (LASSWELL, 1965, p. 50).

Como canais de propagação da informação, os meios viabilizam a instalação da concepção instrumental, chamada por Gerstlé de reducionista. O autor argumenta que a difusão da inovação tecnológica, assimilada a uma técnica inovadora, converteu-se em um instrumento novo a ser utilizado pelo indivíduo como “condição de sua participação na *pólis*” (GERSTLÉ,

op. cit., p. 16). Pelos meios, desenvolveram-se a publicidade, o marketing, as relações públicas, as pesquisas de opinião, as sondagens, as análises qualitativas e a difusão massiva das mensagens políticas, uma indústria, segundo o autor, que se assemelha muito facilmente à Comunicação Política.

De Nardis argumenta que os meios de comunicação desempenham funções importantes que, muitas vezes, levam a conflitos com os interesses da política institucional. Ademais, segundo o autor, eles consistem em “uma espada de dois gumes”, pois não só mostram a imagem de grandes líderes, como também expõem suas fragilidades (DE NARDIS, 2020, p. 438-440). No caso do crack, produto que originou a Cracolândia – e da própria territorialidade –, a imprensa pretere um dos fios da espada. Conforme se verifica nos estudos das áreas antropológica e da saúde, na grande maioria das notícias abordando a questão do crack, os usuários são descritos “como violentos e degradados, disseminando repúdio e medo entre a população” (RAUPP; ADORNO, 2010, p. 35).

Essencialmente, a **concepção instrumental** baseia-se na visão de que a Comunicação Política é constituída por um “conjunto de técnicas e procedimentos de que dispõem os atores políticos, em especial os governantes, para seduzir e manejar a opinião pública” (GERSTLÉ, 2005, p. 16). Para o autor, esta representação, entretanto, simplifica o processo da Comunicação Política, pois “mutila tanto a comunicação como a política”, porque as dissocia e “projeta uma concepção técnica da primeira sobre uma concepção manipuladora da segunda” (GERSTLÉ, 2005, loc. cit.).

Sobre as técnicas utilizadas pelos atores da Comunicação Política, políticos e jornalistas, prioritariamente, além da opinião pública, Lasswell diz que elas representam “oportunidades para os homens manipularem símbolos de referência” (LASSWELL, 1936, p. 298), símbolos estes que balançam as massas. O autor exemplifica que estas técnicas são trabalhadas nos meios de comunicação, em orações, artigos polêmicos, notícias, resumo jurídico, no argumento teológico, em romance e até no sistema filosófico (LASSWELL, 1936, loc. cit.). Os símbolos, por sua vez, consistem em palavras e imagens que afetam o poder à medida que afetam as expectativas de poder.

Estas técnicas são empregadas tanto pelos políticos como pelos jornalistas. Del Rey diz, no caso dos primeiros, que elas levaram à evolução dos gabinetes de comunicação que estão no centro da atividade política. De acordo com o autor, a preocupação com a imagem e com o que dizer “nos informa sobre a relevância da comunicação na atividade política” (DEL REY, 1996, p. 3). Sobre os jornalistas, é preciso considerar um ponto importante: as mudanças

progressivas pelas quais os jornais passaram no século 19, com a introdução da composição automática das linhas impressas (LAGE, 2008, p. 5). A modernização implicou em uma mudança do fazer jornalístico, motivada também pelo aumento do custo da produção, o que fez os veículos impressos se subsidiarem em anúncios e não mais nos leitores. Isso tudo desencadeou uma luta pelo mercado, forçando os jornais a incluírem gêneros distintos de textos, transformando profundamente a transmissão da notícia, conforme explica Nilson Lage em “A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística”. O autor diz que o jornalismo dessa época pode ser considerado “educador de um lado, e, de outro, sensacionalista” (LAGE, 2008, p. 5). Educador, porque a incorporação dos novos contingentes populacionais à sociedade industrial implicou mudanças radicais de comportamentos e compreensão das relações humanas. Sensacionalista, pois, para cumprir função socializadora, devia atingir o público, envolvê-lo para que lesse até o fim e se emocionasse. As técnicas, então, seguem essa transformação.

Observando todos esses aspectos e o fato de que o crack quando do seu aparecimento era uma novidade, explica-se o interesse dos jornais em publicar cada vez mais sobre ele. Os conteúdos trazem, nessa perspectiva, ambas as características: a educadora, por contextualizar as mudanças de comportamento, com informações que auxiliavam no entendimento das relações humanas (o consumo do entorpecente, a dinâmica da comercialização da droga e a violência decorrente dela); e a sensacionalista, uma vez que os textos evocam uma espécie de “exótico, incomum, um sentimentalismo ou uma realidade mais fascinante que a ficção” (LAGE, op. cit., p. 6).

As técnicas a respeito da opinião pública são empregadas pelos governos e pela mídia e estão presentes na conversa cotidiana influenciada pelos governos e pela mídia. Edelman explica que notícias dramáticas, como as empregadas pela mídia para descrever a Cracolândia, e as interpretações de eventos, como operações policiais para acabar com o tráfico de drogas ou medidas de internação compulsória, “são rotineiramente implantadas para evocar preocupação, raiva, alívio e crença em geral, e estas são, então, rotuladas de opinião pública” (EDELMAN, 2001, p. 54). De acordo com o autor, a opinião pública é vista como central para a discussão política, consistindo em uma construção social, a qual, portanto, não pode ser observada. Não obstante, a opinião pública, na forma expressa pelas pesquisas, é a “mais comumente manipulada (em todos os sentidos do termo), embora possa ser utilizada cientificamente nas condições de observação diacrônica baseada em séries temporais” (GERSTLÉ, 2005, p. 88).

A segunda concepção, a **visão ecumênica**, da Comunicação Política abordada por Gerstlé tem bases em Norris (2000). Nesta perspectiva, ela representa “um processo interativo relativo à transmissão da informação entre os atores políticos, os meios de informação e o público” (GERSTLÉ, 2005, p. 17). Consiste, então, em um “processo bidirecional em que os líderes políticos estão tentando influenciar o público, ao mesmo tempo que os cidadãos procuram influenciar o governo” (NORRIS, 2000, p. 216).

Matos e Nobre argumenta que o que conta, nessa perspectiva da Comunicação Política, “é a circulação de informações entre atores envolvidos, independentemente das forças sociais e da cultura política que permeiam o ambiente” (MATOS e NOBRE, 2006, p. 68). Segundo a autora, a visão ecumênica “configura-se muito próxima de uma representação sistêmica, característica do funcionalismo” (MATOS e NOBRE, 2006, loc. cit.). Predominam, nela, as ideias de circulação sem travas da comunicação, dada a ausência de relação de forças entre os protagonistas. Porém, Gerstlé argumenta que a ideia de igualdade, na realização dos intercâmbios comunicacionais, é “suspeitosa por conta da indeterminação da informação e porque restringe a legitimidade da troca à categoria tripla dos atores da Comunicação Política” (GERSTLÉ, op. cit., p. 18).

Fagen enfatiza a importância dos meios de comunicação e, assim, da abordagem ecumênica. Conforme o autor, é por intermédio deles que ocorre a troca de informações. Além disso, os meios são os responsáveis por levar a cabo os assuntos políticos ininterruptos do sistema, como é o caso da Cracolândia. O autor acrescenta que “todos os sistemas políticos, quer estejam ou não sofrendo rápida transformação, apresentam mudanças nos canais e redes em uso” (FAGEN, 1971, p. 51). Assim, a participação política do cidadão nos assuntos públicos se dá na medida em que ele, como parte da plateia das massas, absorve a informação reportada em produtos dos jornais, rádio e televisão. No entanto, Fagen diz que sujeito da *pólis* mantém com os meios uma relação de dependência, uma vez que “a maior capacidade de mensagem altera o potencial do sistema para a Comunicação Política” (FAGEN, op. cit., p. 54-60): quanto mais longe e mais rápido vão as notícias, mais um novo corpo de especialistas é envolvido no processo político.

Ainda na perspectiva ecumênica e sobre os meios de comunicação, Agarwal (2010) acresce que eles constituem estruturas especializadas da Comunicação Política. Em primeiro lugar, “porque sua principal função é a transmissão de informações”; em, segundo, pois é através da mídia de massa que os cidadãos e “todos os componentes do sistema político são

informados especificamente de informações políticas, e, também, relevantes politicamente” (AGARWAL, 2010, p. 418).

Terceira concepção, a **abordagem competitiva** da Comunicação Política se dá pelo “embate para influenciar e controlar, pela mídia, as percepções públicas dos acontecimentos políticos que estão em jogo” (MATOS e NOBRE, 2006, p. 69). Passa-se, assim, do intercâmbio indeterminado à luta explícita pelo controle das representações coletivas (GERSTLÉ, 2005, p. 18; MATOS e NOBRE, op. cit., p. 69). Por um lado, esta abordagem evidencia os aspectos cognitivos (construção de sentidos) e simbólicos (noções de conflito) dos processos políticos que ocorrem pela mídia (GERSTLÉ, 2005, loc. cit.). Por outro, por consistir em uma “batalha competitiva” pela influência, determina os assuntos e o formato com que eles são apresentados ao cidadão (MATOS, 1999, p. 32).

Essa é uma luta que, conforme argumenta Bourdieu, opõe, de fato, a imprensa e o poder político.

Tudo ocorre como se os jornalistas quisessem provar para eles mesmos sua autonomia profissional em relação ao poder procurando colocá-lo em dificuldades; os políticos, por sua vez, esforçaram-se por controlar a mídia como eles podem (somente indiretamente hoje). Em outras palavras, a luta está localizada principalmente no terreno mediático e tende a permanecer aí, enquanto o poder cria, com a ajuda de especialistas em comunicação, estratégias que visem a pôr fim à agitação mediática e, em consequência, à agitação em si (BOURDIEU, 1997, p. 76)

Quarta e última, a **visão deliberativa** se traduz pelo “debate coletivo onde se encontram as condições para uma democracia estendida, na qual a inclusão crescente dos cidadãos permite a formação de um autêntico espaço público” (GERSTLÉ, 2005, loc. cit.). Ela é também definida por Gerstlé como um retorno parcial “à revolução intelectual grega do século V antes de Cristo”, pois retoma a ideia da consubstancialidade da política e da comunicação. Nessa perspectiva, Matos e Nobre argumenta que a mídia de massa não deixa de ser considerada no processo de formação de opiniões políticas. Para a autora, o debate coletivo que se dá na esfera pública, portanto, dentro ou fora da mídia, “cria condições para uma democracia ampliada” (MATOS e NOBRE, 2006, p. 69).

A esfera pública, onde são debatidos temas como a Cracolândia, é definida por Habermas (1997) como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de

posição e opiniões” (HABERMAS, 1997, p. 92). Conforme o autor, é “nela que os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, loc. cit.). Entretanto, ele aponta que nem todos os interesses apresentados podem ser representados publicamente, considerando, em particular, o fato de que a deliberação é um “processo pelo qual a vontade de cada um é formada de maneira a conferir legitimidade a seus resultados, e não a soma de vontades já formadas” (HABERMAS, 2003, p. 71). O autor dá como exemplo a criação das leis. Segundo o autor, elas são “o resultado da deliberação geral, e não a expressão da vontade geral” (HABERMAS, 2003, loc. cit.), fornecendo uma explicação para as políticas públicas em resposta à Cracolândia, vistas a seguir.

3.1 DE BRAÇOS ABERTOS E REDENÇÃO

No campo das políticas públicas sobre drogas, o Programa de Braços Abertos, ou DBA, é considerado uma experiência brasileira inovadora (TEIXEIRA; LACERDA; RIBEIRO, 2018, p. 2). Em particular, porque representou “a primeira vez que a morada dos usuários da Cracolândia escapou da díade ruas x comunidades terapêuticas” (BRANDÃO; CARVALHO, 2017, p. 201). Anunciado no dia 6 de janeiro de 2014, como uma “nova operação na Cracolândia”³⁸, o DBA surgiu com o objetivo de promover a reabilitação psicossocial de pessoas em situação de vulnerabilidade social e uso abusivo de substâncias psicoativas, por meio da promoção de direitos e de ações assistenciais, de saúde e de prevenção ao uso abusivo de drogas³⁹. Destinado a usuários de crack em situação de rua, o programa previa a oferta de abrigo (acomodações em sete hotéis, situados no centro da cidade e também na zona norte), tratamento de saúde (internações voluntárias e outros atendimentos, como médicos e odontológicos, etc.), alimentação, atividade ocupacional e capacitação profissional (ALVES; PEREIRA, 2019, p. 80).

Por meio da Assistência Social, a Prefeitura também auxiliou os beneficiários do programa na obtenção de novos documentos, inseriu crianças em creches, e registrou encaminhamentos a cursos no Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Pagava, aos cadastrados na frente de trabalho (pelas atividades de varrição e

³⁸ O ex-prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, anunciou a adoção de uma nova política pública de enfrentamento da territorialidade durante inauguração de uma unidade da Rede Hora Certa, no Hospital Sorocabana, na Lapa, zona oeste de São Paulo. Na ocasião, ele afirmou que era “preciso aprender com o passado e não adotar nenhuma ação higienista”.

³⁹ Referência extraída do artigo 1º do Decreto Municipal 55.067, datado de 28 de abril de 2014.

zeladoria de ruas da região central da cidade), R\$ 15 por dia em carga horária de quatro horas diárias.

Três equipes compunham o programa. A primeira era formada por servidores lotados em serviços de saúde; a segunda, por profissionais de ensino técnico, contratados pela OS (Organização Social) Brasil Gigante, responsável por supervisionar, acompanhar e controlar a ocupação das vagas de hospedagem e remunerar os que atuavam nas frentes de trabalho; a terceira, constituída por profissionais denominados de redutores de danos e oficinairos de quatro CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). São eles: Prates, Adulto Sé, Infantil e AD III Centro.

O DBA concentrou parte de suas atividades em uma instalação denominada de tenda. Tratava-se de um “espaço de baixa exigência”⁴⁰ (GAROFALO; SOARES; CORDEIRO, 2015, p. 126), localizado na Rua Helvétia, onde os profissionais da área da saúde e da assistência social realizavam os cadastros. Os acolhimentos aconteciam mesmo quando as pessoas estavam sob o efeito de drogas, entre as segundas-feiras e sábados, no horário das 7h às 22h. Apesar de não ter a abstinência como pré-requisito para ingresso, participação em atividades ou permanência, o programa atendia apenas pessoas em situação de rua e que faziam uso abusivo de psicoativos. Os beneficiários do De Braços Abertos “eram realidades que permaneciam restritas a alguns” (NASSER, 2018, p. 249-250), demonstrando discricionariedade, não somente na regulamentação, mas na atribuição dos agentes. Eram os membros das equipes (de saúde e assistência social) que determinavam – com base em gestos e marcas físicas⁴¹, observados durante as entrevistas (NASSER, op. cit., p. 261) – quem seria atendido. Embora contemplado no regulamento, o critério de seleção (atender somente quem estivesse fazendo uso de crack e em vulnerabilidade) não é ato vinculado, mas discricionário. Isso porque, como competência atribuída ao agente, sendo o ato o resultado de sua aplicação, a discricionariedade “pressupõe uma situação concreta, não sendo possível falar em discricionariedade em abstrato” (DANIEL, 2013, p. 11).

No âmbito jurídico, o DBA estruturou-se, basicamente, por meio de portarias e decretos, incluindo no seu arcabouço duas leis municipais, uma datada de 2001 e outra de 2003. O primeiro instrumento do marco regulatório do programa é o Decreto Municipal 55.067,

⁴⁰ Baixa exigência é um termo utilizado pelos pesquisadores Beatriz Souza Garofalo, Cássia Baldini Soares e Luciana Cordeiro para descrever um espaço que procura acomodar os horários de atendimento conforme as necessidades dos beneficiários. A menção é feita no artigo Políticas Públicas Estatais na Área de Drogas: O Caso do Programa “De Braços Abertos” (PBDA), de 2015.

⁴¹ De acordo com Nasser, os membros das equipes analisavam se os usuários apresentavam sinais de abstinência (tremor nas mãos) ou queimaduras nas pontas dos dedos, provocadas por uso contínuo de cachimbos, caracterizando que seriam consumidores assíduos.

composto por 11 artigos e correlacionado a outros cinco provimentos, sendo o principal deles, o Decreto Municipal 44.484, de 10 de março de 2004, que regulamenta o POT (Programa Operação Trabalho). Para abrir frentes de trabalho que pudessem contemplar usuários como beneficiários do DBA, a Prefeitura precisou alterar esse segundo decreto, promovendo uma flexibilização.

Para que se compreendam as bases jurídicas do programa, é preciso examinar as regulamentações. O POT fora instituído pela Lei 13.689, de 19 de dezembro de 2003. A norma promulgada pela então prefeita da cidade de São Paulo, Marta Suplicy, dava nova redação a dispositivos da Lei 13.178, de 17 de setembro de 2001, assinada pela mesma gestora. Foi por meio da legislação de 2003 que o Executivo alterou o nome do programa. Quando criada, a ação chamava-se PACT (Programa Ação Coletiva de Trabalho). Originalmente, a norma de 2001, concedia atenção especial ao trabalhador que estava desempregado havia mais de oito meses, com idade igual ou superior a 18 anos, preferencialmente na faixa etária de 21 a 39 anos, sem rendimentos próprios e pertencente à família de baixa renda. O objetivo era promover a reinserção desse cidadão no mercado de trabalho. A legislação seguinte, do ano de 2003, suprimiu os trechos relacionados a tempo de desemprego e idade dos beneficiários, mas manteve requisitos, como comprovação de residência, de renda e de registro mínimo em carteira de trabalho.

Três portarias complementam a base normativa do De Braços Abertos. A de número 596, de 26 de março de 2015, instituiu o comitê setorial, no âmbito da SMS (Secretaria Municipal da Saúde). Outra, 1.752, da SGM (Secretaria do Governo Municipal), de 19 de novembro do mesmo ano, instituiu a coordenação do comitê gestor e definiu os responsáveis por implementar, acompanhar e avaliar as ações do programa. Uma terceira portaria, a de número 62, da SMSU (Secretaria Municipal de Segurança Pública), de 7 de dezembro de 2016, estabeleceu critérios para a concessão da diária especial de atividade complementar. Trata-se de um adicional pago aos guardas civis metropolitanos que atuam fora do horário ordinário de trabalho, caso dos agentes que desempenhavam função de mediadores de conflitos do programa, mas não somente nele.

Mais que normatizar, os instrumentos jurídicos reforçam o caráter intersecretarial do DBA, como definido pela gestão, na época da apresentação. Até então, as ações voltadas à problemática de álcool e outras drogas eram subordinadas à SMSU (GAROFALO; SOARES; CORDEIRO, 2015, p. 125). Exemplo deste tipo de centralização – modelo ainda adotado pelo governo do Estado de São Paulo –, é a “Operação Sufoco”, como ficou conhecida a “Operação

Integrada Centro Legal”, organizada pela PM (Polícia Militar), efetivada em janeiro de 2012 e citada anteriormente. A meta era “impedir que a droga chegasse aos usuários” (MAGALHÃES, 2017, p. 1).

Para estruturar administrativamente o programa, a gestão municipal passou a coordenação da SMSU para a SMS e envolveu, também, as pastas da Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE) e Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). Daí, o programa não possui orçamento específico previsto no ordenamento. Cada pasta coordenava e financiava as respectivas atividades (NASSER, 2018, p. 248).

Pelo conjunto de ações, o DBA constituiu-se como uma política de RD (redução de danos), uma vez que apresentou medidas que visavam minimizar os riscos, sem necessariamente interromper o consumo individual de substâncias psicoativas. Mesmo não existindo um conceito único (CARVALHO; DIMENSTEIN, 2017), é sabido que as políticas de redução de danos englobam “um conjunto de estratégias dirigidas a pessoas que não conseguem ou não querem parar de consumir drogas” (MACHADO; BOARINI, 2013, p. 584), mesmo princípio de campanhas que orientam pessoas a não dirigir após consumir bebidas alcoólicas (XAVIER, 2008, p. 9).

Já o Redenção é um programa “anticrack” (TEIXEIRA; LACERDA; RIBEIRO, 2018, p. 21) criado pela gestão do ex-prefeito – e atual governador eleito – de São Paulo, João Doria, no ano de 2017. Anunciado como projeto, a iniciativa teve primeira reunião para a definição dos parâmetros iniciais no dia 2 de janeiro do mesmo ano. Também em janeiro, mas no dia 9, a equipe de administração municipal registrou um segundo encontro para discussão das diretrizes. Desta vez, já com a formação de um comitê encarregado de desenvolvê-lo. Ainda em 2017, o grupo reuniu-se em mais cinco oportunidades (6 de fevereiro, 13 e 28 de março, 2 e 25 de abril)⁴².

Institucionalmente, o Redenção é definido como um projeto que oferta acolhimento e tratamento a dependentes químicos, conforme descrição feita pela Prefeitura. O programa tem como objetivo diagnosticar, tratar e prevenir o problema do uso abusivo de drogas em São Paulo, “com atenção maior nas chamadas cracolândias da cidade”⁴³. Ele é destinado a tratar pacientes com dependência química em sua integralidade, durante e após a desintoxicação. Para isso, a

⁴² As datas constam no portal da Prefeitura da cidade de São Paulo, podendo ser consultadas em: www.capital.sp.gov.br. Não há divulgação dos conteúdos das reuniões. Em algumas delas, apenas fotos são disponibilizadas.

⁴³ No dia 26 de maio de 2017, cinco dias após a repressão policial, a Folha de S. Paulo publicou matéria com dados da GCM. A corporação havia mapeado total de 23 áreas ocupadas por usuários de drogas oriundos da Cracolândia.

prefeitura paulista disponibiliza equipes de abordagem e acolhimento no território. Os profissionais atuam permanentemente.

O programa teve como primeiras ações, obras nos âmbitos medicinal e paisagístico. As atividades começaram após a megaoperação comandada pelo Denarc (Departamento de Narcóticos) no dia 21 de maio de 2017 e que resultou na prisão de 53 pessoas, no cumprimento de 79 mandados de prisão temporária e de 70 de busca e apreensão. Quase mil policiais participaram. A meta era “desmontar o fluxo da Cracolândia”⁴⁴. Dez dias depois, em 31 de maio, o Executivo publicou o primeiro – e único – instrumento normativo relacionado ao projeto. Trata-se da Resolução Conjunta 5, da SMS, que criou o CSSDQ (Comitê Superior de Saúde para Assuntos de Dependência Química). A principal função dele diz respeito ao controle das internações psiquiátricas involuntárias e voluntárias, de acordo com a Lei 10.216, de 6 de abril de 2001. A legislação federal foi regulamentada pela Portaria GM (Gabinete do Ministro) 2391, do Ministério da Saúde, de 26 de dezembro de 2002. Embora o comitê tenha sido constituído como referência para uma série de ações, ele pavimentou o caminho, por assim dizer, para que a Prefeitura contasse com certo respaldo jurídico para garantir o cumprimento da principal proposta do projeto: “o fim da Cracolândia”⁴⁵.

Conforme a resolução, o comitê é responsável por definir os parâmetros para formação de políticas públicas para promoção de saúde, prevenção e tratamentos dos transtornos decorrentes do uso indevido do álcool, tabaco e outras drogas; acompanhamento de ações de assistência prestadas nos serviços do programa municipal e estadual (o Recomeço); e corroborar para elaboração de programas de capacitação e treinamento de profissionais no âmbito dos serviços da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial). As internações compulsórias, por vezes entendidas como “uma saída individual, cruel e autoritária que o Estado assume” (COELHO; OLIVEIRA, 2014, p. 366), encontram-se, assim, como parte das medidas possíveis de serem requeridas pelo CSSDQ. Tanto que, em 23 de maio de 2017, dois dias depois de apoiar a megaoperação na Cracolândia, a SMJ (Secretaria Municipal de Justiça) solicitou, por meio de ação ingressada no TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo, a internação compulsória de cerca de

⁴⁴ Informações extraídas da reportagem “Megaoperação na Cracolândia pretende marcar o início de reurbanização no centro de SP”, publicada pelo portal R7. De acordo com o texto, João Doria visitou a região no período da manhã, declarou que a ação do Denarc fizera parte do projeto Redenção e anunciara o fim do DBA.

⁴⁵ Em declarações à imprensa, o ex-prefeito decretara o fim da Cracolândia, acrescentando que nem a prefeitura, nem o governo do Estado permitiriam que ela “voltasse”.

400 dependentes químicos que viviam na região. A solicitação havia sido feita a pedido do ex-prefeito João Doria⁴⁶.

No dia 26 de maio de 2017, a Justiça concedeu liminar, permitindo que a Prefeitura retirasse à força os dependentes químicos que estivessem vagando pelas ruas da cidade. O despacho atendeu pedido de tutela de urgência da administração, autorizando os agentes públicos a realizarem, na ocasião, “busca e apreensão” de usuários e o posterior encaminhamento deles para avaliação de uma equipe multidisciplinar. A depender do diagnóstico, as internações compulsórias poderiam ser solicitadas. Contudo, houve revisão no pedido de internação. Em 28 de maio, o TJ-SP acatou pedido apresentado pelo MP (Ministério Público) e Defensoria Pública e suspendeu a permissão. Na sequência, em 30 de maio, o órgão extinguiu o processo que incluía a solicitação da Prefeitura. Em paralelo à contenda judicial, o Executivo anunciou uma megaestrutura de atendimento, que consistia na instalação de 25 contêineres e na implantação de alojamento e plantão médico – em um prédio – para atrair os dependentes químicos acampados na Praça Princesa Isabel, em Campos Elísios, região central, apelidada de nova Cracolândia⁴⁷.

Parte dos recursos para desenvolver as ações – que seguiram em ritmo lento – veio de um recurso emergencial concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário à SMADS. Dos 60 milhões anunciados em junho de 2017 pelo órgão, 83,33% deles – R\$ 50 milhões – foram alocados para o Programa de Proteção Especial, dentro do Redenção. As diretrizes do programa foram divulgadas em 26 de junho de 2017, sob a responsabilidade das secretarias municipais da Saúde; Assistência e Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Cidadania (Assistência Social e Cidadania); Urbanismo e Licenciamento, Habitação, Prefeituras Regionais e Prefeitura Regional da Sé (urbanismo e zeladoria); e Segurança Urbana. Elas estabeleceram total de 25 ações programáticas. Subsequentemente, a Prefeitura iniciou a implantação de unidades emergenciais de atendimento (ATENDE) e realizou nova operação em conjunto com o governo do Estado, desta vez na Praça Princesa Isabel, em junho; lançou o aplicativo do programa, em agosto; e apresentou oficialmente o Redenção em evento na Câmara Municipal, em novembro.

⁴⁶ A fonte da reportagem é o então titular da SMJ, Anderson Pomini, que deixou o cargo junto com o ex-prefeito. João Doria desincompatibilizou-se no dia 5 de abril de 2018 para concorrer ao governo de São Paulo nas eleições gerais do mesmo ano. O propósito era encaminhar os usuários para casas de recuperação no interior de São Paulo, inscritas no Recomeço, o programa estadual de combate à dependência de drogas.

⁴⁷ De acordo com reportagem publicada pela Folha de S. Paulo, a região da praça registrava a circulação de 900 usuários no período da noite. A presença deles deveu-se à mudança do fluxo, até então centrado na região da Luz, por conta da operação realizada pelo governo do Estado de São Paulo em parceria com a Prefeitura.

Embora tenha investido na ação, a Prefeitura reduziu investimentos no programa, como comprovam três decretos publicados em 2018. Por meio de realocação, a gestão de Bruno Covas retirou recursos destinados para manutenção e operação por meio do 58.422, de 14 de setembro; do 58.433, datado de 21 de setembro; e do 58.451, de 2 de outubro. No ano anterior, o Executivo já havia realocado recursos do De Braços Abertos, utilizando como instrumento cinco decretos de abertura de créditos suplementares: 57.865, de 11 de setembro; 57.905, publicado em 28 de setembro; 58.034, de 14 de dezembro; 58.036, de 15 de dezembro; e 58.039, do dia 19 de dezembro de 2017.

Com ou sem cortes, o Redenção manteve-se, ainda, por conta das ações do programa extinto, uma vez que o auxílio aos dependentes químicos persiste. Também porque, de acordo com a execução orçamentária do Programa de Metas 2017-2020, no primeiro ano, o programa dera ênfase ao “custeio das despesas já em andamento”, em compatibilidade com o orçamento aprovado. Em quatro anos, a previsão era investir R\$ 540 milhões. Mesmo dando continuidade aos benefícios de moradia aos dependentes e às atividades de abertura de emprego implantadas pelo De Braços Abertos (NASSER, 2018, p. 248), o Redenção aproxima-se mais de uma política pública centrada em ações de internação, apreensão de usuários e na promoção da abstinência, do que em redução de danos. Como dito anteriormente, as práticas dele remetem a um período anterior à Reforma Psiquiátrica Brasileira. Em especial, porque as diretivas que o constituem priorizam a internação em centros terapêuticos, o que, por si só, contraria as metas nacionais que preconizam serviços abertos e a redução programada de leitos psiquiátricos no país (DELGADO, 2013, p. 42). A Reforma Psiquiátrica Brasileira é decorrente de um processo de superação do modelo manicomial, encontrando ressonância nas políticas públicas de saúde do país (HIRDES, 2009, p. 289).

Os meandros jurídicos do De Braços Abertos e do Redenção estão destrinchados aqui com o propósito de exemplificar como os governos da capital paulista balizaram ações que se contrapõem sem enfrentar resistências. Couto e Arantes (2006) argumentam que, no jogo do perde-ganha político, a maioria vence a minoria “desde que as decisões não contrariem a normatividade constitucional, respeitando os limiares e limites estipulados” (COUTO; ARANTES, 2006, p. 49).

Uma segunda razão para o estudo dos programas é que eles, embora locais, se constituem políticas públicas. Bucci, que conceitua as políticas públicas em direito, diz que elas fazem parte do campo do estudo jurídico (BUCCI, 2006, p. 1) e, como tal, têm um componente de ação estratégica. De acordo com a autora, as políticas públicas “incorporam elementos sobre

a ação necessária e possível naquele momento determinado, naquele conjunto institucional e projeta-os para o futuro mais próximo” (BUCCI, 2006, p. 1). Marques expande nossos horizontes sobre as políticas públicas, afirmando que elas tratam “do conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em um sentido amplo” (MARQUES, 2018, p. 24). Se pensarmos que o Estado, quando fornece os recursos materiais aos meios de comunicação, também os controla via partidos políticos (LEMIEUX, 1995, p. 99), não se vislumbra o mais fraco vencendo o mais forte na disputa democrática, nem a Comunicação Política, em particular quando trata da Cracolândia, escapando desse processo de simbiose.

4. PESQUISA, METODOLOGIA, RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO

Este capítulo dedica-se à apresentação de aspectos fundamentais da metodologia empregada na construção da pesquisa. Em primeiro, estão os objetivos geral e específicos, as questões a serem observadas, a definição das unidades de análise e o número de casos a serem estudados. Na sequência, são expostos os critérios utilizados para a seleção dos jornais que servirão de fonte, seguidos dos instrumentos de coleta de dados, esta, constituída de pesquisa documental. A abordagem seguinte refere-se aos instrumentos de análise de dados. E, por último, os resultados.

O objetivo geral é investigar se a consubstancialidade (BURKE, 1969) da política e da comunicação constitui obstáculo à concepção deliberativa (GERSTLÉ, 2005; MATOS e NOBRE, 2006) quando se trata da Cracolândia da região central da cidade de São Paulo no processo da Comunicação Política que se dá por intermédio da imprensa. Para tanto, recorre-se a estudo de caso com a finalidade de aferir em quais concepções da Comunicação Política estão amparadas as discussões e construções de soluções para a territorialidade viabilizadas nos períodos analisados.

São objetivos específicos:

- Verificar quais ações sobre a Cracolândia da região central da cidade de São Paulo são reportadas pela imprensa e produzidas dentro do processo de Comunicação Política e averiguar a existência ou não de abertura para a participação cívica;
- Analisar a pertinência da teoria da consubstancialidade (BURKE, 1969) ao objeto de estudo de modo a investigar se o compartilhamento em comum da

identificação entre os políticos e os jornalistas exclui do processo os cidadãos e, por conseguinte, a deliberação pública nas concepções de Gerstlé (2005) e Matos e Nobre (2006);

- Examinar dados relevantes quanto à dinâmica dos reportes nos meios de comunicação (escolha de temas e fontes) visando discutir novas perspectivas no espaço público.

Para o cumprimento desses objetivos, as seguintes questões de pesquisa serão observadas:

- Quais são os principais acontecimentos publicados pela imprensa sobre a Cracolândia, em que períodos eles pautam os veículos, com que frequência e em quais formatos?
- Quem são as fontes utilizadas pelos veículos para embasar os textos que tratam da territorialidade?
- Como as coberturas jornalísticas corroboram para conformar novas políticas públicas envolvendo a territorialidade e se a concepção deliberativa pode ser contemplada?

4.1 METODOLOGIA

Para a presente pesquisa, é proposto um estudo de casos múltiplos, holístico e explanatório (YIN, 2001), visando ao levantamento das coberturas dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, considerando que a imprensa é a via primária e pela qual se dá o processo da Comunicação Política.

Este estudo caracteriza-se como essencialmente misto, uma vez que, como argumenta Eindhoven a evidência pode se dar tanto pelas palavras como por identidades (EISENHARDT, 1989, p. 534). Ademais, Lopes (2003, p. 133), que critica a definição restritiva das técnicas de investigação, defende uma combinação de diferentes técnicas quantitativas e qualitativas na realização das pesquisas, razão pela qual optamos por empregar as análises documental e de conteúdo, dado que, como explica Creswell, os estudos mistos podem “começar com um método quantitativo, no qual teorias ou conceitos são testados, e depois prosseguir com um método qualitativo, envolvendo a exploração detalhada de poucos casos ou de poucas pessoas” (CRESWELL, 2007, p. 33).

A pesquisa é descritiva, pois visa a descrever o volume de notícias produzidas sobre a Cracolândia de São Paulo em cada um dos jornais consultados, os gêneros textuais às quais pertencem, as fontes dos textos, os períodos nos quais a territorialidade é abordada e a discutir, a partir dos resultados, o papel dos veículos, dos políticos e cidadãos quanto às políticas públicas, além de verificar a existência ou ausência de abertura à participação pública em relação ao tema. Reforça-se, assim, a meta de descrever o fenômeno da Comunicação Política tal qual como se dá.

Dada a abrangência, esta pesquisa é considerada um estudo de caso pois “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando: os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32). Nesse sentido, Fachin argumenta, ainda, que o estudo de caso é caracterizado por ser “um estudo intensivo” e acrescenta que seu método “leva em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado” (FACHIN, 2006, p. 45). Em suma, todos os aspectos são investigados.

Para Martino, estudo de caso “é a pesquisa feita a partir da análise de uma situação, escolhida com base em critérios definidos, para responder às perguntas propostas nos objetivos do trabalho” (MARTINO, 2018, p. 209-210). O autor diz que, neste tipo de estudo, o olhar do pesquisador se volta para uma situação, de certo modo, já limitada. E acrescenta que o ponto crucial é a profundidade, uma vez que se procura verificar todos os aspectos envolvidos para elaborar uma análise.

Pontua-se a pesquisa como um estudo de casos múltiplos, pois ela consiste na análise de duas coberturas jornalísticas e porque esse tipo de estudo permite, além de verificar similaridades e diferenças entre os casos, estabelecer que um estudo possa ser complementar ao outro, favorecendo uma melhor análise dos dados. Os casos múltiplos ajudam a projetar estudos “mais rigorosos e consistentes metodologicamente” (YIN, 2001, p. 40). Além disso, a pesquisa é holística, uma vez que atende aos critérios descritos por Stake. O autor argumenta que pesquisas são holísticas quando são detalhadas, abrangentes e conceituais (STAKE, 2011, p. 191). Diante disso, considera-se o estudo de caso o método mais indicado para a realização desta pesquisa.

4.2 UNIDADE DE ANÁLISE

Para Duarte e Barros, a unidade de análise é um dos componentes fundamentais do estudo de caso, “pois implica a definição do que é um ‘caso’” (DUARTE; BARROS, 2005, p.

224). Yin, por sua vez, argumenta que a definição da unidade de análise está relacionada “à maneira com que as questões iniciais da pesquisa foram definidas” (YIN, 2001, p. 44). Sendo assim, a seleção apropriada depende da capacidade do pesquisador em especificar corretamente as questões primárias.

Com base nas perguntas deste estudo e no objetivo geral, elege-se como unidade de análise a participação cívica dos cidadãos, reportadas ou não na imprensa. A finalidade é verificar se a consubstancialidade da política e da comunicação, conforme definido por Burke (1969) e discutido por Del Rey (1996), converte-se em impeditivo para a concepção deliberativa da Comunicação Política (GERSTLÉ, 2005; MATOS e NOBRE, 2006). Embora abrangente, o corpus da pesquisa contempla abordagem recomendada às pesquisas. Fachin, por exemplo, acentua que quando as comunidades ou grupos (no caso, as coberturas jornalísticas sobre a Cracolândia) forem grandes, o pesquisador deve sempre recorrer ao auxílio da amostragem (FACHIN, 2006, p. 46).

4.3 DEFINIÇÃO DO NÚMERO DE CASOS

Para esta pesquisa, considerou-se a realização de um estudo de casos múltiplos, consistindo nas coberturas da Cracolândia registradas pelos jornais O Estado de São Paulo e Folha de S. Paulo em quatro períodos especificados. Yin diz que os estudos de casos múltiplos ajudam “na identificação das informações relevantes” (YIN, 2001, p. 43). E Martino fortalece nosso entendimento, dando o embasamento para a escolha desse tipo de pesquisa ao esclarecer que, embora o estudo de notícias de vários veículos sobre um único acontecimento (ou tema, instituições, processos, etc.) não seja necessariamente um caso, a cobertura de um veículo é (MARTINO, 2018, p. 211). Assim sendo, tem-se dois casos a serem estudados, e, portanto, delimitados.

4.4 SELEÇÃO DOS JORNAIS

Observaram-se alguns critérios para a seleção dos jornais escolhidos para compor esta pesquisa. Inicialmente, optou-se pelo Estado de S. Paulo e pela Folha de S. Paulo por estarem entre os jornais com maior circulação impressa no país, de acordo com o IVC (Instituto Verificador de Circulação). O Estado de S. Paulo, ou “Estadão”, é o mais antigo dos jornais da cidade de São Paulo em atividade⁴⁸. Começou a circular em 4 de janeiro de 1875, com o nome “A Província de S. Paulo” e tiragem inicial de 2.000 exemplares. Em outubro de 2019, segundo

⁴⁸ Fonte: <http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>.

o IVC, o jornal registrou média de 97.125 exemplares impressos por dia. Já a “Folha”, como é mais conhecida, contabilizou 86.196 exemplares diários impressos, no mesmo período do levantamento. A Folha de S. Paulo é resultado da fusão de três outras publicações do Grupo Folha: a “Folha da Noite” (lançado em 1921), a “Folha da Manhã” (que começou a circular em 1925) e a “Folha da Tarde” (criado no ano de 1949). O grupo conta também com instituto de pesquisa (o Datafolha), uma editora de livros (a Publifolha), uma agência de notícias (a Folhapress) e um parque gráfico, com agências de publicidade, gráficas para as impressões e distribuição dos produtos feita por meio da SPDL (empresa de entregas), constituída em associação com o Estadão⁴⁹.

Outro aspecto considerado é que, a despeito da tiragem, ambos os jornais possuem acervo digitalizado, tornando a pesquisa viável e possível. Como a mídia de massa inclui cinema, revista, rádio, televisão e internet, outros suportes poderiam ser escolhidos, uma vez que a cobertura da Cracolândia, dentro ou fora do processo da Comunicação Política, não está restrita aos jornais. Ademais, a televisão e o rádio – e não o jornal – consistiam na mídia de massa antes dos anos 90 (SOUZA JUNIOR, 2020, p. 72), justamente o período que marcou o aparecimento do crack no Brasil, sua expansão e o nascimento da territorialidade em São Paulo. Ocorre que, em função da quantidade de veículos de comunicação existentes, da periodicidade e da diversidade da cobertura, tanto a coleta como a análise dos conteúdos poderiam ser demasiadamente complexas. Além disso, Oliveira enfatiza que, na contemporaneidade, a internet se constitui “uma ferramenta indispensável à humanidade para informações rápidas sobre os mais diversos assuntos” (OLIVEIRA, 2007, p. 70). Para o pesquisador – complementa a autora –, a internet “facilita o acesso aos periódicos científicos, às bibliotecas virtuais, além de oferecer informações sobre os mais variados temas que queira estudar” (OLIVEIRA, op. cit., p. 71). Diante do exposto, os jornais se viabilizam mais indicados à esta pesquisa.

4.5 COLETA DE DADOS

Dada a fonte, os dados coletados são secundários e obtidos a partir de buscas tendo como indicador a palavra Cracolândia, resultando em 436 ocorrências, sendo 254 registros via acervo digital do Estadão e 182 via Folha. Desse total, para observação, foram selecionados 79 textos, divididos nos gêneros textuais: reportagem, artigo, coluna, entrevista e editorial. O critério para a seleção desses textos baseou-se em dois aspectos: o emprego da palavra Cracolândia nos títulos e/ou subtítulos dos textos, de modo a identificá-la como tema central

⁴⁹ Fonte: www.folha.uol.com.br/institucional/

dos textos; e a exclusão de materiais em duplicidade, levando-se em conta que, em ambos os acervos digitais pesquisados, há informações atualizadas e publicadas em cadernos que circulam em versões local e nacional. Também se optou por não organizar os textos e a não os contabilizar por editorias, devido às modificações feitas pelos veículos de comunicação em suas classificações ao longo do tempo.

Os gêneros textuais foram escolhidos com base no entendimento de Beltrão e Lage. O primeiro diz que reportagem e entrevista fazem parte do jornalismo informativo, enquanto artigo, coluna, editorial são do jornalismo opinativo (BELTRÃO, 1969, p. 212); o segundo, defende que uma notícia pode coincidir tanto com reportagem como com artigo, crônica ou crítica, ampliando o sentido da informação, que “não é apenas uma estruturação de dados” (LAGE, 2001, p. 49). Costa nos ajuda a explicar as diferenças do gênero textual. Por reportagem, segundo o autor, entende-se o texto jornalístico veiculado pela imprensa e resultado de uma atividade jornalística que consiste em adquirir informações sobre um determinado assunto ou acontecimento para transformá-las em noticiário; por entrevista, as coletas de declarações, informações e opiniões tomadas por jornalistas para divulgação através dos meios de comunicação; por artigo, o texto de opinião dissertativo ou expositivo; por coluna, entende-se a seção especializada, geralmente assinada, e redigida em estilo livre e pessoal; e por editorial, o artigo de opinião em que se discute temas ou acontecimentos socialmente relevantes (COSTA, 2014, p. 40-114).

As notícias coletadas são de quatro intervalos distintos: julho, agosto, setembro e outubro de 2012; janeiro, fevereiro, março e abril de 2013; julho, agosto, setembro e outubro de 2016; e janeiro, fevereiro, março e abril de 2017. Os intervalos correspondem aos períodos das eleições à prefeitura de São Paulo nos anos de 2012 e de 2016; e ao início da gestão dos vencedores dos pleitos, os primeiros quadrimestres de 2013 e de 2017. A escolha leva em consideração dois aspectos: o primeiro, averiguar se, no processo da Comunicação Política que se dá pela mídia, a Cracolândia esteve presente como tema de notícias, no prazo da corrida eleitoral majoritária; o segundo, verificar se as questões abordadas durante o período do escrutínio continuaram sendo abordadas pela imprensa. Estabelece-se, assim, uma relação de equidade em termos de comparação, ainda que, do ponto de vista do direito, o prazo seja demasiado curto para “o Estado prover uma visão estratégica em perspectiva, articulada junto a um projeto político” (BUCCI, 2018, p. 54)

Yin salienta que “as evidências para um estudo de caso podem vir de seis fontes distintas” (YIN, 2001, p. 105), a saber: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta,

observação participante e artefatos físicos. Este estudo tem base documental, na forma de notícias, no sentido amplo, publicadas na mídia. Conforme o autor, o mais importante no uso dos documentos é que eles valorizam evidências de outras fontes e permitem inferências (YIN, 2001, p. 109).

Os dados coletados desta pesquisa restringem-se às notícias, excluindo-se imagens e gráficos. A razão é que esses elementos exigiriam o incremento de novas técnicas, com risco de aumento da complexidade da coleta e da análise e de esvaziamento da discussão a que se propõe esta pesquisa.

As fontes das notícias, um dos principais indicadores deste estudo, serão analisadas seguindo tipologia apresentada por Lage (2001). São elas: fontes oficiais, oficiosas e independentes; primárias e secundárias; e testemunhais e experts. Por fontes oficiais, oficiosas e independentes, entende-se as ligadas ao Estado, as autorizadas a falar em nome de uma instituição e as desvinculadas de relação de poder ou interesse específico, respectivamente. Fontes primárias são as que fornecem fatos ou versões dos fatos e fontes secundárias as consultadas para a preparação de uma pauta. Por fontes testemunhais, entende-se as que estão envolvidas emocionalmente em determinado assunto, e, por experts, as que fornecem versões ou interpretações de eventos.

Como documentos, as notícias representam questões “apenas de maneira limitada” (FLICK, 2013, p. 125), exigindo interpretação além da estatística. Assim, para analisá-las, é preciso considerar quem as produziu, para quem e com que propósito, resultando na vinculação entre pesquisa quantitativa e qualitativa, mas mais que isso. Santos et. al. (2017, p. 3) e Creswell (2007, p. 29) acrescentam que os estudos de métodos mistos “promovem o entendimento sobre o fenômeno de escolha de uma forma que não se obteria com a utilização de somente uma abordagem”.

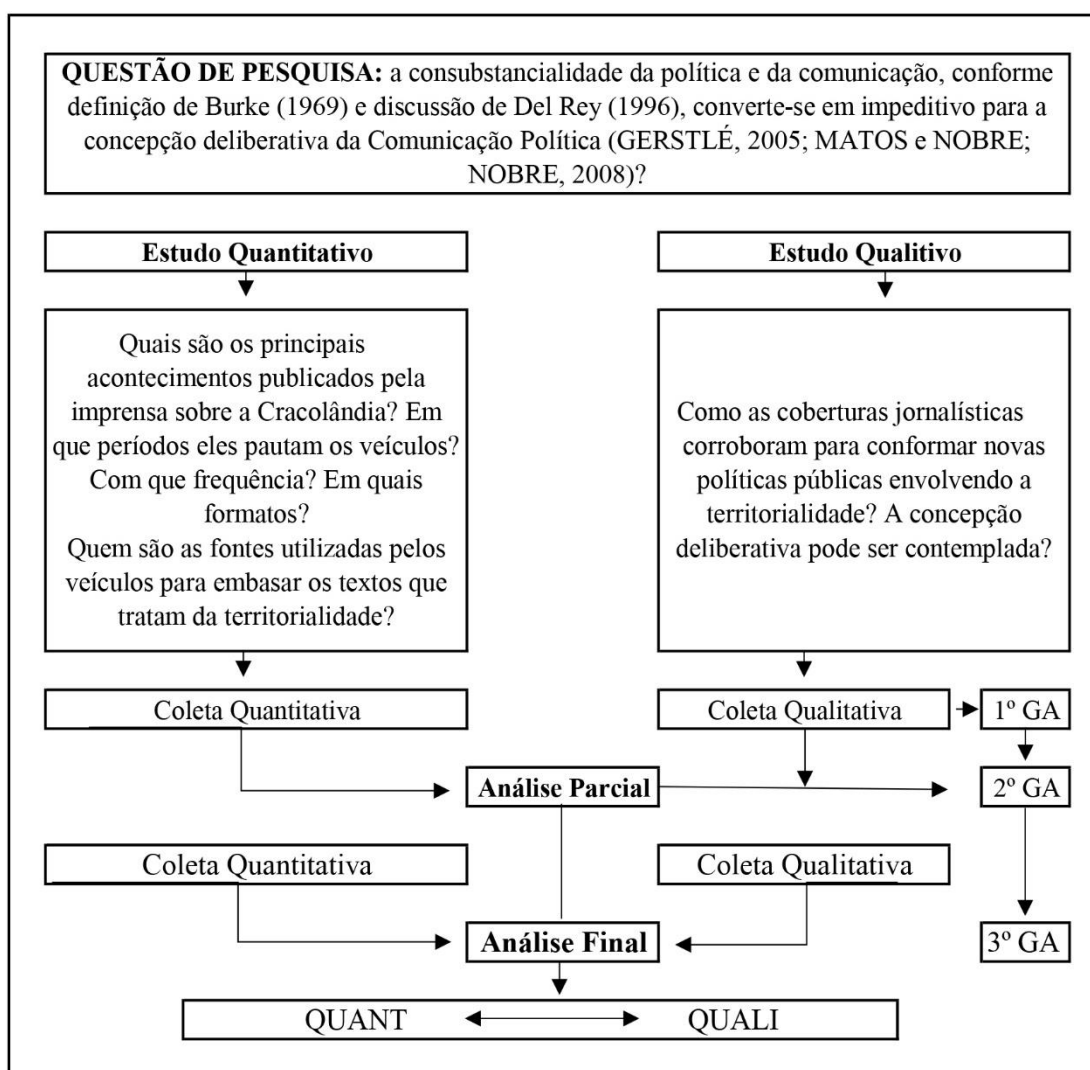
4.6 ANÁLISE DOS DADOS

A análise quantitativa dos dados deu-se por meio de estatística descritiva, apresentando e resumindo os gêneros textuais e os períodos nos quais a Cracolândia da região central da cidade de São Paulo apareceu como notícias nos cinco gêneros textuais pontuados nos jornais e intervalos selecionados. Para o tratamento dos dados estatísticos, recorreu-se ao programa Excel, software que possibilita a realização de observação aliada a cálculos percentuais e elaboração de gráficos.

Para a análise qualitativa dos dados, optou-se pela análise de conteúdo. Segundo Bardin, a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31). E ela pode ser quantitativa ou qualitativa. No primeiro caso, o que importa é a frequência com que certas características do conteúdo aparecem. No segundo, a presença ou ausência de uma determinada característica do conteúdo ou de um determinado conjunto de características.

As análises foram realizadas em duas etapas (ver Quadro 2). Inicialmente, houve exame parcial do 1º Grupo Amostral, a fim de avaliar os aspectos que poderiam ser explorados com o 2º Grupo Amostral. Posteriormente, definiu-se o 3º Grupo Amostral para comprovar ou descartar a hipótese de exclusão da concepção deliberativa pela consubstancialidade da política e da comunicação, elaborada a partir da coleta de dados do 1º e 2º grupos, considerando as fontes das notícias.

Quadro 2 – Diagrama do Desenho de Estudo



O modelo de análise escolhido para esta pesquisa é misto e utiliza categorias para a interpretação dos dados. Conforme Duarte e Barros (2005, p. 79), categorias “são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionados”.

Para este estudo, foram criadas as seguintes categorias de análise quantitativa:

- A) Gêneros textuais: notícias informativas e opinativas. Essa categoria é estruturada pelos códigos: A1 – Reportagem; A2 – Artigo; A3 – Coluna; A4 – Entrevista; e A5 – Editorial.
- B) Período de abordagem: composto por textos publicados em quatro intervalos, estruturados pelos seguintes códigos: B1 – Pré-Eleitoral 2012; B2 – Pós-Eleitoral 2013; B3 – Pré-Eleitoral 2016; e B4 – Pós-Eleitoral 2017, que compreendem, respectivamente, julho, agosto, setembro e outubro de 2012; janeiro, fevereiro, março e abril de 2013; julho, agosto, setembro e outubro de 2016; e janeiro, fevereiro, março e abril de 2017.

E para a análise qualitativa, as categorias a seguir:

- C) Ações reportadas: engloba iniciativas dos governos estadual e municipal e outros órgãos, visando atender usuários e o “fim” da Cracolândia, estruturada pelos códigos: C1 – Ação Estadual; C2 – Ação Municipal e C3 – Ação de Outros Órgãos, exemplificados no Quadro 3.

Quadro 3 - Códigos da Categoria Ações Reportadas

Códigos	Mostras de Marcação
C1 - Ação Estadual	“Um ano após o início da operação na cracolândia, o governo do Estado de São Paulo vai fazer um ‘mutirão’ para internações involuntárias de dependentes químicos que ficam nas ruas do centro da capital. A permissão de recolhimento será dada por um parente. A ideia é lançar o programa em dez dias, com apoio de psiquiatras, juizes, promotores e advogados. (O Estado de S. Paulo, 4 JAN, 2013), (C1)”
C2 - Ação Municipal	“Batizado de Redenção, o novo programa do prefeito João Doria (PSDB) para a cracolândia vai acabar com a remuneração de dependentes por serviços pagos pela prefeitura, como varrição, e oferecerá vagas de trabalho em empresas privadas, com salários de R\$ 1.800. (Folha de S. Paulo, 6 JAN, 2017), (C2)”

(Continuação do Quadro 5)

C3 - Ação de Outros Órgãos	“A participação da Justiça e da OAB é justamente para evitar exageros. O objetivo do programa é garantir tratamento adequado para quem precisa e não tem condições de decidir sobre isso”, diz o advogado Cid Vieira de Souza Filho, presidente da Comissão de Estudos sobre Educação e Prevenção de Drogas da OAB-SP, que participa das discussões com o governo. (O Estado de S. Paulo, 3 JAN, 2013), C3”
-----------------------------------	---

D) Participação cívica: engloba fontes dos textos, sendo estruturada pelos códigos: D1 – Fontes Oficiais, Oficiosas e Independentes; D2 – Fontes Primárias e Secundárias; e D3 – Fontes Testemunhais e Experts. O Quadro 4 traz exemplos de marcação dos códigos.

Quadro 4 - Códigos da Categoria Participação Cívica

Códigos	Mostras de Marcação
D1 - Fontes Oficiais, Oficiosas e Independentes	“Ação anticrack de Haddad é alvo de investigação em SP. Ministério Público apura falta de controle no dinheiro pago aos beneficiários. O Braços Abertos é uma das bandeiras da gestão municipal e teve como foco usuários de droga na região da cracolândia. O Ministério Público do Estado de São Paulo investiga indícios de irregularidades no programa De Braços Abertos, bandeira do prefeito Fernando Haddad (PT) voltada a dependentes de drogas, em especial na região cracolândia, no centro da capital. (Folha de S. Paulo, 2 SET, 2016), (D1)”
D2 - Fontes Primárias e Secundárias	“Cracolândias de SP e Rio vão ser vigiadas por 220 câmeras. Equipamentos doados pelo governo federal serão operados por policiais estaduais. Imagens servirão de combate a traficantes e serão monitoradas de um micro-ônibus. A cracolândia da região central de São Paulo passará a partir de maio a ser monitorada por 220 câmeras, que funcionarão 24 horas por dia e serão operadas a partir de micro-ônibus com monitores. (Folha de S. Paulo, 25 ABR, 2013), (D2)”
E3 - Fontes Testemunhais e Experts	“A minha história é só triste, mano”. Usuário conta experiência de estar em abrigo da Prefeitura de dia e enfrentar o vício ao sair: ‘Tem de evitar o primeiro. Se não, fica a noite toda fumando’. O primeiro contato com as pedras de crack ocorreu quando ele tinha 15 anos. Hoje, com 21, o desempregado Valdir Cardoso dos Santos vive o drama de ser um adulto não com um projeto de vida produtivo, um sonho de uma vaga no ensino superior ou um trabalho decente. A tarefa dele, que mora na rua no centro de São Paulo e frequenta o espaço de convivência da Prefeitura (para viciados e desabrigados), é livrar-se do cachimbo de crack que lhe entortou a vida na adolescência e só lhe rendeu dependência química, abandono, roubo e cadeia. (O Estado de S. Paulo, 1º JUL, 2012), (C3)”

4.7 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS

À coleta realizada entre os anos de 2018 e 2019, procedeu-se uma atualização em agosto de 2020. Dos 436 textos contabilizados a partir do indicador Cracolândia, 357 foram descartados. A seleção das notícias deu-se, como argumentado anteriormente, em função de duplicação do conteúdo e por conta de os textos apenas fazerem menções à territorialidade em reportagens, artigos, colunas, entrevistas e editoriais publicados sobre outras temáticas. Para facilitar o acompanhamento, os códigos serão reinseridos sempre que houver menções a eles, de modo a evitar a necessidade de se retornar até onde estão especificados.

No levantamento geral, que compõe o 1º Grupo de Análise, o Estadão figura como jornal com maior número de textos com a palavra Cracolândia, somando 254, ou 58,26% dos materiais coletados na primeira etapa da pesquisa. A busca junto à Folha retornou 182 textos, o equivalente a 41,74% do total. Pelos dados brutos – e à primeira vista – verifica-se uma predominância dos textos relacionados à Cracolândia no primeiro diário. O Estadão aparece, também, como o jornal com mais materiais descartados, na primeira fase da análise qualitativa, com 219 textos não selecionados, ou 61,34% do total, para compor o 2º Grupo de Análise. Da Folha, 138 materiais precisaram ser descartados por não atenderem aos critérios expostos anteriormente, resultando em 38,66% dos textos não aproveitados. Na mensuração do aproveitamento, verifica-se uma inversão. A Folha aparece com 55,70% dos textos selecionados (44) e o Estadão registra 44,30% dos materiais aproveitados (35 no total) para o 2º Grupo de Análise.

A Tabela 1 refere-se à gestão do espaço do Estadão e da Folha quanto à distribuição do gênero textual considerando os materiais constantes do 2º Grupo de Análise. Os dados são correspondentes aos quatro períodos delimitados para a pesquisa e compostos apenas por textos com menção à Cracolândia de São Paulo nos títulos e/ou subtítulos, não duplicados e não caracterizados como chamadas – os resumos de notícia estampados em capa ou sumário (COSTA, 2008, p. 69).

Tabela 1 - Gestão do espaço em relação ao Gênero Textual

Tipo de Texto	Estadão	Folha	Total de Textos
Reportagem	25	36	61
Artigo	2	5	7
Coluna	5	1	6
Entrevista	3	0	3
Editorial	0	2	2
Edições	35	44	79

A) Gêneros textuais: notícias informativas e opinativas. Essa categoria é estruturada pelos códigos: A1 – Reportagem; A2 – Artigo; A3 – Coluna; A4 – Entrevista; e A5 – Editorial.

A reportagem (A1) aparece como gênero jornalístico principal em textos sobre a Cracolândia. Do material selecionado, o Estadão dedicou 71,43% do seu conteúdo a esse gênero. Os demais, somaram: 14,29% (colunas, A3), 8,57% (entrevistas, A4) e 5,71% (artigos, A2) A Folha registrou 81,82% em reportagens (A1), 11,36% em artigos (A2); 4,55% em editoriais (A5) e 2,27% em colunas (A3). Não houve texto selecionado do Estadão como editorial e texto selecionado da Folha como entrevista.

Pelos critérios de exclusão de duplicidade e do tema principal, foram selecionadas 61 reportagens (A1), 7 artigos (A2), 6 colunas (A3), 3 entrevistas (A4) e 2 editoriais (A5) para composição do 2º Grupo de Análise. Verifica-se, assim, que a reportagem (A1) é o gênero textual prioritário sobre a Cracolândia também neste GA, correspondendo a 77,22% dos materiais publicados pelos veículos de comunicação analisados. Os artigos (A2) somam 8,86%, seguidos das colunas (A3), com 7,59%; das entrevistas (A4), totalizando 3,80%; e dos editoriais (A5), com 2,30%.

Com base nos dados, verifica-se que o caráter informativo predomina sobre o opinativo, conforme Tabela 2:

Tabela 2 - Textos Informativos e Textos Opinitivos selecionados do Estadão e Folha

Textos Informativos		Textos Opinitivos	
Reportagem	77,22%	Artigo	8,86%
Entrevista	3,80%	Coluna	7,59%
		Editorial	2,53%
Subtotal %	81,02%	Subtotal %	18,98%

Analisando os gêneros textuais, pontuamos que a concepção deliberativa, a qual “aponta o debate coletivo como condição necessária para a legitimidade do exercício do poder e da racionalidade na tomada de decisões políticas” (MATOS e NOBRE, 2006, p. 70-71), não está completamente ausente – tampouco plenamente contemplada – no processo da Comunicação Política que se dá por meio dos jornais pesquisados. Basta ver que 18,98% dos textos publicados pelo Estadão e pela Folha trazem participação que não a dos jornalistas, muito embora colunas

e editoriais, portanto, 11,39% dos materiais, digam respeito às opiniões de especialistas, de outros interessados no assunto e dos proprietários dos veículos de comunicação, desse modo, das elites. Verifica-se, entretanto, uma margem de 8,86% dos textos que pode abarcar a participação da sociedade civil, mas, ainda assim, textos ligados ao caráter de opinião e não ao debate propriamente dito. Apesar de percentualmente menores, no comparativo com os informativos, os textos opinativos oferecem condições de comunicação para a formação discursiva da opinião e da vontade de um público, segundo o conceito discursivo de democracia (HABERMAS, 2003, p. 72).

De acordo com Habermas, o conceito discursivo de democracia baseia-se na mobilização política e no aproveitamento da força produtiva da comunicação, o que nos leva ao segundo momento da análise, ao olharmos para os períodos nos quais a Cracolândia esteve reportada. As Tabelas 3 e 4 trazem as quantificações dos textos publicados, por veículo e período de abordagem:

Tabela 3 - Quantificação dos Textos Publicados por Períodos

O ESTADO DE S. PAULO							
B1 – Pré-Eleitoral 2012		B2 – Pós-Eleitoral 2013		B3 – Pré-Eleitoral 2016		B4 – Pós-Eleitoral 2017	
Julho	4	Janeiro	7	Julho		Janeiro	1
Agosto	5	Fevereiro		Agosto	4	Fevereiro	4
Setembro	2	Março		Setembro	2	Março	3
Outubro		Abril		Outubro	1	Abril	
Subtotal	11	Subtotal	7	Subtotal	7	Subtotal	8

Tabela 4 - Quantificação dos Textos Publicados por Períodos

FOLHA DE S. PAULO							
B1 – Pré-Eleitoral 2012		B2 – Pós-Eleitoral 2013		B3 – Pré-Eleitoral 2016		B4 – Pós-Eleitoral 2017	
Julho	4	Janeiro	6	Julho	3	Janeiro	4
Agosto	4	Fevereiro		Agosto	13	Fevereiro	
Setembro	2	Março		Setembro	3	Março	1
Outubro		Abril	2	Outubro	2	Abril	2
Subtotal	10	Subtotal	8	Subtotal	21	Subtotal	7

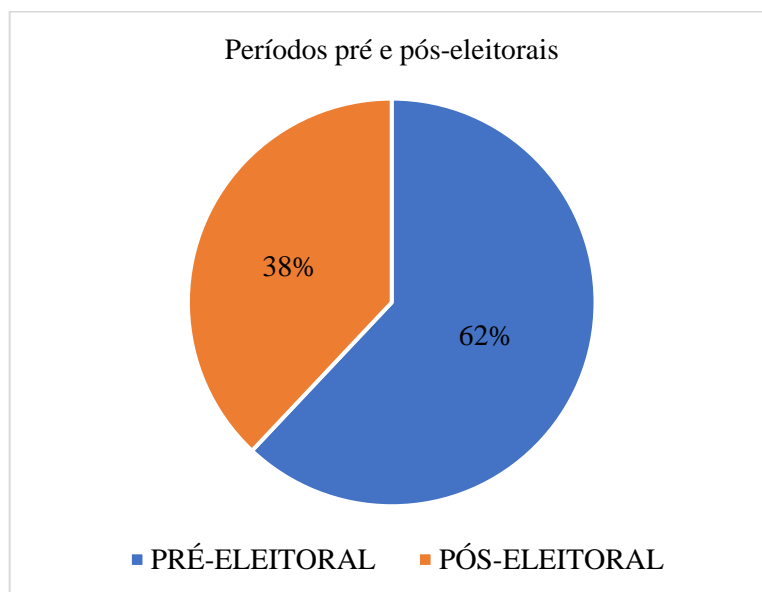
B) Período de abordagem: composto por textos publicados em quatro intervalos, estruturados pelos seguintes códigos: B1 – Pré-Eleitoral 2012; B2 – Pós-Eleitoral 2013; B3 – Pré-Eleitoral 2016; e B4 – Pós-Eleitoral 2017, que compreendem, respectivamente, julho, agosto, setembro e outubro de 2012; janeiro, fevereiro, março e abril de 2013; julho, agosto, setembro e outubro de 2016; e janeiro, fevereiro, março e abril de 2017.

A Tabela 3 mostra que, do material coletado do Estadão e selecionado para o 2º Grupo de Análise, há mais textos sobre a Cracolândia no período pré-eleitoral de 2012 (B1) que no pré-eleitoral de 2016 (B3). De julho a outubro de 2012, há 11 textos atendendo aos critérios de análise abordando a territorialidade; e, de julho a outubro de 2016, eles somam 7. Em contrapartida, constata-se menos textos no pós-eleitoral de 2013 (B2) em comparação ao pós-eleitoral de 2017 (B4). Em 2013, de janeiro a abril, há 7 textos selecionados. Em 2017, no mesmo período, os textos somam 8.

Na Tabela 4, com dados referentes à Folha, constata-se outro panorama: menos textos no período pré-eleitoral de 2012 (B1) frente ao pré-eleitoral de 2016 (B3) e mais textos no período pós-eleitoral de 2013 (B2) em comparação ao de 2017 (B4). São 10 os textos selecionados de 2012 para o 2º GA, e 21 de 2016; em 2013, os textos que atenderam aos critérios de seleção somaram 8 e, em 2017, o total foi de 7. Necessário pontuar que as análises englobam os cinco gêneros textuais descritos.

Se considerarmos apenas os resultados acima, não é possível afirmar que exista um período específico (se antes das eleições ou após os escrutínios) de predominância na abordagem, por parte dos jornais, dentro do prazo avaliado e com base nos critérios, a respeito da Cracolândia, posto que, como visto, a contabilização dos textos não corrobora para tal ideia. Entretanto, quando os números são combinados, tem-se uma terceira perspectiva, a que permite tal afirmação. Pela comparação da soma dos períodos pré-eleitorais (B1 e B3) e pós-eleitorais (B2 e B4), constata-se mais textos publicados pelos jornais que tratam da territorialidade nos meses em que se dão as disputas das eleições municipais, que nos primeiros meses dos mandatos dos prefeitos eleitos. São 49 textos antes das eleições e 30 depois, conforme verifica-se na FIGURA 3.

Figura 3 - Percentuais de textos selecionados por períodos



- A) Gêneros textuais: notícias informativas e opinativas. Essa categoria é estruturada pelos códigos: A1 – Reportagem; A2 – Artigo; A3 – Coluna; A4 – Entrevista; e A5 – Editorial.
- B) Período de abordagem: composto por textos publicados em quatro intervalos, estruturados pelos seguintes códigos: B1 – Pré-Eleitoral 2012; B2 – Pós-Eleitoral 2013; B3 – Pré-Eleitoral 2016; e B4 – Pós-Eleitoral 2017, que compreendem, respectivamente, julho, agosto, setembro e outubro de 2012; janeiro, fevereiro, março e abril de 2013; julho, agosto, setembro e outubro de 2016; e janeiro, fevereiro, março e abril de 2017.

De acordo com os dados, tem-se, então, mais reportagens (A1) sobre a Cracolândia e uma maior incidência delas nos períodos pré-eleitorais (B1 e B3), denotando a importância desse gênero textual no processo da Comunicação Política via mídia impressa. Para verificarmos a existência ou não de abertura à participação cívica, analisaremos as demais categorias a fim de investigarmos se a consubstancialidade (BURKE, 1969) consiste em impeditivo para a concepção deliberativa (GERSTLÉ, 2005; MATOS e NOBRE, 2006) da Comunicação Política. De forma a cumprir esta proposta, optou-se por uma segunda seleção dos textos, resultando em um total de oito (quatro do Estadão e quatro da Folha), sendo um de cada período, correspondendo aos códigos B1, B2, B3 e B4, e considerando as ações reportadas

(C1 e C2) e as fontes das notícias (D1, D2 e D3). Os textos escolhidos obedecem a um critério de pertinência: reportam os mesmos fatos, mas nas perspectivas dos dois veículos de comunicação escolhidos.

- C) Ações reportadas: engloba iniciativas dos governos estadual e municipal e outros órgãos, visando atender usuários e o “fim” da Cracolândia, estruturada pelos códigos: C1 – Ação Estadual; C2 – Ação Municipal e C3 – Ação de Outros Órgãos, exemplificados no Quadro 3.

As questões de pesquisa que contemplam o objetivo geral deste estudo, são: A consubstancialidade da comunicação e da política está presente no processo de Comunicação Política sobre a Cracolândia via imprensa? E a concepção deliberativa é contemplada diante dos resultados?

Para respondê-las, serão analisados os conteúdos dos textos selecionados, constantes no Quadro 6:

Quadro 5 - Reportagens sobre a Cracolândia selecionadas para análise

B1 – Pré-Eleitoral 2012 Julho, Agosto, Setembro e Outubro	Avaliação do trabalho no centro é positiva, diz governo do Estado. Secretária da Justiça defende ação policial na cracolândia; prefeitura nega subutilização de complexo da saúde (Folha, julho)
	Justiça proíbe expulsão de viciados da Cracolândia, mas PM diz que nada muda. Polícia não pode promover ‘procissão do crack’ e outras ações que sejam ‘vexatórias, degradantes ou desrespeitosas’ contra dependentes (Estadão, agosto)
B2 – Pós-Eleitoral 2013 Janeiro, Fevereiro, Março e Abril	Estado quer ‘mutirão’ para internação involuntária de viciados na cracolândia. Governador anuncia início, em dez dias, de programa envolvendo psiquiatras, juízes e promotores para tirar dependentes do centro (Estadão, janeiro)
	3 meses após início de ação para internações Cracolândia está cheia. Fluxo de viciados continua intenso na região central; para desembargador falta de estrutura atrapalha o programa (Folha, abril)

(Continuação do Quadro 5)

B3 – Pré-Eleitoral 2016 Julho, Agosto, Setembro e Outubro	<p>Maioria apoia, mas vê baixa eficácia em plano de Haddad na Cracolândia. Só 21% acham que ‘De Braços Abertos’ é muito eficiente para recuperar dependentes, diz Datafolha (Folha, julho)</p>
	<p>Prefeitura muda ação na cracolândia e aumenta participação da Guarda Civil. Gestão Haddad criará inspetoria da GCM com 250 homens, que vão trabalhar durante 24 horas em 60 ruas da região da Luz. Secretário diz que Estado foi avisado, mas Segurança nega; Pastoral do Povo de Rua e comerciantes afirmam que plano é ‘eleitoreiro’ (Estadão, setembro)</p>
B4 – Pós-Eleitoral 2017 Janeiro, Fevereiro, Março e Abril	<p>Programa de Doria na Cracolândia prevê emprego de R\$ 1.800 a dependentes. Usuários de drogas vão trabalhar em empresas privadas; tucano cortará vagas na prefeitura. Batizado de Redenção, programa irá incluir medidas de ação de Haddad antes criticadas pelo atual prefeito. (Folha, janeiro)</p>
	<p>Promessas ficam de fora do programa. Mesmo em linhas de ação não há contratação de médico, escola integral nem fim da cracolândia. (Estadão, março)</p>

4.8 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS QUALITATIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar se a consubstancialidade da política e da comunicação se constitui em obstáculo para a concepção deliberativa da Comunicação Política quando trata da Cracolândia da região central da cidade de São Paulo. Para tanto, propõe uma análise da participação cívica nas discussões que se dão reportadas via imprensa, verificando se, além dos três atores (jornalistas, políticos e opinião pública), os cidadãos estão inseridos, contemplando, desta maneira, a visão deliberativa e não só a instrumental, a ecumênica e a competitiva. Para tanto, observou-se como objetivos específicos verificar quais são as principais ações reportadas pelos meios de comunicação (quem determina o que acontece e quando acontecem os fatos) e as fontes utilizadas para a produção dos textos sobre a territorialidade.

A apresentação e a interpretação dos resultados foram organizadas de acordo com as categorias de análise, visando a atestar e correlacionar os temas com base nos componentes das reportagens.

- Categoria C: Ações Reportadas

Quais são os principais acontecimentos publicados pela imprensa sobre a Cracolândia?

- C) Ações reportadas: engloba iniciativas dos governos estadual e municipal e outros órgãos, visando atender usuários e o “fim” da Cracolândia, estruturada pelos códigos: C1 – Ação Estadual; C2 – Ação Municipal e C3 – Ação de Outros Órgãos, exemplificados no Quadro 3.

Para contemplar este primeiro objetivo específico, a partir da questão posta acima, todos os textos selecionados foram considerados. Por corresponderem a períodos e anos distintos (2012, 2013, 2016 e 2017), eles consistem em recortes, revelando-se uma cobertura parcial e não total das ações e acontecimentos, resultando, desta forma, em uma amostra pequena, mas, ainda assim, significativa, pois expõe fatos de maior atenção. É por esta razão que a análise não trata especificamente da implantação do De Braços Abertos, lançado em janeiro de 2014, portanto, fora do período analisado, mas o considera como um programa em si por ter sido referenciado nas matérias verificadas. Dito isto, a etapa seguinte é a análise das ações como componentes dos textos.

São reportadas pelos jornais selecionados um total de dez medidas direcionadas aos usuários e à Cracolândia, sendo quatro viabilizadas pelo governo paulista (Recomeço, ocupação da PM, mutirão para internação involuntária e Cratod – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas), duas pelo MPSP (Ministério Público do Estado de São Paulo – ação civil e plantão judiciário) e quatro pela Prefeitura de São Paulo (criação de inspetoria de redução de danos, ampliação das ações da Guarda Civil Metropolitana e implantações do De Braços Abertos e Redenção).

As iniciativas estão interligadas, como se vê adiante, e caracterizadas pelo modelo de concorrência, um dos cinco principais, dentro do espaço semântico, de interação entre mídia e política. Os outros quatro, são: adversário (quando a mídia executa uma função de controle em relação à política); colateralismo (jornalismo politicamente implantado que atua como um megafone para grupos e partidos); de troca (em que a mídia tem interesse em manter sua autonomia; precisa das informações diretas que podem obter do sistema político, e os políticos, por sua vez, têm interesse em ter acesso às oportunidades oferecidas pela mídia, negociando com ela o tempo todo); e de mercado (no qual empresas de mídia são vistas como atores sujeitos às regras de mercado). O modelo de concorrência “indica uma atitude de desafio da mídia em relação à política” (DE NARDIS, 2020, p. 442), uma vez que os jornalistas participam do debate político como atores autônomos, mas tornam-se atores políticos independentes e, como tais, produzem opinião e mobilização. Provocam, assim, um profundo impacto na dinâmica do

processo político contemporâneo, ao mesmo tempo que atuam em “declarada competição” uns contra os outros (BOURDIEU, 1997, p. 34).

Na cobertura dos acontecimentos relacionados à Cracolândia, verifica-se a concorrência como uma constante entre os veículos de comunicação, como visto no primeiro período pré-eleitoral recortado (B1). Em julho de 2012, a Folha reportou **a ocupação da Cracolândia, por meio da Polícia Militar** (C1) e o Estadão divulgou, em agosto do mesmo ano, que **o MPSP ingressara com ação civil pública proibindo a chamada “procissão do crack”** (C3), “revelada” pelo diário em 8 de janeiro daquele ano. Os promotores da Saúde e da Habitação e Urbanismo confirmaram a abertura de investigação para “apurar responsabilidades individuais de comandantes da PM” e cogitaram “investigar o modelo de abordagem e tratamento ofertado pelos agentes públicos”.

Sobre o primeiro período pós-eleitoral (B2), as ações reportadas pelos jornais consistiram em um **“mutirão” para internações involuntárias de dependentes químicos** (C1) e na publicação de balanço da ação de internação – aqui não referenciada por não se encaixar em nenhuma categoria. O Estadão divulgou, em janeiro de 2013, que as internações de dependentes químicos que ficavam nas ruas do centro da capital seriam realizadas com apoio do Judiciário. Na cobertura do fato, o jornal enfatizou o prazo decorrido entre a intervenção policial e o início do programa – um ano depois da operação – e destacou que a “permissão de recolhimento” seria dada por um parente, com aval de psiquiatras e autorização de juízes e promotores. A explanação sobre as etapas para a internação descreve o papel dos dependentes, dos parentes, dos agentes de saúde e dos demais profissionais envolvidos. Aos usuários caberia serem encaminhados por familiares ou agentes de saúde social para o **Cratod** (C1), implantado no ano de 2002 e com objetivo de oferecer tratamento de dependência química e atendimento multidisciplinar. Os psiquiatras ficariam responsáveis por avaliar as condições de saúde dos usuários e decidir sobre tratamento ou internação, mesmo se houvesse recusa em ficar no centro médico. Na análise, o Cratod é adicionado como ação reportada. Apesar de não ser tema de textos constantes no recorte, o centro é ação governamental referenciada e, por esse motivo, está contabilizada como tal.

A Folha, ao publicar balanço, destacou “a continuidade do fluxo de viciados na região central e a falta de estrutura para atender os que estavam dispostos a receber tratamento por internação”. O texto inicia com uma narrativa sobre um jovem de 16 anos, um dos 590 internados pelo **plantão judiciário** (C3 – aqui também contabilizado como ação reportada, por tratar-se de intervenção do Judiciário) e que havia fugido de um centro de tratamento 18 dias

após ter sido levado à força. O pai, um homem desempregado, preferiu manter o filho em casa, para vigiar o consumo e com o fim de garantir segurança, conforme se atesta na fala: “Aqui o protejo. Deixo ele fumar para não ser extorquido nem aliciado ou que o matem na rua. Do portão para dentro, eu sou a polícia”.

Para abordar a falta de estrutura, a reportagem emprega como fonte o desembargador Antônio Carlos Malheiros, coordenador do plantão judiciário. Em determinado momento do texto, ele diz: “As vagas faltam, sim. Acabam aparecendo depois que o Judiciário determina o aparecimento”. Em outro, afirma: “Com essa demanda terrível tem que se reestruturar para ser mais ágil. A falta de estrutura é uma marca da Saúde de forma geral”. O texto relata que há demora na liberação de vagas, falta ambulâncias para transporte dos dependentes e equipes para lidar com eles.

No segundo período pré-eleitoral (B3), já instituído, **o De Braços Abertos** (C2), lançado por Fernando Haddad (PT) dois anos antes, figura como objeto de pesquisa, com resultados divulgados pela Folha. O título “Maioria apoia, mas vê baixa eficiência no plano de Haddad na Cracolândia” resume a matéria informativa, baseada em levantamento do Datafolha, com 1.902 pessoas entrevistadas. Os dados acompanham histórico do programa, reportado com apoio de cobertura anterior (fonte secundária), e atualizados com a informação de que 500 usuários permaneciam na Cracolândia após a ação.

Ainda a respeito do DBA, a Folha publicou que o modelo de Haddad “reverteu a proposta majoritária”, do governo do Estado, que “buscava convencer dependentes à internação”, constando que o então prefeito recebeu críticas, por ter encerrado contratos com unidades terapêuticas de internação. “A ideia do ‘De Braços Abertos’ é que, com a nova renda, os dependentes químicos possam melhorar a qualidade de vida e diminuir a utilização da droga. Os críticos afirmam que, na prática, a verba é usada para comprar mais crack e que, em casos graves, não é possível uma reinserção social antes de haver uma desintoxicação”, consta na reportagem.

Por influência do jornal, ou não, as mudanças no DBA vieram em setembro de 2016, muito próximo das eleições municipais daquele ano, mas destacadas pelo Estadão. O jornal noticiou, em reportagem, a **criação de uma inspetoria de redução de danos** (C2) juntamente com a **ampliação da atuação da GCM** (Guarda Civil Metropolitana – C2). A reportagem enumera que o patrulhamento feito pela corporação municipal passara de 14 ruas para 60 vias, e que ficaria a cargo de 250 homens, durante 24 horas, com inclusão de um ônibus próprio, carros e motocicletas. O texto traz informações relevantes para o entendimento de quem

determina o que acontece na Cracolândia. Ao jornal, o então secretário municipal da Segurança Urbana, Benedito Mariano, disse que o departamento resolveria “problemas de insatisfação de alguns guardas-civis, que se queixavam quando eram realocados de outras regiões da capital para a Cracolândia”.

No segundo período pós-eleitoral (B4), a Folha reportou em janeiro de 2017, a **criação do Redenção** (C2), proposta de Doria que vencera as eleições municipais contra Haddad. O anúncio do novo programa para a Cracolândia veio acompanhado de promessas de tratamento e salários de R\$ 1.800 para trabalhos em empresas privadas, além de outras medidas que constavam no DBA e no **Recomeço** (C1), este, implantado em 2013 pelo então governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB). Em março de 2017, menos de três meses do anúncio na Folha, o Estadão reportou que o Redenção não fora transformado em meta de governo, junto com uma “série de promessas feitas pelo tucano durante e depois das eleições”. Além da Cracolândia, o plano efetivado deixou de fora a contratação de 800 médicos e a ampliação de escolas em tempo integral.

Na discussão sobre quem determina o que acontece na Cracolândia e de que forma o acontecimento é reportado, é preciso levarmos em consideração a constituição da autoridade. E é a linguagem (empregada pelos veículos de comunicação, quando noticiam os fatos, e pelos políticos, quando comunicam as decisões) que assegura a autoridade em pessoas que reivindicam algum tipo de competência. Edelman (1988, p. 20) explica que, de um lado, pessoas com credenciais têm interesse em problemas específicos e em origens específicas para elas. De outro, as não credenciadas preferem suspender o próprio julgamento crítico em favor de alguém considerado capaz.

Como se percebe pelas alternâncias das ações reportadas, jornalistas, políticos e até mesmo servidores do Judiciário e da Polícia Militar não só reivindicam como demonstram autoridade para tratar da Cracolândia. Essa relação está presente nos reportes de todos os períodos avaliados, no pré-eleitoral de 2012 (quando a Folha publicou aprovação de representante do Estado sobre a ocupação da Cracolândia pela PM e o Estadão repercutiu liminar da Justiça limitando a atuação dos militares); no pós-eleitoral de 2013 (em que o Estadão divulgou plano do Estado de internação involuntária e a Folha, a falha da iniciativa por falta de estrutura); no pré-eleitoral de 2016 (no qual a Folha reportou pesquisa com maioria avaliando o DBA como ação de baixa eficácia e o Estadão destacou mudanças no programa); e no pós-eleitoral de 2017 (quando a Folha noticiou emprego de R\$ 1.800 a viciados e o Estadão, o não cumprimento da promessa).

Contudo, a autoridade não surge apenas da reivindicação. Segundo Edelman, os problemas também geram autoridade, e, com ela, status, lucros e apoios financeiros. É por esta razão que, praticamente, toda a “Comunicação Política direta ou implícita constrói problemas particulares como cruciais enquanto denigre os outros” (EDELMAN, 1988, p. 20). Toma-se como exemplo para esta argumentação a reportagem do Estadão de setembro de 2016 sobre o DBA. O texto aborda mudanças feitas pela equipe do então prefeito Haddad no programa, em seguida à pesquisa de avaliação, mas considerando o descontentamento dos guardas civis metropolitanos. Entende-se, assim, que a insatisfação dos guardas (o problema), gerou a autoridade para o secretário requerer, do Executivo, as alterações então almejadas por parte do efetivo da corporação.

A imprensa é parte de uma rede de comunicação que co-determina a construção de opiniões, esta, “nascida da força do melhor argumento” (HABERMAS, 2003, p. 72). Mas ela não determina, sozinha, uma demanda, muito embora possa obrigar o poder público a uma legitimação perante a opinião pública, transformando, assim, os problemas levantados por ela em públicos e fazendo dos sujeitos que se manifestam por meio dela os destinatários da autoridade. De Nardis acrescenta à essa discussão que, além da mídia, existem diferentes formas de comunicação, como a interpessoal, resultando em influências, que podem ser diádicas (quando os indivíduos reconhecem a autoridade) ou de grupos (por meio de uma rede ampla de relações interpessoais que afeta a construção de visões compartilhadas). Os indivíduos, então, estão “imersos em um clima de opinião que não é determinado apenas pela produção simbólica de mídia de massa, mas também aparece como um clima de opinião interpessoal decorrente das interações que ocorrem no cotidiano” (DE NARDIS, 2020, p. 448). Por outro lado, reconhece-se os efeitos da mídia sobre determinados processos ligados diretamente ao sistema comportamental individual, e cujos reflexos vão desde as escolhas de votos até a formulação da opinião pública.

Ao determinar o que é importante em termos de divulgação, a imprensa reconhece tudo o que tem influência proeminente no resultado dos eventos (DEL REY, 1996, p. 2). Reconhece, portanto, embora não de maneira autorreflexiva, o significado da política, mas surge então o ponto mais importante desse processo: o reconhecimento de que a política é uma questão de comunicação. Del Rey explica que as mensagens geradas por um político ou partido “têm de ser contrastadas com as mensagens que vêm da realidade” (DEL REY, 1996, loc. cit), o que, no caso da Cracolândia da região central de São Paulo e com base nas reportagens analisadas, acontece por meio da imprensa, resultando na Comunicação Política. Ocorre que, nesse

processo, a concepção instrumental (as técnicas), a ecumênica (circulação da informação) e a competitiva (influência e controle) se fazem presentes, o que não se pode dizer da deliberativa (debate coletivo). Em nenhum dos textos analisados as ações reportadas tiveram origem sob a perspectiva dessa concepção. No que compete às ações reportadas sobre a Cracolândia, não há indicadores da existência de debates na esfera pública. Não há, portanto, uma esfera de deliberação (HABERMAS, 2003, p. 153) para tomada de decisão pública sobre a condução e administração das questões da dependência e da Cracolândia na sociedade. Verificado isso, passemos a investigar se há participação cívica no que compete às fontes, quando a territorialidade é reportada.

- Categoria D: Participação Cívica

Quem são as fontes utilizadas pelos veículos para embasar os textos que tratam da territorialidade?

D) Participação cívica: engloba fontes dos textos, sendo estruturada pelos códigos: D1 – Fontes Oficiais, Oficiosas e Independentes; D2 – Fontes Primárias e Secundárias; e D3 – Fontes Testemunhais e Experts. O Quadro 4 traz exemplos de marcação dos códigos.

Para análise da participação cívica – e de forma a contemplar o segundo objetivo específico da pesquisa –, emprega-se a questão acima, buscando-se avaliar quais instituições, profissionais, representações e pessoas a imprensa (Folha e Estadão) utiliza como fonte de informação quando reporta os acontecimentos sobre a Cracolândia da região central da cidade de São Paulo. Os resultados serão discutidos, em duas etapas. Na primeira, faz-se uma apresentação e contextualização dos dados coletados a partir das reportagens selecionadas. Na segunda, discute-se o papel das fontes, se a participação cívica está presente ou não e em que condições, e, por último, relaciona-se a atuação das fontes à consubstancialidade da política e da comunicação.

As fontes estão distinguidas por códigos: D1 – Oficiais, Oficiosas e Independentes, D2 – Primárias e Secundárias, e D3 – Testemunhais e Experts. A análise delas segue a relação periódica, representada pelos códigos B1, B2, B3 e B4 e empregada anteriormente para as ações reportadas, de modo a permitir a contextualização pela correlação entre os acontecimentos divulgados pela imprensa.

Para o período B1, o tema em questão abordado pelos jornais é a ação de ocupação da Cracolândia, pela Polícia Militar, autorizada pelo governo do Estado de São Paulo. Embora as reportagens não mencionem, a intervenção ficou denominada como “Operação Sufoco” – citada nos capítulos 1 e 3.

A Folha empregou na construção da reportagem, como fontes, a secretária estadual da Justiça, Eloísa Arruda (D1), e a coordenadora da área de Saúde Mental, Álcool e Drogas da Prefeitura de São Paulo, Rosângela Elias (D1). Eloísa representa, no texto, o governo estadual, responsável pela intervenção que, na ocasião, completava seis meses. A secretária defendeu a medida em cinco momentos. Ela avaliou a intervenção como “um trabalho extremamente positivo”; ressaltou a prisão de 489 pessoas e a internação de outras 775 como trunfos; disse que a PM precisou ser incisiva ao responder sobre a classificação de vexatória feita pelo Ministério Público; argumentou que não houve quebra de confiança entre dependentes e agentes de saúde; e, por fim, sustentou não ver como negativa a migração dos usuários para outras regiões da cidade em decorrência da ação. “Nunca vimos a migração como algo negativo. Tiramos aquela pessoa do foco de assédio de traficantes e tivemos a oportunidade de abordá-la em outras regiões”, disse.

Rosângela, representante da Prefeitura, é citada na reportagem como tendo “mesma opinião” da secretária estadual. Ao jornal, ela divulgou a marca de 5.000 atendimentos no Complexo Prates (que tinha capacidade mensal para o mesmo número) para demonstrar que ele não estava subutilizado. Mencionou o tratamento de 467 pessoas pelo Centro de Atenção Psicossocial e, a respeito das internações, alegou não ser possível concluir que elas devam durar seis meses, como projetava a Promotoria, por entender que o tratamento varia de pessoa para pessoa.

Sobre o mesmo tema, o Estadão teve como base a ordem do juiz Emílio Migliano Neto, da 7.^a Vara da Fazenda Pública, constada em liminar, e a ação civil pública movida pelos promotores Arthur Pinto Filho, Eduardo Ferreira Valério, Luciana Bergamo e Maurício Ribeiro Lopes. Portanto, fontes categorizadas como D2 (secundárias), isso porque tanto a ordem do juiz como a ação civil consistem em documentos consultados pelos jornalistas para a preparação da pauta. Para a construção do texto, os jornalistas Adriana Ferraz e Artur Rodrigues partiram da determinação do magistrado, de proibir a PM de acuar, expulsar ou obrigar usuários de drogas a circularem contra a própria vontade na região da Cracolândia. Incluíram, ainda, informações extraídas da peça judicial impetrada pela Promotoria para contextualizar o deferimento e constaram, na reportagem, as manifestações do Estado, por meio de duas fontes oficiais (D1)

representativas: a secretária de Estado da Justiça, Eloísa Arruda, e o comandante-geral da PM, Roberval Ferreira França. A secretária e o comandante-geral argumentaram que a liminar não interferiria em nada, a se ver pelas declarações. Eloísa disse que: “Se forem necessárias abordagens policiais diante de atitudes suspeitas, a polícia não tem como se furtar dessa atitude. Então não muda a atitude da Polícia Militar”; e França afirmou: “A PM continuará com seu padrão de operações”.

No período B2, o assunto tratado pela imprensa é o mutirão de internação involuntária. O Estadão abordou primeiro a temática, empregando múltiplas fontes, a começar pelo então governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (D1). Fonte oficial, ele anunciou a proposta, que seria lançada em dez dias e com apoio de psiquiatras, juízes, promotores e advogados. Sobre a iniciativa, Alckmin argumentou que ela se tratava de “um trabalho de internação involuntária para casos mais graves, que comprometem a vida e a saúde das pessoas”. “Já vai ter no Cratod o juiz, o promotor e o advogado. Estamos avançando (no combate ao crack)”, acresceu.

A segunda fonte da reportagem, o advogado Cid Vieira de Souza Filho (D1), é empregada para explicar a participação da Justiça e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) na iniciativa. Cid era, na época, presidente da Comissão de Estudos sobre Educação e Prevenção de Drogas da OAB-SP, e dissera que a meta do Judiciário era evitar exageros, e o objetivo do programa, garantir tratamento adequado para quem precisava e “não tinha condições de decidir sobre isso”.

Terceira fonte, a Secretaria Municipal de Saúde (D1) acresce dados que reforçam apoio à ação. O órgão divulgou números de atendimentos e acentuou, em nota, que a internação involuntária estava prevista em lei desde o ano de 2001. O desembargador Antônio Carlos Malheiros, responsável pela Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça, embora traga uma visão independente da medida, está categorizado como fonte D1. Ao jornal, o magistrado declarou que temia que o programa proposto pelo governo se transformasse em política higienista, afirmando: “Meu receio é de que isso seja uma desculpa para se fazer uma internação em massa na região”.

Quatro fontes testemunhais (D3), estão incluídas na reportagem, sendo uma o ex-atendente de uma loja de som da Rua Santa Ifigênia, de 33 anos, que disse consumir 20 pedras por dia; e os demais os jornalistas Bruno Boghossian, Tiago Dantas e William Cardoso. O usuário fala sobre o relacionamento esporádico com a família. E, a respeito da ação de remoção de viciados, diz que: “Vai ter morte se tentarem tirar a gente daqui”. Já os jornalistas relatam a

rotina da Cracolândia: “Na cracolândia, o consumo e o tráfico seguiam ontem normalmente, com mais de cem pessoas seguindo o ‘fluxo’ – grupo onde se compra, vende e fuma a pedra”; “Os usuários estavam concentrados ontem, às 15h, na Rua Dino Bueno. Em determinado momento, uma viatura da PM se aproximou e espalhou a multidão, que se reagrupou depois, como ocorre rotineiramente”.

Para cobertura do fato, a Folha empregou os três tipos de fontes, distribuindo-os nos parágrafos. O desempregado Samuel de Paula, 45, morador de Itapevi, na Grande São Paulo, e pai do jovem de 16 anos, viciado, internado à força, mas que fugiu do centro de tratamento é fonte testemunhal (D3), assim como o filho. O pai fala sobre a decisão de permitir o consumo de droga dentro de casa: “Melhor aqui do que fumando crack na rua” e da situação com o filho: “Mas e agora? Se o Estado não foi capaz de retê-lo até o fim do tratamento, vou ficar numa loteria, sem saber o que fazer?”; o jovem, revela como fugiu: “Me disseram que se quisesse poderia sair. Passei pelo porteiro e vim embora” e porque: “Lá só tomava remédio e ficava trancado. Não tinha atividade quase”.

O desembargador Antônio Carlos Malheiros (D1) é quem apresenta os dados que embasam a reportagem. Para demonstrar como a questão da estrutura afetava o programa, ele falara sobre a falta de equipes para lidar com os viciados em surto e a demora na liberação de vagas de internação. “Teve uma mãe que me procurou e disse que estava havia quatro dias ali esperando que o filho, numa maca, fosse internado”. E exemplificou como determinadas situações acabavam sendo resolvidas: “Imediatamente subi e pedi ao juiz que determinasse e a vaga saiu”.

O texto tem, ainda, uma fonte primária (D2), que não pode ser especificada por falta de elementos, mas passível de categorização. Como se verifica no parágrafo seguinte, ela fornece fatos aos jornalistas: “A medida foi criada um ano depois da ação policial na cracolândia para coibir o tráfico e incentivar usuários a buscar tratamento. O tráfico persiste e os dependentes estão espalhados pelas ruas”.

No período B3, a Folha emprega duas fontes secundárias (D2) para a reportagem sobre o De Braços Abertos. O texto apresenta dados de pesquisa do Datafolha. Em contrapartida, o Estadão, que trata de mudanças do programa propostas pela Prefeitura, consulta quatro fontes, todas categorizadas como D1.

Divulgado pela Folha, o levantamento sobre o DBA contabilizou 69% dos paulistanos favoráveis à iniciativa, e 22%, contrários, em julho de 2016. A reportagem ressaltou que só 21% acreditavam que a medida era muito eficiente para recuperar dependentes químicos e incluía

resultado de opinião sobre o governo da cidade de São Paulo: “O levantamento também revelou que só 14% dos moradores de São Paulo aprovam a gestão de Haddad, número mais baixo do mandato. Outros 48% dizem considerar ruim ou péssima a administração do prefeito, que vai tentar a reeleição”. Os dados são complementados com informações obtidas por fontes primárias (D2): “Nos últimos quatro anos, agentes de saúde do município tentaram, sem sucesso, dar fim à chamada ‘favelinha’ da cracolândia – barracas montadas na rua para esconder o tráfico sob as lonas”.

Para reportar as alterações no DBA, o Estadão consultou o secretário municipal da Segurança Urbana, Benedito Mariano (D1), utilizou nota da Secretaria de Estado da Segurança Pública (D1), e comunicado da Prefeitura de São Paulo (D1), todas fontes categorizadas como oficiais; além do padre Júlio Lancellotti (D1), da Pastoral do Povo da Rua, e de Iézio Silva (D1), presidente da Associação de Moradores e Comerciantes dos Campos Elíseos, como fontes independentes.

Aos jornalistas, Mariano explicou como seria composta e atuaria a inspetoria de redução de danos da GCM (em toda a região da Luz), com foco no policiamento comunitário e para valorização dos serviços da corporação, como reportou o responsável pela pasta: “A inspetoria qualifica a presença da GCM na região. A situação dos guardas-civis no entorno da Cracolândia era totalmente improvisada”. Mariano dissera, ainda, que a SSP (Secretaria de Estado da Segurança Pública), que também atuava na região, havia sido comunicada das novidades: “É evidente que (a Segurança) sabe. Eu disse sobre essa perspectiva de criação. Não vamos substituir o papel do Estado”. A SSP (D1), porém, negou ao jornal ter sido informada, acrescentando que a PM manteria o efetivo de mais de 150 policiais, dez viaturas e bases comunitária e móvel atuando 24 horas.

Sobre as medidas, o padre ouvido disse tê-las visto com “estranhamento”, declarando: “É uma proposta extemporânea, a um mês do primeiro turno das eleições. Por que agora? Por que só na Luz? E nas outras 29 cracolândias da cidade, quem vai fazer a redução de danos? Me parece que é mais um enfeite de vitrine”. O presidente da associação também considerou a medida eleitoreira.

Embora não tenha se pronunciado sobre as posições, a Prefeitura (D1) consta como fonte por ter sido consultada pela jornalista Juliana Diógenes: “A Prefeitura não quis comentar as declarações”.

Último período analisado, o B4 tem o Redenção como tema em comum entre os jornais, e fontes que variam segundo o enfoque dos veículos de comunicação analisados (divulgação; e

não cumprimento de medidas prometidas em campanha). A Folha utilizou fontes do código D2 para compor o texto sobre a proposta. O Estadão, por outro lado, mesclou fontes secundárias (D2) e oficiais (D1).

No total, a Folha utilizou quatro fontes secundárias (D2) para produzir o texto que anunciava o programa. São elas: o plano de ação do Redenção, o balanço da Prefeitura de São Paulo relativo a dezembro de 2016, declarações dadas por Doria durante campanha e informes da equipe do prefeito eleito. As metas eram: acabar com a remuneração de dependentes por serviços pagos pela Prefeitura, como jardinagem; afastar o viciado da droga, por meio de isolamento (até mesmo involuntário) em comunidades terapêuticas; ofertar moradia nesses mesmos espaços ou em hotéis fora da área da Cracolândia; e o encaminhamento de usuários a seus locais de origem.

Na reportagem, a Folha apresenta dados que possibilitavam comparar o que seria oferecido ao que já acontecia via Braços Abertos, citando que nesse programa os beneficiários residiam em hotéis, tinham vagas de trabalho, recebiam até R\$ 300 por mês e totalizavam 320 contemplados. Duas declarações de Doria foram acrescentadas: “Nós vamos acabar com o programa Braços Abertos” e “Aquilo não é um programa que pode ser considerado minimamente humanitário, um programa clínico adequado para atender os psicodependentes”, acompanhadas de “admissão da equipe do então prefeito” de que o programa adotaria ações do anterior (moradia e trabalho).

No tratamento do assunto, para produzir reportagem, o Estadão fez uso do plano eleitoral e do plano de metas estabelecidas por Doria após as eleições, como fontes (D2), de forma a compará-los e a afirmar que promessas ficaram fora das propostas estabelecidas pelo ex-prefeito. Dentre elas, o “fim” da Cracolândia. Ao todo, o plano continha 50 metas, acompanhadas de projetos e ações necessários para atingi-las até 2020. A Cracolândia não constava nem em ações secundárias. A meta de extinguir a territorialidade mudara, então, para “valorização do centro da cidade”, tendo como uma das ações “desenvolver projeto de requalificação da Cracolândia”.

Embora destaque as mudanças relacionadas à territorialidade, o texto contempla alterações em outras metas como as relacionadas à saúde, infraestrutura, transportes e educação. Sobre as medidas, o Estadão ouviu o secretário municipal de Gestão, da época, Paulo Uebel. Fonte oficial (D1), ele argumentara que a gestão municipal havia mudado o conceito de metas, com novas medidas, após estudar os planos “das dez melhores cidades para se viver, como Zurique, na Suíça”.

B) Período de abordagem: composto por textos publicados em quatro intervalos, estruturados pelos seguintes códigos: B1 – Pré-Eleitoral 2012; B2 – Pós-Eleitoral 2013; B3 – Pré-Eleitoral 2016; e B4 – Pós-Eleitoral 2017, que compreendem, respectivamente, julho, agosto, setembro e outubro de 2012; janeiro, fevereiro, março e abril de 2013; julho, agosto, setembro e outubro de 2016; e janeiro, fevereiro, março e abril de 2017.

Como se observa, no período B1, há um padrão distinto entre os jornais no que diz respeito às fontes. Ainda assim, das seis consultadas por eles (duas pela Folha e quatro pelo Estadão), quatro são do código D1, que engloba as oficiais, as oficiosas e as independentes, e duas D2 (primárias e secundárias). A leitura do texto permite verificar, porém, que as duas fontes ouvidas pela Folha representavam órgãos governamentais – responsáveis pelas intervenções na Cracolândia –, a saber: Estado e Prefeitura. Exclui-se, deste ponto de vista, a participação das fontes independentes, que poderiam abarcar a participação cívica e, com ela a deliberação. Quanto ao Estadão, verifica-se duas fontes oficiais (ambas do Estado) e duas secundárias (peças judiciais), com nenhuma dos tipos independente, testemunhal ou experts, portanto, sem participação cívica.

No período B2, que corresponde a um endurecimento das iniciativas do Estado e município, verifica-se a construção de uma base de dados maior. Ao todo, Folha e Estadão recorreram a 12 fontes. Como no B2, neste período, o Estadão trouxe mais fontes (oito no total) que a Folha (com quatro). O primeiro diário ouviu quatro fontes D1, das quais três representando o Estado, e uma agregando visão independente; além de quatro fontes D3, todas do tipo testemunhal. Das quatro testemunhas, três são do próprio jornal: os jornalistas que participaram da redação do texto. O segundo diário recorreu a duas fontes D3, uma D1 e uma quarta D2, com destaque para as primeiras por representarem pessoas envolvidas e afetadas diretamente pelo vício do crack. Pelos códigos, constata-se que há uma participação, no tocante à manifestação relacionada ao tema, de outras fontes além das ligadas aos responsáveis diretos pelas intervenções. Assim sendo, verifica-se uma participação cívica, no que compete à fonte dos reportes no período.

Dinâmica similar é observada no B3, outro período no qual a Folha apresenta menos fontes que o Estadão. O primeiro diário, por focar pesquisa, empregou fontes secundárias, incluídas no código D2, sem abertura para manifestações não oficiais. O Estadão, que tratou de mudanças em programa de atendimento, consultou cinco fontes D1, das quais duas ligadas ao

governo municipal, uma ao governo estadual, e duas independentes, caracterizando, assim, abertura a outras manifestações.

Sete fontes são consultadas no último período (B4), correspondendo a quatro empregadas pela Folha e três pelo Estadão. Dessas, seis são do código D2 – sendo fontes secundárias e não primárias – e uma oficial (D1). A Folha utilizou somente informações anteriores para dar suporte à reportagem e, o Estadão, mesclou as referências anteriores a uma fonte oficial. Portanto, nenhum dos textos publicados pelos dois veículos observados no período teve participação cívica.

Conforme apurou-se, dos quatro períodos analisados, em dois deles (B1 e B4) os jornais consultaram, para a produção das reportagens, somente fontes ligadas, correlacionadas às medidas e/ou partes que representavam os envolvidos em ações na Cracolândia. Verificou-se, ainda, que no período B3 há fontes independentes e testemunhais (envolvidas emocionalmente) consultadas pelo Estadão e, no B2, em ambos os jornais. De modo geral, constata-se, dado o recorte, que a abertura à participação cívica se deu em um momento específico: a decisão do Estado de adotar medida de internação involuntária e as mudanças na política pública municipal de redução de danos.

Para o entendimento e discussão do papel das fontes jornalísticas, devemos considerar que, dentro do jornalismo, elas são “o sujeito que fornecem informações que ajudam a construir o texto jornalístico” (MELO, 2005, p. 74). A autora distingue as fontes entre ativas e passivas, sendo as primeiras as que entram na rotina da produção das redações e fazem parte dos grupos de pressão; e, as segundas, as com menos recursos e que, por essa razão, “são caladas e circunscritas à passividade, restando a atividade discursiva para as fontes oficiais” (MELO, op. cit., p. 77). De acordo com a autora, as fontes ativas situam-se, normalmente, no interior do aparelho estatal, enquanto as com menos recursos criam formas de ascensão aos meios de comunicação a partir de outras estruturas organizadas, como constatado parcialmente em análise de conteúdo. Os dados mostram que em apenas três casos, dos seis em que as fontes empregadas são passivas, as fontes ouvidas tinham experiência direta – com impactos pessoais – com a Cracolândia, e nenhum vínculo com estruturas organizadas, como sindicatos ou instituições não governamentais. Apenas nos outros 50%, as fontes passivas se fizeram ouvir por meio de outras entidades, como a Pastoral do Povo de Rua e a Associação de Moradores e Comerciantes de Campos Elíseos.

Esse quadro desenhado faz sentido quando olhamos para o comportamento eleitoral, pensado por Habermas. O autor diz que a relação do usuário – portanto, do sujeito da *pólis* –

com o Estado “não é, em primeira linha, a participação política, mas um posicionamento genérico de demanda que espera atendimento sem querer, propriamente, impor decisões” (HABERMAS, 2003, p. 246). Sendo passivas, não credenciadas, as fontes da sociedade civil mantêm, nessa perspectiva, contato com o Estado, essencialmente, nos quadros administrativos e de sua periferia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora presente, como demonstra a pesquisa, a abertura à participação cívica tem restrições. Está, em um primeiro momento, sujeita à autonomia do campo do jornalismo, que é quem recebe as demandas dos problemas públicos. Nesse comportamento funcional, os temas públicos são reduzidos pelos setores profissionais que tendem a se representar e a resolver, eles mesmos, os próprios problemas. Como consequência, a representação cívica, aquela que visa à deliberação, é transferida para as grandes organizações que, no campo comunicacional, se traduz na imprensa. Em partes, esse raciocínio explica a ausência de fontes independentes e não oficiais, ou mesmo a pequena presença das testemunhas e especialistas, no processo da Comunicação Política que ocorre via imprensa quando se trata da Cracolândia da região central da cidade de São Paulo. Contudo, não esclarece o motivo de a participação cívica se dar em um determinado momento e não em outro, quando observamos os resultados obtidos a partir desta pesquisa. Para esse entendimento, recorreremos à Gusfield que diz para olharmos para a história. Segundo o autor, muitas situações e problemas humanos nem sempre foram construídos ou reconhecidos como são hoje ou como seriam no futuro. É por isso que “uma mesma condição ‘objetiva’ pode definir-se como um problema em determinado período e como tudo em outro” (GUSFIELD, 2014, p. 74).

A historicidade da Cracolândia muito tem a ver com a imprensa, não só pela condição da informação, mas, principalmente, por ser a imprensa substancialmente uma com a política no que diz respeito à territorialidade. A imprensa, aqui reduzida aos dois jornais selecionados, é consubstancial à política quando se identifica com ela como parte importante das medidas relacionadas à territorialidade, mas completamente diferente em si mesma, quando a perspectiva é a angulação das notícias. Nesta visão, os veículos de comunicação permanecem, ao mesmo tempo unidos à política, mas separados, criando uma relação estável e, por isso mesmo, difícil de ser modificada.

Quando consideramos os problemas públicos, precisamos pensar além da questão da historicidade, como sugere Gusfield. Porém, é necessário compreender que

nem todos os envolvidos no tema têm a mesma capacidade de influir sobre a opinião pública: nem todos possuem o mesmo grau ou classe de autoridade para serem fontes legítimas de definição de realidade de um dito problema, ou têm autonomia para assumir o poder de controlá-lo, regulá-lo e de propor soluções inovadoras” (GUSFIELD, 2014, loc. cit.).

Há, ainda, muitas dicotomias a serem observadas (inclusão e exclusão, competência e incompetência, atividade e passividade, etc.) e que acabam por excluir os sujeitos, tornando-os meros espectadores da deliberação no que concerne à territorialidade. De Nardis diz que, na democracia, os excluídos representam uma “fonte de consenso para a política e o lucro para a mídia” (DE NARDIS, 2020, p. 430). Contudo, Norris alerta que não se deve fazer coro a uma maré cada vez maior de vozes que fala em uma crise da democracia, prefere culpar a imprensa pelo crescente desengajamento público, enxerga apenas a ignorância dos assuntos cívicos ou a desconfiança do governo (NORRIS, 2006, p. 4). A autora argumenta que o processo de Comunicação Política, que se dá pela mídia e pelos partidos políticos, não pode ser responsabilizado pelo “mal-estar cívico”. Não pode e não deve. Compreender a Comunicação Política como um processo, pensar que ele tem concepções e investigar se há entraves para que uma delas esteja contemplada no que diz respeito a um tema público, como a Cracolândia, é contribuir nessa direção.

A pertinência desta pesquisa não está no reconhecimento da consubstancialidade da política e da comunicação, mas na discussão sobre a participação cívica no processo de Comunicação Política que se dá via imprensa quando a Cracolândia é abordada. Com o estudo de casos múltiplos, descobriu-se que a identificação da comunicação com a política e da política com a comunicação favorece mais as concepções instrumental, ecumênica e competitiva que a deliberativa. Basta ver que, como técnica, a imprensa emprega reportagens, e, os políticos, seus discursos defendendo as medidas adotadas em resposta à territorialidade. Os veículos ainda interagem com os leitores no tocante à troca de informações, via artigos de opinião, ou mesmo por meio da repercussão de determinada cobertura; e, com a política, quando cobram – e são atendidos –, por meio de notícias, que determinadas providências sejam tomadas. A imprensa ainda briga entre si, estabelecendo concorrência ao definir a pauta, e com os políticos, para ver quem dá mais atenção ao problema.

Na outra direção, em consubstancialidade com a comunicação, a política “se nutre de assuntos econômicos, sociais, culturais, religiosos, éticos e linguísticos” (GERSTLÉ, 2005, p.

23). Nutre-se do que é informado sobre a Cracolândia, transformando a informação em problema coletivo e ocupando-se de vários outros conflitos em que a comunicação esteja implicada. Desta forma, a política se transforma em onipresente e fundamental no mecanismo de determinação das políticas públicas (GERSTLÉ, 2005, loc. cit.). Como escapar, então, a esse círculo consubstancial no que compete ao que é comunicado sobre a territorialidade via imprensa no processo de Comunicação Política? É possível chegarmos a um modelo que permita a participação cívica, a inclusão de outras perspectivas de informação de modo a contemplar outras opiniões públicas a respeito da territorialidade e as ações desenvolvidas para ela e os usuários?

As respostas para ambas as questões podem ser obtidas a partir do fomento de espaços em outras mídias. Mais especificamente as eletrônicas. A internet oferece uma alternativa válida à mídia do sistema (DE NARDIS, 2020, p. 431), pois vem transformando a maneira com que as pessoas se comunicam e que os meios de comunicação tradicionais estão se relacionando com elas. O meio eletrônico muda também a forma dos políticos se relacionarem com os veículos e os cidadãos, consistindo, assim, em um caminho alternativo para a visão deliberativa, posto que “os que não têm voz, quando têm os caminhos fechados pelas instituições, se encontram em um novo espaço público, feito de redes sociais e barricadas simbólicas” (CASTELLS, 2018, p. 61).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, R. C. F. et. al. Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. Florianópolis: Sau. & Transf. Soc., v.4, n.2, p. 04-13, 2013.
- AGARWAL, Bina. Gender and Green Governance: The Political Economy of Women's Presence Within and Beyond Community Forestry, New Delhi: Oxford University Press, 2010.
- ALMOND, Gabriel. Introduction: A Functional Approach to Comparative Politics. In: The politics of developing areas, Princeton University Press, Princeton, NJ, 1960.
- ALVES, Y. D. D.; PEREIRA, P. P. G. Controversy surrounding the involuntary commitment of crack cocaine users. Sociedade e Estado, v. 34, n. 2, p. 513–538, 2019.
- ARENDT, HANNAH. A dignidade da Política: ensaios e conferências. Hannah Arendt; organizador, Antônio Abranches; tradução Helena Martins e outros, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.
- _____, Hannah. O Que é Política? Trad. Reinaldo Guarany. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ARISTÓTELES. Metafísica. Saggio introduttivo, testo greco con tradizione a fronte e comentario a cura di Giovanni Reale. Volume II. Tradução para português de Marcelo Perine. São Paulo, Brasil, Edições Loyola, 2002.
- ARRUDA, Marcel Segalla Bueno. A cracolândia muito além do crack. 2014. Dissertação (Mestrado em Cuidado em Saúde) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BATESON, Gregory; Schefflen, Albert; Birdwhistell, Ray L.; Hall, Edward T.; Jackson, Don D.; Watzlawick, Paul; Sigman, Stuart J.; Goffman, Erving (1981): La nueva comunicación. Edición de Yves Winkin. Barcelona: Kairós, 1982.
- BAUMAN, Zigmunt. Em Busca da Política. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- BELTRÃO, L. Jornalismo opinativo. Porto Alegre: Sulina, 1980. A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário. São Paulo: Folco Masucci, 1969.
- BLUMLER, Jay G.; KAVANAGH, Dennis. The third age of political communication: Influences and features. Political communication, v. 16, n. 3, p. 209-230, 1999.
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BORDANAVE, Juan E. Díaz. O que é Comunicação. Editora Brasiliense, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRANDÃO, Beatriz; CARVALHO, Jonatas. Programa De Braços Abertos e as políticas de drogas na sociedade de controle: um diálogo histórico-antropológico. Outros Tempos, vol. 14, n. 24, p. 184 – 206, 2017.

- BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico (Maria Paula Dallari Bucci, org.). São Paulo: Saraiva, pp. 1-50, 2006.
- BURKE, Kenneth. A rhetoric of motives. University of California Press, 1969.
- CANEL, M. J. Comunicación Política. Una guía para sus estudios y práctica. Madrid: Tecnos, 1999.
- CARVALHO, Bruno; DIMENSTEIN, Magda. Análise do discurso sobre redução de danos num CAPSad III e em uma comunidade terapêutica. Temas psicol., vol. 25, n.2, pp. 647-660, 2017.
- CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Zahar, Rio de Janeiro, Brasil, 2018.
- CASTRO, R. A. DE et al. Crack: pharmacokinetics, pharmacodynamics, and clinical and toxic effects. Revista Médica de Minas Gerais, v. 25, n. 2, p. 253–259, 2015.
- CHARAUDEUAU, P. Discurso das mídias. Trad.: Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHERRY, Colin. On Human Communication: a review, a survey and a criticism. Second edition. Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1968.
- COELHO, Isabel; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Internação compulsória e crack: um desserviço à saúde pública. Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 38, n. 101, p. 359-367, 2014.
- COSTA, Sérgio Roberto. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. Constituição, governo e democracia no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 21, n. 61, p. 41-62, 2006.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.
- _____, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DADER, José Luis. La adolescente investigación en Comunicación Política: Estructura del campo y tendencias prometedoras, en: Martinez Nicolas, Manuel. Para investigar la comunicación. Propuestas teórico-metodológicas. España: Tecnos, 2008.
- DAHL, R. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989.
- DANIEL, Juliana Maia. Discricionariedade administrativa em matéria de políticas públicas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. O controle jurisdicional de políticas públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, p.93-124, 2013.
- DE NARDIS, F. Communication and Political Process. In: Understanding Politics and Society. Palgrave Macmillan, Cham, Switzerland, 2020.
- DEL REY, Javier, ¿De qué hablamos cuando hablamos de comunicación política?, ZER, 1, 1996.
- Denton, R. E., Woodward, G. C. Political Communication in America, 3rd edn. New York: Praeger, 1985.
- DESCARTES, René. Discurso do método. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- DIJK, Teun Adrianus van. *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- DIZ OTERO, I.; LOIS GONZÁLES, M.; NOVO VÁZQUEZ, A. *Ciencia política contemporânea*. UOC Editorial, Barcelona, 2012.
- DUAILIBI, L. B.; RIBEIRO, M.; LARANJEIRA, R. Profile of cocaine and crack users in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. SUPPL.4, p. 545–557, 2008.
- DUARTE, Jorge. *Comunicação pública*. São Paulo: Atlas, 2007.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.) *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- DUARTE, S. L.; GARCIA, M. L. T. Reforma psiquiátrica: trajetória de redução dos leitos psiquiátricos no Brasil. *Emancipação*, Ponta Grossa, 13(1), p. 39-54, 2013.
- DUNN, J.; LARANJEIRA, R. R. Transitions in the route of cocaine administration--characteristics, direction and associated variables. *Addiction* (Abingdon, England), 94, p. 813–824, 1999.
- EASTON, David. An Approach to the Analysis of Political Systems. *World Politics*, Vol. 9, nº. 3, p. 383-400, 1957.
- EDELMAN, M. *Constructing the political spectacle*. University of Chicago Press, 1988.
- _____, M. *The Politics of Misinformation*. Forsideomslag. Cambridge University Press, 2001.
- EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.
- ESCOBAR, M. et al. Active Brazilian crack cocaine users: Nutritional, anthropometric, and drug use profiles. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 40, n. 4, p. 354–360, 2018.
- EULAU, Heinz; ELDESVELD, Samuel J.; JANOWITZ, Morris. *Political Behavior: A Reader in Theory and Research*, 1956.
- FACHIN, Odília. *Fundamentos de Metodologia*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FAGEN, Richard R. *Política e Comunicação*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.
- FERRI, C. P. et al. Aumento da procura de tratamento por usuários de crack em dois ambulatórios na cidade de São Paulo: nos anos de 1990 a 1993. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 43, n. 1, p. 25–28, 1997.
- FLICK, Uwe. *Introdução à Metodologia da Pesquisa*. Tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. - Porto Alegre: Penso, 2013.
- FRANCO NETTO, F. A. *O problema do crack: emergência, respostas e invenções sobre o uso do crack no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências na Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.
- FRUGOLI JUNIOR, H. Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto Urbe - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, São Paulo, v. 4, n. 6, 2010.

GAROFALO, B. S.; SOARES, C. B.; CORDEIRO, L. Políticas Públicas Estatais na Área de Drogas: O Caso do Programa “De Braços Abertos”. In: Revista Sociologia em Rede, Goiás, n. 5, vol. 5, p.119-142, 2015.

GERSTLÉ, Jacques. La Comunicación Política. Santiago de Chile: LOM. Ed., 2005.

GOMES, B.; ADORNO, R. C. F. Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo. Etnográfica, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 569-586, 2011.

GRABER, D. Politics As Communication. By Robert G. Meadow. (Norwood, N.J.: Ablex Publishing Corporation, 1981.

GUSFIELD, Joseph R. La cultura de los problemas públicos: el mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2014.

HABERMAS, J. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a. v. I.

_____, J. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HART, C. Um Preço Muito Alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HEGEL, G. W. F. Science of logic. Tradução de A. V Miller. Nova York: Muirhead Library of Philosophy, 1969.

HIRDES, Alice. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 297-305, 2009.

HOLTZ-BACHA, Christina; KAID, Lynda Lee. Political Communication across the World Methodological Issues Involved in International Comparisons, p. 395-416. In: BUCY, E. P.; HOLBERT, R. L. (Org.). The Sourcebook of Political Communication Research: Methods, Measures, and Analytical Techniques. New York: Routledge, 2011.

HORTA, R. L. et. al. Drogas e Internet. 1. ed. São Leopoldo: Sinodal, v. 1. p. 92, 2009.

JORGE, M. S. B. et al. Ritual de consumo do crack: Aspectos socioantropológicos e repercussões para a saúde dos usuários. Ciencia e Saude Coletiva, v. 18, n. 10, p. 2909–2918, 2013.

KOLLER, K. et al. Avaliação Clínica. In: Laranjeira R., Ribeiro M., organizadores. O tratamento do usuário do crack. Porto Alegre: Artemed; 2012. p. 265-289.

KÜHN, T. A estrutura das revoluções científicas. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Record, 2001.

LASSWELL, Harold. Language of Politics. Cambridge: Mass., M.I.T. Pr., 1965.

- _____, Harold. *Politics: Who Gets What, When, How*. New York: Whittlesey House, 1936.
- LEMIEUX, Vicent. Un modèle communicationnel de la politique. *Hermès, La Revue*. C.N.R.S. Editions, n. 17-18, p. 93-105, 1995.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Pesquisa em Comunicação*. Editora: Loyola, 2003.
- MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política?* São Paulo, Brasiliense, 1994.
- MACHADO, Letícia Vier; BOARINI, Maria Lúcia. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 580-595, 2013.
- MAGALHÃES, T. R. P. M. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da “cracolândia” paulistana. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MALHEIROS, L. Tornando-se um usuário de crack. Em A. NERY, E. AUTOR, L. A. TAVARES, M. RÊGO, & M. E. NUÑES. *As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais* (p. 438). Salvador: EDUFBA, 2012.
- MALLART, F. O arquipélago. *Tempo Social*, v. 31, n. 3, p. 59–79, 2019.
- MARQUES, A. C. P. R.; CRUZ, M. S. O adolescente e o uso de drogas. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 22, n. supl. 2, p. 32–36, 2000.
- MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na ciência política. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Coord.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 23-46, 2013.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. *Métodos de pesquisa em comunicação: Projetos, ideias, práticas*. Editora Vozes, 2018.
- MARTINS, R. C. R.; CALIL, T. G.; ADORNO, R. C. F. Perspectivas psicanalíticas e antropológicas a respeito das violências na "Cracolândia" em São Paulo, Brasil. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 29, p. 174-191, 2017.
- MATOS e NOBRE, Heloiza H. Comunicação política e comunicação pública. *Organicom*, v. 3, n. 4, p. 58-73, 2006.
- MATOS e NOBRE, Heloiza Helena; NOBRE, Guilherme Fraguas. Capacitação em comunicação pública e em comunicação política: democratizando as habilidades parlamentares civis. *Organicom*, ano 10, nº 19, p.16-26, 2013.
- MATOS, Heloiza. Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo. *Revista Líbero*. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, v. 2, n. 3-4, p. 32-37, 1999.
- MCNAIR, Brian. *An introduction to political communication*. (5th Edition). Communication and Society. Routledge, United Kingdom, 2011.
- MEADOW, Robert G. *Politics as communication*. Ablex Publishing Corporation. New Jersey, 1980.
- MELO, J. R. F.; MACIEL, S. C. Representações sociais do crack elaboradas por usuários em tratamento. *Psicologia em Estudo*, 20, 23-32, 2015.

MELO, Patricia Bandeira de. Campo e habitus na produção jornalística: o lugar de fala como determinante da agenda. *Estudos de Sociologia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*. Recife, Pernambuco. 2005.

MENEZES, L. F. Entre a saúde e a repressão: políticas públicas na região da Cracolândia SP. p. 139, 2016.

MENEZES, L. F. Entre a saúde e a repressão: políticas públicas na região da Cracolândia SP. p. 139, 2016.

MOREIRA, E. C. Padrões de consumo de crack: comentários sobre seus mitos e verdades. In: MACRAE, E.; TAVARES, L. A.; NUÑEZ, M. E., orgs. *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*. Salvador: EDUFBA, 2013, pp. 87-103

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Tradução de Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1996.

NAPPO, S. A. et al. Virado: A new method of crack consumption in Brazil. *American Journal on Addictions*, v. 21, n. 6, p. 574–575, 2012.

Nappo, S. A., et. al. Changes in cocaine use as viewed by key informants: a qualitative study carried out in 1994 and 1999 in São Paulo, Brazil. *Journal Psychoactive Drugs*, 33(3), 241-253.

Nappo, S. A., Galduróz, J. C., Noto, A. R. (1996). *Crack use in São Paulo*. *Substance Use & Misuse*. New York: Marcel Dekker Inc., v. 31, n. 5, p. 565-579, 1996.

NASSER, M. M. S. Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo. *Horizontes Antropológicos*, v. 24, n. 50, p. 243–270, 2018.

NIMMO, Dan D.; SANDERS, Keith R. *Handbook of Political Communication*. Beverly Hills: Sage Publications, 1981a.

NIMMO, Dan.; SWANSON, David L. *New directions in political communication: a resource*. Newbury Park Calif: Sage, 1990.

NORRIS, Pippa. *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*. Cambridge University Press, 2000.

_____, Pippa. *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*. Cambridge University Press, 2006 (digital).

Oliveira, F. B. *Tecnologia da informação: a busca de uma visão ampla e estruturada*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

OLIVEIRA, L. G.; NAPPO, S. A. Crack na cidade de São Paulo: Acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 35, n. 6, p. 212–218, 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PATI, T. N. *Political Communication and the Mass-Media: A conceptual Analysis*. In: BIJU, R. M. *Developmental Issues in Contemporary India*. Concept Publishing Company, India, 2010.

PEDROSA, S. M. et al. The path to crack addiction: perceptions of people under treatment. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 69, n. 5, p. 956–963, 2016.

- PERRENOUD, L. O.; RIBEIRO, M. Histórico do consumo de crack no Brasil e no mundo. In: LARANJEIRA, R.; RIBEIRO, M., organizadores. O tratamento do usuário do crack. Porto Alegre: Artemed; 2012. p. 33-38.
- RAUPP, L.; ADORNO, R. C. F. Uso de crack na cidade de São Paulo. *Toxicodependências*, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 29-37, 2010.
- RAUPP, L.; ADORNO, R. DE C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n. 5, p. 2613–2622, 2011.
- RIBEIRO, M. et al. The Brazilian 'Cracolândia' open drug scene and the challenge of implementing a comprehensive and effective drug policy. *Addiction* (Abingdon, England), 111(4), 571–573, 2016.
- RODRIGUES, D. et al. Conhecimentos produzidos acerca do crack: uma incursão nas dissertações e teses brasileiras. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1247-1258, 2012.
- ROSSI, C. C. S.; TUCCI, A. M. Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*, v. 32, p. 1-18, 2020.
- RUI, T. C. *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- _____, T. Por entre territórios visíveis e territórios invisibilizados: mercados ilícitos e cracolândias de São Paulo e Rio de Janeiro. *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 38, n. 3, p. 573–588, 2019.
- _____, T. Usos da “Luz” e da “cracolândia”: etnografia de práticas espaciais. *Saúde soc.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 91-104, 2014.
- RUI, T. et al. Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Saúde & Transformação Social / Health & Social Change*, v. 4, n. 2, p. 4–13, 2013.
- SANTOS, E. S. Planos migratórios na Cracolândia de São Paulo na década de 1990. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 2, p. 336–344, 2018.
- SANTOS, J. L. G. et al. Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 26, n. 3, 2017.
- SARTORI, Giovanni. *A Política: lógica e método nas ciências sociais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- SILVA, S. L. DA. *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*. p. 115, 2000.
- SOUZA JUNIOR, Arthur Bezerra de. *Concentração econômica da Televisão: a resignificação do discurso do ódio no Brasil*. Londrina, Editora Thoth, 2020.
- STAKE, R. E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.
- TEIXEIRA, M. B.; ENGSTROM, E. M.; RIBEIRO, J. M. Revisão sistemática da literatura sobre crack: análise do seu uso prejudicial nas dimensões individual e contextual. *Saúde em Debate*, v. 41, n. 112, p. 311–330, 2017.

TEIXEIRA, M. B.; LACERDA, A.; RIBEIRO, J. M. Potencialidades e desafios de uma política pública intersectorial em drogas: o Programa “De Braços Abertos” de São Paulo, Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 28, n. 3, p. 1–25, 2018.

UCHÔA, Marco A. *Crack: o caminho das pedras*. Ed. Ática, 1996.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WANDEKOKEN, K.; SIQUEIRA, M. Uso de Crack: É Possível o (Re)Encantamento? *Portuguese Journal of Mental Health Nursing*, v. 9, n. 9, p. 54–59, 2013.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução e notas: Marco Antonio Casanova. São Paulo: Martins Claret, 2015.

WILLIAMS, W. A.; POTENZA, M. N. The neurobiology of impulse control disorders. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 30, n. SUPPL 1, p. 24–30, 2008.

WOLTON, Dominique. La communication politique: construction d'un modele. *Hermès, La Revue*, n° 4, p. 27-42, 1989.

WOLTON, Dominique. Les contradictions de la communication politique. *Hermès, La Revue*, n° 17-18, p. 107-124, 1995.

XAVIER, Dartiu. Reflexões sobre a Prevenção do Uso Indevido de Drogas. In: *Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde*. Organizadores: Marcelo Niel, Dartiu Xavier da Silveira, p. 7-10. Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (PROAD) Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Ministério da Saúde, 2008.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A – DEBATE NA TELEVISÃO

Íntegra do debate SBT/UOL entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad (PT) e José Serra (PSDB), realizado no dia 24 de outubro de 2012:

PRIMEIRO BLOCO

Carlos Nascimento: Muito boa tarde. Você vai acompanhar a partir de agora o debate entre os candidatos que vão disputar o segundo turno da eleição para Prefeitura da cidade de São Paulo. Uma iniciativa e também uma inovação do jornalismo do SBT e do portal UOL que trazem pela primeira vez um debate político para as 6h da tarde, o que certamente vai permitir que seja acompanhado por um número muito maior de eleitores. José Serra, do PSDB, foi escolhido no primeiro turno com 30,75% dos votos válidos. Fernando Haddad, do PT, com 28,98%. O nosso debate está dividido em três blocos, e a gente vai ver agora como será o primeiro.

Cada candidato fará alternadamente duas perguntas. Depois da resposta, o candidato que perguntou terá direito a réplica. O candidato que respondeu terá direito a tréplica. Os tempos são os seguintes: pergunta, 30 segundos. Resposta, dois minutos. Réplica, um minuto. E tréplica, um minuto. Pelo sorteio realizado na presença dos assessores dos candidatos, o primeiro a perguntar será Fernando Haddad. O candidato que por Ventura se sentir ofendido poderá pedir direito de resposta. Um comitê que é formado por representantes do SBT e do UOL vai avaliar se houve a ofensa. Em caso afirmativo, o candidato ofendido terá um minuto para sua resposta. Vamos então iniciar o nosso debate com a pergunta de Fernando Haddad. Trinta segundos.

Fernando Haddad: Boa noite telespectadores, internautas, parabéns ao SBT e o UOL pela realização desse debate. A pergunta é sobre segurança. São Paulo vem vivendo uma escalada de violência, uma epidemia de insegurança, com chacina, extermínio na periferia e mais ressentimento arrastões e latrocínios nos bairros nobres. Gostaria de saber do candidato a que ele atribui a escalada da violência, se tem responsabilidade como ex-prefeito e ex-governador e o que pretende fazer como futuro prefeito de São Paulo.

José Serra: Em primeiro lugar, boa noite. Esta questão da segurança não é de responsabilidade direta da prefeitura. Mas a prefeitura pode ajudar muito, e é isso que eu vou fazer como prefeito. Até porque eu conheço os dois lados. Já fui prefeito, e já fui governador, já tive a

responsabilidade também sobre a segurança. A situação de segurança em São Paulo deixa a desejar, é insatisfatória, mas é preciso considerar que melhorou muito comparativamente ao resto do Brasil, inclusive estados administrados pelo PT, como é o caso da Bahia.

São Paulo é o que registrou a maior queda de homicídios no Brasil proporcionalmente em termos absolutos nos últimos doze, treze anos. Agora, a prefeitura pode fazer coisas importantes nessa direção. Uma delas é reforçar a operação delegada, que o PM na hora de folga é contratado para a Prefeitura. Hoje já tem 8.000 PMs nesse programa e 4.000 na rua. Mais ainda, aumentar a integração entre prefeitura e governo do Estado, entre guarda civil metropolitana e polícia militar, polícia civil.

Eu introduzi como prefeito câmeras de vigilância do município, e introduzi como governador câmeras de vigilância também do Estado. Elas já estão integradas, mas podem se integrar muito mais ainda para esse trabalho conjunto. Vamos também fazer na capital a virada social, que eu experimentei, fizemos algumas vezes no passo governo do Estado em algumas regiões em que há uma operação intensiva, inclusive de natureza social, com vistas à grave maior segurança. Enfim, são questões que pode em ser bastante melhoradas mediante a intensificação da cooperação da prefeitura com o governo do Estado. Entre eu, prefeito, e o Alckmin, governador.

Nascimento: Obrigado, um minuto para a réplica.

Haddad: Serra, os dados recentes sobre violência dão conta de que o problema é muito mais grave e mais recente do que você imagina. Não estou falando de coisa de doze, quinze anos atrás, estou falando de agora, do presente e do futuro, o que você às vezes reluta em discutir. O homicídio doloso aumentou 15% do ano passado para cá, dados oficiais da secretaria de segurança. Número de vítimas aumentou 17%. Tentativa de homicídio, 35%. Estupro, 26%. E latrocínio, 6%.

Você faz referência à grave Operação Delegada, mas a Operação Delegada não contrata os policiais no dia de folga para cuidar da segurança, na verdade, ela enfrenta o comércio irregular, o comércio ambulante. Inclusive quem tinha autorização para autuar foi também truculentamente destruído, sua proposta não é para segurança, sua proposta é para coibir o comércio irregular. O que você pretende fazer?

Serra: Eu respondi sobre segurança, candidato Haddad, e você não disse nada sobre segurança, exceto citar números, tirando de contexto. A segurança em São Paulo não está piorando do

ponto de vista global, tal como seus dados sugerem, pelo contrário, a tendência ao declínio da gravidade continua, embora o problema seja grave. Segundo, a operação delegada não visa apenas a encarar problemas urbanos nem visará no futuro, nessa direção.

Pergunte nas diferentes regiões onde tem PMs com colete, com armas, com companhia andando na rua se a segurança melhora ou não. Nós temos que ser pragmáticos e concretos nessa matéria. Mais ainda, o governo federal tem uma enorme responsabilidade nessa área, porque não combate o tráfico de drogas nem o contrabando, que estão na base da prosperidade do crime, não só em São Paulo como em todo o Brasil.

Nascimento: Muito bem, encerrada a primeira rodada, vamos agora para a segunda pergunta que é do candidato José Serra, 30 segundos.

Serra: Fernando, eu queria saber qual é o seu projeto para a área de verde, de parques em São Paulo. Quando eu assumi a prefeitura, em 2005, tinha 34 parques, hoje tem 85. Ou seja, muito mais do dobro daqueles que foram deixados pela administração do PT, pela prefeitura da qual você participou. Eu queria saber qual é o seu programa nessa área para parques na cidade. Agora, a curto prazo, e ao longo de todo o mandato.

Haddad: Em primeiro lugar gostaria de dizer que os dados que eu relatei são dados oficiais da secretaria de segurança, é o acumulado de janeiro a agosto. Nós temos esse problema de escalada da violência de um ano para cá. E o José Serra, candidato José Serra, prefere atribuir a responsabilidade ao governo federal, e não assumir as responsabilidades da prefeitura e do governo estadual, pelo que está acontecendo. Eu não, eu prefiro assumir as responsabilidades de candidato a prefeito, que quando prefeito assumirá compromisso com a população na área da segurança.

Na área ambiental, eu penso que a questão é muito restrita que o Serra coloca. Questão ambiental envolve saneamento, coleta seletiva, e parques também. E no meu projeto de governo esta questão ambiental está intimamente ligada com a questão social. Esta é a grande diferença do meu plano de governo para o plano de governo do candidato Serra. Ele não percebe a conexão entre o ambiental e o social.

Qual é a conexão? A questão da moradia. Se você não resolver o problema de moradia na cidade de São Paulo, nós vamos continuar tendo as ocupações irregulares em áreas de mananciais, áreas de risco, nos córregos, você vai continuar tendo pouca coleta seletiva de lixo, quando há

coleta porta a porta porque muitas vezes o caminhão não consegue chegar à grave porta do morador. Você não vai ter saneamento básico, tratamento do esgoto. E esta administração tem o pior indicador na área de habitação, mesmo levando em conta os dados do candidato serra, 28 mil moradias em oito anos, é a pior marca registrada, são 3.500 moradias por ano, e contra 5.700 da gestão Marta e 9.000 da gestão Erundina, 9.000 da gestão Erundina. Além do mais, nós temos que considerar este absurdo que foi a criação da taxa da inspeção veicular que eu pretendo acabar.

Serra: Fernando, sabe uma coisa que eu tenho inveja de você, inveja mesmo, a capacidade de fugir das questões, a capacidade de não dizer nada. Eu perguntei sobre parques na cidade. Aparentemente você não tem ideia do assunto, porque é uma coisa importante para o meio-ambiente, para o lazer, para o esporte, para as famílias. Encontramos 34 parques. Hoje tem 84. Até o fim do ano terá cem e vou fazer na minha gestão de prefeito, se for escolhido, que eu espero, mais 50 parques na cidade. Isso é muito bom para o meio-ambiente. Quer outra proposta ambiental? A questão dos ônibus. Hoje, da frota de ônibus, 16% têm combustível verde, que polui menos, nós vamos levar isso para 100% da frota até 2014. E até 2016, tudo isto já estará funcionando plenamente. Portanto, tenho ideias a respeito do meio-ambiente. Quanto à grave questão de moradias nós vamos ter oportunidade de voltar ao assunto.

Nascimento: Um minuto para a tréplica.

Haddad: Você percebe a falta de conexão que o candidato não faz em relação à grave questão social e ambiental, ele não consegue perceber que a melhoria da condição de urbanização da cidade, de construção de moradia popular, é o que vai abrir espaço na cidade para cidade respirar. A cidade respira quando você tem coleta seletiva e temos a pior marca também da gestão Serra/Kassab, 1% do lixo reciclado, e quando você tem praticamente metade do esgoto da cidade não é tratado. Embora você, cidadão, pague por isso para a Sabesp. Então conectar essas coisas é que é grave. O que você chama de parque é muito diferente do que eu chamo de parque. O que você chama de parque são praças, muitas vezes, e estão mal cuidadas. Nós precisamos cuidar um pouco melhor das praças e parques de São Paulo porque vocês fizeram praças com nomes de parques e deixaram de cuidar. O lixo está acumulando em todas elas.

Nascimento: Candidato Fernando Haddad, agora é sua vez de perguntar em 30 segundos.

Haddad: Serra, você tem defendido algumas ideias muito polêmicas, a taxa da controlar, taxa de inspeção veicular, defendeu uma lei estadual que está suspensa pela Justiça, do tribunal, de venda de leitos de hospitais públicos e privados da cidade de São Paulo. E queria saber se você defende outra ideia polêmica, que é pedagiagem as estradas.

Serra: O governo do Estado não tem essa ideia polêmica, isso foram especulações, e na época da campanha o seu partido e você aproveitaram para fazer proselitismo com essa história. Deixa eu voltar um tópico antes. é uma questão de natureza social. Vai lá na Vila Guilherme, e pergunta se aquilo lá é uma praça, vai ao parque do povo, ou ao parque Boas na Vila Leopoldina, que era do Estado e nós cedemos, nós cedemos à grave prefeitura, que transformou em parque. Isto é muito importante. O que eu verifico é que não tem proposta. Você não apresenta, o PT não tem propostas nessa área, até porque praticamente não fez nada.

Quanto à grave questão de taxas, a que você se refere, na verdade, o Fernando Haddad foi o guru, o orientador da Marta nessa matéria, que ficou chamada Martaxa, que criou, e mais ainda, o candidato foi a Câmara de Vereadores para defender. Existiu uma taxa de asfalto, sempre tenho curiosidade, uma taxa de asfalto para ruas de terra que a população tinha que pagar, eles não tiraram esta taxa, nós tiramos. Se alguém entende de diminuir e aliviar impostos, é este que está falando, sou eu. Inclusive fizemos a nota fiscal paulista e a nota fiscal paulistana, pela primeira vez, não na história de São Paulo, do Brasil, se devolve impostos para o bolso. Só a notas fiscais devolve cerca de R\$ 6 bilhões, que já aconteceu até agora, então é muito fácil ficar falando, propostas, porque o social, em matéria de moradia eu desafio, pergunto o que é que foi que a administração do PT fez ao longo dos seus quatro anos? Nada em São Paulo.

Nascimento: Um minuto para a réplica.

Haddad: Dados oficiais da secretaria de habitação, 3.500 moradias por ano na gestão Serra/Kassab. Serra, você não respondeu minha pergunta. O jornal Folha de S. Paulo, não é o PT que inventa essas coisas. O jornal Folha de S. Paulo estampou na capa do jornal que o governo pretendia pedagiagem por quilômetro percorrido, e não da maneira como é hoje, isso vai acarretar prejuízo para a população pobre de São Paulo, porque muita gente para chegar em Perus, Itaim Paulista, São Miguel, passa por rodovias estaduais. E se nós pedagiarmos no espaço urbano, vai encarecer ainda mais a vida do morador da periferia. Diga com toda certeza,

pensamos e desistimos, como fizeram com o Rodoanel, prometeram não pedagear e pedagearam.

Serra: Esta questão do pedágio dentro da cidade não existe, como eu acho que o Fernando Haddad não é mentiroso, ele está sendo mal assessorado, ele não conhece os problemas diretamente, não tem muito conhecimento a respeito da cidade. Eu me lembro quando confundiu Itaim Bibi com Itaim Paulista, e o hospital do Itaim Paulista... imagine problemas dessa complexidade. Essa questão, a senhora, o senhor que está me ouvindo, você, o jovem, não existe, de botar pedágio em estradas dentro da cidade de São Paulo. Quanto à grave ação de moradia, foram 28 mil moradias, sem contar as obras da CDHU, do Governo do Estado, quando eu dirigia, mas tem mais, nós fizemos o maior trabalho da história de transformações de favelas em bairros. Vai para Paraisópolis, virou praticamente um bairro, tinha 5% de esgoto e hoje tem 90% e muitas melhoras.

Nascimento: Vamos para a última rodada desse primeiro bloco com a pergunta do candidato José Serra.

Serra: Fernando, eu gostaria de saber qual é seu programa para a área da cultura em São Paulo. Nós fizemos muita coisa, tanto na Prefeitura, começando com a virada cultural como no Estado, como é o caso do museu do futebol, como é o caso do cata-vento, muitas coisas, fábrica de cultura, centro cultural da juventude, etc. Queria saber qual é o seu problema. Não me venha com a questão social, isso e aquilo, eu quero saber concretamente qual é o programa na área da cultura.

Haddad: Serra, eu sei que você não liga para a questão social, é do teu perfil desconsiderar esta questão, por isso que você desconecta a questão ambiental da questão social. Divida 28 mil por oito, Serra, você vai encontrar 3.500 casas por ano, eu estou seguindo o teu número e dividindo pelos oito anos que vocês governaram a cidade.

Matemática você entende, entende bem, divida 28 por oito e vai chegar no número que eu apresentei. A área da cultura também está relacionada com a questão social porque a ideia é levar mais cultura para a periferia. Hoje há uma vida vibrante na periferia, os jovens querem participar da cultura da cidade e nem sempre recebem apoio do poder público. Nós fizemos um programa de iniciativa de um vereador do PT, chamado vai, nós queremos expandir o vai,

inclusive, criar o vai dois, que é estender o período pelo qual os grupos artísticos recebem recursos municipais.

Queremos trazer com muito mais força os pontos de cultura, a cidade não adere ao programa do Ministério da Cultura, isso prejudica a cidade como em várias áreas.

Assim como não vem o minha casa minha vida para cá, assim como não vem as UPA's para cá, assim como não vem os programas de educação para cá, também na área da cultura, há grandes empreendimentos, grandes programas federais que não chegam à grande população porque a prefeitura se fechou, a parceria com o governo federal. Você mesmo não consegue citar no seu programa, estamos há 60 dias em campanha e você não cita uma única parceria que você deseja fazer com o governo federal. E mais que isso, nós queremos construir centros culturais na periferia. Nós pregamos dois centros culturais, de grande porte, no molde do centro cultural Vergueiro, um na zona sul e um na zona leste. Estas regiões da cidade estão vibrando de cultura e precisam do nosso apoio para florescer ainda mais.

Nascimento: Um minuto para a réplica.

Serra: Como sempre, desculpe a insistência, não respondeu a pergunta. O hábito petista, e o seu, Fernando, me desculpe a franqueza, tem que ver a questão social primeiro, etc., tal, e não tem nenhuma proposta. A questão social fica esvaziada. O PT não fez nada em matéria de desenvolvimento e urbanização de favelas. Nada. A moradia não é apenas casa construída, moradia é asfaltamento, água, luz, energia elétrica, é escola, é escola técnica, é saúde, é só olhar o que foi feito em Paraisópolis, o que foi feito em Heliópolis, ganhamos prêmios internacionais nessa matéria. Quanto à grande cultura, tudo o que fizemos foi a cultura para o conjunto da cidade de São Paulo. Da virada cultural, à grande fábrica de cultura, todas nos bairros afastados. O CCJ, que nós vamos fazer em toda a cidade, feito na Vila Nova Cachoeirinha, ações concretas, positivas na cidade.

Nascimento: Um minuto para a tréplica.

Haddad: Se não fosse a licitação feita, a desapropriação dos terrenos no final da gestão da Marta, nós não teríamos os 45 CEUs existentes, fizemos 21 e licitamos 24.

Construídos os 45, serra e Kassab paralisaram o programa. Não há uma referência ao programa CEU no programa de governo do Serra, eu pretendo construir 20, e por que eu quero construir

céus? Porque lá tem teatro, tem quadra poliesportiva, lá tem biblioteca de primeira grandeza, ou seja, lá tem todo o acervo necessário para promover a cultura nos bairros. Coisa que não existia antes do programa CEU. Não reconhecer isso é uma temeridade.

Eu levei para 32 mil escolas públicas, segundo turno, basicamente esporte e cultura, e vou trazer forte para cá o Mais Educação pela educação de tempo integral.

Nascimento: Muito obrigado senhores candidatos. Você está acompanhando pelo SBT e pelo portal UOL o debate entre os candidatos que disputam o segundo turno da eleição de São Paulo, José Serra e Fernando Haddad, nós voltaremos em instantes com os temas escolhidos pelos internautas. SBT/ UOL, Eleições 2012.

SEGUNDO BLOCO

Nascimento: Estamos de volta, SBT/ UOL, eleições 2012, estamos iniciando agora o segundo bloco do debate entre os candidatos Fernando Haddad e José Serra. Vamos, então, à graves regras do bloco. Quatro temas de uma lista de vinte foram escolhidos por internautas no site do SBT e no portal UOL. Nesse bloco cada candidato fará alternadamente duas perguntas a partir dos temas escolhidos pelos internautas. Depois da resposta o candidato que perguntou terá direito a réplica. O candidato que respondeu terá direito a tréplica. Os tempos são os seguintes. Pergunta: 30 segundos. Resposta, dois minutos. Réplica: Um minuto. E réplica: Um minuto. Pelo sorteio realizado na presença dos assessores dos candidatos, o primeiro a perguntar será Fernando Haddad. Muito bem, o tema que teve maior número de votos dos internautas foi corrupção. Com 22% das escolhas. Portanto, é com base nesse tema que o candidato Fernando Haddad nesse momento fará a sua pergunta em 30 segundos, por favor.

Haddad: Serra, toda máquina pública grande, ela enfrenta problemas e nós temos a obrigação de coibi-los fazer o possível para coibir qualquer tipo de desvio e zelar pela transparência, controle, tanto do Tribunal de Contas quanto da sociedade, controle social. Queria saber as providências que você vai tomar para coibir os desmandos na Prefeitura de São Paulo caso eleito.

Serra: Olha, em primeiro lugar, aumentar o controle e a própria transparência. Nós vamos fazer, aplicar informática em tudo, inclusive nos licenciamentos e nas moradias, na aprovação de construções, tanto de moradias de grandes prédios quanto shoppings centers, etc., isso é

fundamental, transparência, conhecimento público das coisas. E com isso, eu tenho certeza, a gente vai aumentar não só a eficiência como o grau de ética dentro da administração.

Agora, por falar em corrupção, eu acho que é interessante também lembrar em relação à grave cidade de São Paulo, que a prefeita Marta, a administração Marta, tem hoje mais de 70 processos na Justiça, problemas de todos os tipos. Esta é uma questão séria dentro da cidade, que em parte isso vinha também daquela frouxidão, mas falando em corrupção no Brasil não podemos de mencionar hoje a questão do mensalão. Isso não é nem processo, não é nem suspeita não, é condenação. A cúpula do PT, a cúpula do Partido dos Trabalhadores durante tanto tempo foi condenada, formação de quadrilha. Aqui em São Paulo, há muito a ideia, não, essa questão não deve ser debatida, isso não tem nada a ver com a prefeitura, etc. E tal, mas tem sim.

Porque prefeitura significa não apenas capacidade, experiência, e as coisas que fez, que a população leva em conta para cada candidato, mas significa também princípios, valores, companhia, para quem é que se trabalha, para um partido? Vão querer repetir mensalão aqui? E veja só, negócio de mensalão não é rumor não, é um julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal começando a condenar o que era o petista número um, senhor José Dirceu.

Nascimento: Um minuto para a réplica, por favor.

Haddad: Serra, o teu desrespeito chega à graves raias da insanidade, trazer mensalão para cá? Do que você está falando? Você me conhece o suficientemente para fazer que eu tenho doze anos de vida pública, 30 anos de vida acadêmica, que tenho uma reputação ilibada, não há sequer uma suspeita, à grave frente do Ministério da Educação, onde eu administrei. Eu vou criar a controladoria-geral do município, acho essencial órgãos de controle para coibir o que aconteceu, por exemplo, na Secretaria da Habitação, um funcionário nomeado pelo Serra, ao longo de cinco anos apenas, com salário de servidor público conseguiu passar escritura para o seu nome de mais de cem imóveis, é com isso que eu estou preocupado na Prefeitura de São Paulo. E não em ofender o meu adversário.

Nascimento: Um minuto para a tréplica.

Serra: Esse cidadão, o Aref, era alto assessor da Marta Suplicy, foi o principal assessor na época para elaboração do Plano Diretor. Quando foi descoberto, houve denúncias, o prefeito Kassab mandou para o Ministério Público e processou, tomou a medida correta. Esta questão

do mensalão não envolve esta ou aquela pessoa especificamente, envolve um partido, envolve um método, ninguém governa sozinho, o governante tem sempre um grupo em torno dele. Esta que é a questão, o método petista é de usar o governo como se fosse propriedade privada, fizeram isso no passado, inclusive aqui em São Paulo, inclusive na prefeitura, fizeram isso no governo federal, de onde o Fernando Haddad vem, se ele não esteve envolvido diretamente no mensalão, ele está envolvido com o partido que fez o mensalão. Isso que é importante.

Nascimento: Muito bem, o segundo tema mais votado que teve a preferência de 8% dos internautas que participaram foi fila para exames médicos. A pergunta agora em 30 segundos é do candidato José Serra.

Serra: Queria perguntar ao candidato o que ele pretende de fato, com propostas concreta, implantar na cidade de São Paulo, para diminuir o tempo de espera de filas, não apenas de cirurgias, mas também de consultas e também de exames, qual é a proposta concreta? Se essa proposta exclui, como se tem falado tanto, as próprias organizações sociais, entidades parceiras da saúde que só no ano passado fizeram 17 milhões de consultas em São Paulo.

Haddad: Quem anda falando muito é você, Serra. Você resolveu agora espalhar rumores e boatos na cidade de São Paulo, chegou a afirmar que eu vou fechar creches conveniadas quando fui eu que introduzi no Fundeb as creches públicas e conveniadas, uma lei sancionada pelo presidente Lula com a minha assinatura. Na saúde, eu quero entregar em primeiro lugar os três hospitais que você e o Kassab prometeram e não entregaram. Vocês prometeram, vou me associar ao Ministério Público para evitar a privatização de cá 25% dos leitos estaduais. O Tribunal de Contas suspendeu esta medida, mas a prefeitura vai se associar ao Ministério Público para impedir que essa lei estadual tenha curso na cidade de São Paulo. São 792 leitos a menos se essa ideia prosperar. E nós não vamos prejudicar os pobres.

Vou criar também a rede hora certa, eu gosto das AMAs, e acho que as AMAs, sobretudo expelidos, elas podem ser combinadas com laboratórios de exames de imagem e com centros cirúrgicos, como se fosse um hospital dia, porque muitas cirurgias não dependem de internação, e nós sobrecarregamos os hospitais existentes que já são poucos com cirurgias que podem ser resolvidas no ambulatório é um erro.

Há experiências no Brasil dando certo, acabando com as filas e nós vamos trazer esta experiência para cá. A rede hora certa vai funcionar. Vamos também trazer as UPAs, que são

amas 24 horas e muito mais bem equipadas que o governo federal vai nos permitir construir com recursos do Orçamento Geral da União. Agora, no que diz respeito à graves filas, você há de convir comigo, o trabalho vem sendo malfeito, e o prontuário eletrônico não existe na cidade de São Paulo, e mais do que isso, não há transparência dos dados de fila de saúde na cidade de São Paulo.

Nascimento: Um minuto.

Serra: No programa do PT consta o fim das parcerias com as entidades tipo Santa Marcelina, Santa Casa, Universidade de São Paulo, Einstein, Sírio-Libanês, está no programa, está nas declarações, está na ação do PT no Supremo Tribunal Federal para acabar com essas parcerias, os dados estão por todos os lados. Nós dissemos isso no programa de televisão. A campanha do PT recorreu à grave Justiça dizendo que não tinham dito isso. Pois a Justiça decidiu, mostrou o texto dizendo que sim, eles tinham afirmado aquilo que nós tínhamos dito, de que eles são a favor de terminar com essas parcerias, o que é um desastre para a cidade de São Paulo, porque para que se tenha ideia, essas organizações parceiras, que têm boa qualidade, fizeram no ano passado, 50 mil cirurgias, fizeram 17 milhões de consultas, e eu vou reforçar a parceria com elas para diminuir filas, tomando outras medidas juntos.

Haddad: Candidato Serra acha que a saúde vai muito bem. Ele foi eleito prefeito, renunciou, um ano depois, mas disse o seguinte, se despreocupem porque a minha equipe permanece. Eu renuncio, mas minha equipe permanece. E de fato o Secretário de Saúde do Kassab é uma indicação do Serra, é bem verdade que responde a um processo por desvio de recursos de merenda, imaginem vocês. O Secretário de Saúde respondendo por desvio de merenda, de criança! Contudo ele manteve no cargo, porque o procedimento aqui é diferente. No governo federal se apura e se pune, aqui é para baixo do tapete. Mas mantendo esse secretário, o que aconteceu? O que acontece é que as filas não acabam! Há oito anos a população está enfrentando isso.

Serra, você vem falar de Santa Marcelina para mim? Quem autorizou o curso de medicina do Santa Marcelina fui eu como Ministro da Educação, eu vou fechar um curso que eu mesmo abri? Você acha que a população vai acreditar em você mais uma vez, ela sabe quem mente e quem fala a verdade.

Nascimento: Muito obrigado, com 8% das escolhas dos internautas, o tema tempo perdido no trânsito foi o terceiro mais votado para este debate. É com base nele que Fernando Haddad agora fará sua pergunta em trinta segundos, por favor.

Haddad: Serra, a cidade de São Paulo, o tamanho que tem, ela precisa utilizar todos os meios de transporte possível. Metrô, monotrilho e também corredores de ônibus. Você e o Kassab em 2008 prometeram entregar 66 quilômetros de corredores de ônibus para a cidade de São Paulo, paralisaram o projeto, sobrecarregando a CPTM e o metrô. Quantos quilômetros você pretende entregar e por que vocês não entregaram o que foi prometido em 2008?

Serra: Olha, eu vou antes me referir a uma questão anterior: da saúde. Eu eleito prefeito, vou fazer mais 30 AMAs especialidades, de tempo integral, de 24 horas, mais 17 AMAs de especialidades, para aumentar a oferta de serviço, que hoje pela primeira vez, eu vejo que aqui o papel das amas é reconhecido. Tinham zero AMAs quando nós assumimos a prefeitura em 2005. Por outro lado, nós vamos também aumentar a integração com o governo do Estado, juntar os dois aparatos de saúde, os dois sistemas de saúde, para poder acelerar inclusive a transferência de pacientes de um lugar a outro, quando houver necessidade. E vamos reforçar o Mãe Paulistana, que é um programa que eu criei, que foi tão bem sucedido na cidade. Vamos acompanhar todas as mulheres pelo Alô Mãe por telefone ao longo da gravidez. Já nasceram 650 mil crianças sob este programa, que tem sido um sucesso do ponto de vista social, que realmente expresso impressiona e repreenda bastante.

Quanto à grave questão do transporte, a prefeitura, pela primeira vez, investiu no metrô R\$ 1 bilhão. A prefeitura anterior tinha investido um real. Hoje tem quatro linhas em andamento sendo construídas, o que se deve em parte à grave ajuda da própria prefeitura e esta parceria com o Alckmin vai continuar. No ano que vem teremos sete linhas com metrô em andamento. Uma delas, inclusive, vai chegar aqui em Pirituba, vinda da zona norte de São Paulo. é a cidade que vai ter finalmente uma teia de aranha de transporte de trilhos, que é o único caminho a longo prazo realmente para poder se segurar a questão do trânsito. é uma cidade onde entram 500, 700 carros novos por dia. E nós fizemos obras boas nesse sentido.

Nascimento: A réplica em um minuto, candidato Haddad.

Haddad: Falo para você, internauta, telespectador, você que está sofrendo nos trens na cidade de São Paulo. Não tem havido investimento em transporte público na cidade de São Paulo. Desde que o Serra renunciou ao governo do Estado para disputar a presidência, não há um único tatuzão escavando linha nova de metrô na cidade de São Paulo. Nem a linha cinco que deu o escândalo da licitação conhecido e a Justiça mandou bloquear porque as empresas entraram em conluio, a linha seis sequer foi licitada. Pirituba está na fase três da linha... eles não tiveram a descendência de antecipar a entrega de Pirituba para 2019 para fortalecer a nossa candidatura de trazer a feira mundial para 2020 para a cidade de São Paulo. Então não é isso que o Serra está dizendo. Você que está no trem, no metrô e no ônibus, sabe disso.

Nascimento: Um minuto para a tréplica.

Serra: Você que mora em Cidade Tiradentes, sabe... você que mora no Jabaquara, que mora em Paraisópolis, sabe que está sendo construído o monotrilho, que é metrô aéreo, que vem de Congonhas até o Morumbi, você que mora na Vila Sônia sabe que a Vila Sônia vai ter a estação de partida da linha quatro que chega até o centro da cidade, várias estações foram inauguradas. Você que mora em Santo Amaro sabe que vai ter a linha cinco ampliada e sabe que vai ligar a região a Chácara Klabin, integrando todo o metrô da cidade. Tudo isso está em andamento, inclusive o expresso Tiradentes, que a prefeitura deixou apenas uma carcaça. Obras boas como o Rodoanel, Jacu-Pêssego. Sabe qual foi a grande obra de investimento, foram os túneis dos jardins, não é preciso dizer mais.

Nascimento: O quarto e último tema que servirá de base para a pergunta de José Serra é cracolândia, tema escolhido por 8% dos internautas que se manifestaram. A sua pergunta, candidato Serra, em 30 segundos.

Serra: Queria saber do candidato qual será a política dele em relação ao crack, e se ele está de acordo com a construção de clínicas, seja diretamente pelo governo, seja de entidades parceiras, para tratamento de dependentes químicos, que é uma coisa muito séria, que precisa, exige muita parceria. Eu particularmente fiz isso no governo do Estado, e foi feito também na prefeitura. Queria saber a opinião dele sobre isso.

Haddad: Em relação à grave crackolândia, acho que em primeiro lugar é preciso fazer um balanço da ação que foi feita, ação desastrosa, com vários de nós, candidatos do primeiro turno, apontamos. Russomanno, Chalita e eu fizemos questão de dizer com todas as letras que aquela operação foi um desastre. Por que foi um desastre? Porque não houve articulação entre o governo estadual, governo municipal e governo federal. A presidenta Dilma tinha recém lançado um programa de combate ao crack. Crack é possível vencer, mas o governo desconsiderou a proposta de parceria e meteu os pés pelas mãos com uma operação que disseminou o crack pela cidade de São Paulo.

Ao invés de agir com a repressão ao tráfico de um lado, mas com o acolhimento ao usuário, porque as famílias sofrem muito, não é só o usuário que está sofrendo, ele faz sofrer muita gente, o vício faz sofrer o usuário e toda a sua família. Outro dia eu conheci uma mãe que procurava numa crackolândia, porque hoje não existe mais uma crackolândia em São Paulo, existem dezenas de crackolândias em São Paulo em função dessa ação desastrosa do governo estadual. Entrou com a repressão, disseminou o crack, não puniu quem deveria, e hoje os usuários estão em todos os lugares. Bairros estruturados, bairros de periferia, que não conheciam o problema, hoje conhecem.

O que nós vamos fazer? O contrário disso, a parceria! O município vai agir, vai exigir inclusive que seja feito assim, um governo estadual, e com o governo federal, uma ação integrada. Eu sou a favor, sim, de clínicas, eu penso que o usuário deve ser acompanhado, se possível internado para que ele largue o vício, mas há muitas formas se fazer a abordagem e se escolheu a pior.

Serra: Se é para falar de governo federal, o governo federal liberou apenas 8% do seu Orçamento para o Brasil inteiro voltado a recuperação de dependentes químicos, não fez praticamente nada, apesar dos planos, anunciou 3.600 leitos em 2010, não fez mais do que algumas dezenas, e, além disso, no combate ao contrabando e tráfico da coca que é um trabalho essencialmente de natureza federal. Eu vou intensificar a educação a respeito dos riscos da droga, como fiz com o cigarro no Brasil, que abriu caminho para uma mudança nessa área. Vamos multiplicar os leitos conveniados, e vamos dar guerra ao crack, não vou contemporizar nessa matéria, o crack é uma tragédia para os jovens, suas famílias e aumenta o crime. O PT em oito anos de prefeitura não fez nada, no governo federal não fez nada, nós fizemos e vamos fazer mais.

Nascimento: A tréplica em um minuto.

Haddad: Olha, Serra, em recente entrevista na CBN você disse o que ia fazer para combater o crack e assustou toda a população. Para monitorar quem tem propensão a consumir drogas. Você falou isso na CBN, circulou em todas as redes sociais, foi matéria de jornal. Serra, eu pergunto, onde é que você estava com a cabeça quando você propôs isso? Você vai trabalhar dessa maneira, monitorando os jovens propensos? Você vai fazer isso também em escola particular? É para rico e para pobre? É só para pobre a sua proposta? é muito estranho o que você anda falando sobre combate ao crime, porque combate ao crime é combate ao narcotraficante, aquele que está, o usuário tem que ser tratado como política de saúde, você tem que abordá-lo, acolhê-lo e recuperá-lo, com sua família.

Nascimento: Sobre essa questão específica o candidato José Serra pediu direito de resposta, o que de acordo com o regulamento será examinado agora durante o intervalo e nós diremos depois se o direito de resposta será aceito ou não. Você está acompanhando pelo SBT e pelo portal UOL o debate entre José Serra e Fernando Haddad, nós voltamos daqui a pouquinho, com a terceira e última parte desse encontro. SBT/ UOL, Eleições 2012.

TERCEIRO BLOCO

Nascimento: SBT/ UOL, eleições 2012. Nós estamos abrindo agora o terceiro e último bloco entre José Serra e Fernando Haddad. Candidatos que disputam em segundo turno a Prefeitura de São Paulo. Em primeiro lugar, eu gostaria de informar a todos e aos candidatos que o pedido de direito de resposta do candidato José Serra foi negado pela direção do debate. O argumento é de que o direito seria concedido no caso de uma ofensa, não havendo ofensa, não há direito de resposta. Vamos à graves regras deste bloco.

Cada candidato fará alternadamente duas perguntas, depois da resposta, o candidato que perguntou terá direito a réplica. O candidato que respondeu terá direito a tréplica. Os tempos são os seguintes: Pergunta, 30 segundos. Resposta, dois minutos. Réplica: Um minuto. Tréplica: Um minuto. Pelo sorteio realizado na presença dos assessores dos candidatos o primeiro a perguntar será José Serra. Depois da rodada de perguntas e respostas, cada candidato terá um minuto para fazer as considerações finais. Começando com Fernando Haddad.

Muito bom, primeira pergunta deste bloco, portanto 30 segundos, candidato José Serra.

Serra: Queria perguntar ao candidato qual será, caso venha a ser eleito, a sua política com relação a pessoas com deficiência. Nós criamos a rede Lucy Montoro, cinco centros na cidade de São Paulo, quando eu era governador, 31 núcleos integrados de reabilitação na cidade, elevamos o número de ônibus que é acessível para os deficientes físicos de 200, 300, para 8.000, e eu queria saber qual será a política dele a esse respeito.

Haddad: Olha, Serra, fico muito feliz com a pergunta, você sabe que na condição de Ministro da Educação, eu sou responsável por todas as crianças e jovens e, sobretudo, a criança com deficiência, que tem uma enorme dificuldade de frequentar escola. A bem dizer, tinha, porque nós demos passos largos no sentido da inclusão. Eu fui o Ministro da Educação que mais incluiu crianças com deficiência. Crianças que não iam para a escola, ou que ficavam reclusas em casa ou numa entidade beneficente, hoje frequentam a escola porque eu incorporei a educação inclusiva como eixo no Ministério da Educação.

Fiz uma coisa inédita no Brasil, fala que eu sou contra parcerias, mas incluso as Apae! Antigamente não havia financiamento público para Apae! O custeio dessas entidades ficava prejudicado porque elas não eram consideradas instituições públicas e na minha gestão eu passei a considerá-las como instituições públicas. Elas recebem do Fundeb como se fossem uma escola pública, isso foi um avanço significativo. Promovi também a dupla matrícula, um turno na escola regular e outro na escola especial.

Mas tem um dado que talvez você desconheça, Serra, há em idade escolar na cidade de São Paulo cerca de quinze mil crianças que não frequentam a escola. A primeira medida que vou tomar, como é uma população muito vulnerável do benefício de prestação continuada do governo federal eu vou atuar de todas as formas para trazer estas crianças, elas vão conviver com outras crianças. São quinze mil. Esta vai ser uma das primeiras minhas atuações, o demais eu digo na minha tréplica.

Serra: O candidato não respondeu a questão da rede Lucy Montoro, dos núcleos integrados de reabilitação, que são 31, da prefeitura, a rede Lucy Montoro é do Estado. Nós vamos integrar, inclusive com acompanhamento, qualificação das pessoas, criar uma verdadeira rede na cidade. Não falou também da questão dos ônibus. Quando nós assumimos a prefeitura, tinham só 300 ônibus com acessibilidade, herança do governo do PT, hoje isso chega a 8.000. Por outro lado, se o Ministério da Educação fez, promoveu alguma educação para deficiente, não foi em São Paulo. São Paulo foi zero. As Apaes, tudo o que ouvi delas foram reclamações amargas com

relação ao trabalho do Ministério da Educação. Só reclamação amarga. Agora, aí são coisas que vão se afirmando, com substitutos para o que efetivamente tem que se fazer em São Paulo, que é uma atenção, tratar os deficientes, as pessoas com deficiências como cidadãos.

Nascimento: Um minuto para a tréplica.

Haddad: O seu desconhecimento em relação a São Paulo é grande, em relação ao Brasil eu já desconhecia, você chamou o Brasil de Estados Unidos do Brasil num dia desses, misturou o nome do seu próprio país, que você pretendeu presidir por duas vezes, foi constituinte, assinou a constituição e não sabia o nome do seu próprio país. Você conhece também, nós encaminhamos, você sabe disso, as salas, só não recebeu quem não quis, todas as escolas públicas estão sendo preparadas para receber as crianças com deficiência. Eu gosto da rede Lucy Montoro, não tenho problema nenhum em relação a isso, mas também gosto da parceria com a AACD que não está recebendo do governo do Estado pelos atendimentos que faz. Eu ouvi uma reclamação semana passada sobre esse assunto, e eu pretendo, além da rede pública, fazer parcerias com instituições com essa dignidade, que atendem há muitos anos e sabem fazer.

Nascimento: Em trinta segundos o candidato Fernando Haddad fará sua pergunta nesse bloco.

Haddad: Serra, ante de renunciar ao cargo de governador para concorrer à grave Presidência, você passou três anos à frente do governo do Estado, segundo documento oficial, repito, documento oficial do governo do Estado, você passou três anos sem limpar a calha do Rio Tietê. Houve uma enchente que inundou uma comunidade no Jardim Helena, que ficou 30 dias debaixo d'água, eu queria saber qual a sua proposta para enchentes, e o que você tem a dizer à grave população do Jardim Helena.

Serra: Olha, eu vou retomar, já que não foi dado direito de resposta uma questão anterior. Quero dizer o seguinte, é absolutamente falsa aquilo que o candidato Haddad disse sobre uma entrevista minha à grave CBN a respeito de violência nas escolas, a pergunta foi do que eu faria em relação a violência nas escolas. Eu disse que nós temos que ter um atendimento individualizado para aqueles que possam vir a praticar violência dentro da escola, porque a violência existe e é um problema bastante sério, através de psicólogos, através de orientação de professores, e fazendo diagnóstico a partir das famílias desestruturadas. é muito fácil ficar

falando contra o crack, ficar falando da juventude e não adotar nenhuma política a esse respeito. É uma infâmia, a palavra crack nem foi mencionada por mim.

A rede petista pegou isso para espalhar calúnia como costuma fazer com muitas, com esta e com muitas outras questões. Agora, a questão básica ainda que eu quero mencionar, aproveitando esse tempo, é que nós vamos criar em São Paulo o Bilhete único de seis horas, nós vamos duplicar o tempo de duração do Bilhete único. Hoje, vale para três horas, vai passar para seis horas. E mais ainda, nós vamos fazer o Bilhete Amigão de fim de semana, de sábado à graves duas da tarde até domingo à grave noite, basta um Bilhete único para poder andar pela cidade. Essas são medidas concretas, em benefício das pessoas que andam em transporte público na nossa cidade. Com tudo calculado, não há nenhuma enganação, como é o caso do Bilhete único Mensal, é uma coisa concreta, muito importante que nós vamos fazer. Junto com uma bolsa creche para as mães que estiverem na fila aguardando vaga para a creche para seus filhos.

Nascimento: A réplica em um minuto, por favor.

Haddad: Serra, humildemente, fiz uma pergunta sobre enchentes, perguntei o seu plano de enchentes, você falou do Bilhete Amigão? Que é uma coisa que você inventou de última hora para enfrentar o debate sobre transporte na cidade. Eu nem sei o que te dizer. Eu fiz uma pergunta clara. Por que você não limpou o rio Tietê por três anos? Isso é um documento oficial do governador Geraldo Alckmin, a não ser que ele faça parte da rede petista contra você, você tem que dar satisfação num documento oficial do governo do Estado. Será que ele soltou esse documento para prejudicar sua candidatura? Creio que não, a CBN também não é da rede petista, em uma emissora da maior responsabilidade, está gravado, as pessoas podem acessar. Não consigo compreender sua resposta, eu pergunto de enchente e você responde uma coisa que nem sei direito o que é, Bilhete Amigão, responda sobre enchente e Jardim Helena que você prejudicou.

Serra: Quando a gente ouve calúnia, fui obrigado a fazer esclarecimento, a gente tem que usar o tempo para poder respondê-la. Na questão específica da pergunta que eu deixei para responder agora, eu quero dizer o seguinte, há mais de dois anos não tem vítimas por enchente em São Paulo. Nós investimos, investimos muito, inclusive criando um parque linear, o parque várzeas

do Tietê que é muito importante para a absorção de água para evitar enchente, tomamos medidas estruturais.

Basta dizer que foram despoluídos cem córregos numa ação do governo do Estado conjuntamente com a prefeitura. Esses cem córregos economizam hoje uma tonelada de esgoto poluído por segundo aqui em São Paulo. Despoluindo as represas e melhorando a saúde da população. E nos próximos anos nós vamos despoluir mais cem córregos, esta é a minha meta. Não sei se o candidato tem a dele, gostaria que mencionasse a esse respeito.

Nascimento: Muito bem, a próxima pergunta é do candidato José Serra, que tem 30 segundos para formular.

Serra: Queria perguntar a respeito da questão de bicicletas. Quando nós assumimos a Prefeitura em São Paulo, não tinha nada em matéria de ciclovia, ciclofaixas, rotas, praticamente nada. Nós começamos a fazer, hoje já tem cerca de 200 quilômetros somando ciclovias, ciclofaixas e o conjunto de operações com relação a bicicletas. Inclusive fizemos esta beleza que é a ciclovia, foi o Estado mesmo que fez, eu como governador, no rio Pinheiros.

Haddad: Candidato, vamos aos números sobre o combate a enchentes. Nós em quatro anos, entregamos nove piscinões, vocês em oito entregaram dois. Perdão, três, um em parceria com o governo do Estado. A discrepância é muito grande. Hoje, há menos enchente porque nós investimos muito no combate a enchentes. Aquilo que cabia ao governo do Estado quando você era governador, o senhor não fez, o documento está disponível para quem quiser, dizendo que ele não limpou a calha do Tietê por três anos, os três que ele permaneceu à grave frente do governo do Estado.

A questão das bicicletas. Eu também tenho a honra, além de ter sido o ministro que mais construiu escolas técnicas, que mais ampliou o acesso à grave universidade, que mais ampliou o acesso à grave educação inclusiva, e aquele que também, repare, mais incluiu crianças de zero a três anos em creche. Quando eu assumi o Ministério, tinha um milhão e 400 mil matrículas, eu deixei o Ministério com dois milhões e 300 mil matrículas em creche. No que diz respeito à grave bicicleta, também, fui o primeiro-ministro da educação a incorporar a bicicleta no programa de transporte escolar. Agora nós temos os ônibus padronizados pelo Inmetro, com toda a segurança, substituindo o velho pau-de-arara, temos os barcos para a região norte, transporte pluvial é muito importante na região e agora temos as bicicletas.

O Ministério da Educação é quem mais adquire bicicleta. Eu quero trazer essa experiência para cá. Como? Eu vou integrar a bicicleta ao Bilhete único, você vai ter uma série de bicicleta, várias espalhadas pelo território do município, bicicletas públicas, compradas com dinheiro público, e você vai poder pegar e deixar esta bicicleta sem custo, basta ter o Bilhete único personalizado para eu saber quem pegou a bicicleta e quem devolveu, mas você vai poder usar gratuitamente na integração com trens, metrô e ônibus.

Nascimento: Um minuto para a réplica.

Serra: Me lembro que quando houve uma enchente em São Paulo na administração do PT a prefeitura estava na Europa passeando. Esta é talvez a coisa mais significativa que existe a respeito de ação do PT nas enchentes de São Paulo, que eu insisto, têm causado cada vez menos problemas, ao contrário de outras regiões do Brasil.

Mas em relação à graves bicicletas, eu quero dizer o seguinte, nós fizemos 50 bicicletários, que são a base do uso da bicicleta, nós fizemos, como eu disse, 200 quilômetros de ciclovias, ciclofaixas e rotas, inclusive um programa bike São Paulo, de empréstimo gratuito durante trinta minutos de bicicleta, e nós vamos duplicar esta, nós vamos levar para 400 quilômetros na cidade. Minha meta. Meta inclusive que se amplia no caso da bicicleta dentro das escolas.

Nascimento: Um minuto para a tréplica.

Haddad: Repare que o candidato Serra está sempre se referindo a administrações passadas, nunca olhando para o futuro, nunca fazendo a divisão entre o que eles fizeram em oito anos e o que ele pretende fazer em quatro. Eu fiz uma proposta muito concreta, não é o uso da bicicleta por trinta minutos não, você vai ter três horas para usar a bicicleta para chegar a um terminal de transferência ou a uma estação de trem e de metrô. Deixando no bicicletário você vai integrar o seu Bilhete único sem custo, vai usar gratuitamente esta bicicleta que vai ser colocada à grave disposição da população que vai inclusive economizar na integração.

Você vai poder fazer um trajeto curto que hoje você faz por ônibus vai fazer por bicicleta, porque os que eu vou construir não ficarão restritos à graves estações, vou colocar justamente nos bairros, porque, Serra, nem todo mundo tem bicicleta, você tem que pensar em quem não tem também, difícil para você em funcionário da questão social.

Nascimento: Candidato Fernando Haddad fará a última pergunta do nosso debate em 30 segundos, por favor.

Haddad: Serra, vou voltar a questão da habitação até para te dar uma chance de responder melhor a essa questão. São dados da secretaria de habitação, nós estamos em meio a muitos jornalistas. Governo Erundina, 9.000 casas por ano, governo Marta, 5.700 casas por ano. Casas populares, governo Serra/Kassab, oito anos, 28 mil, 3.500 por ano. é muito pouco, nós temos 500 mil famílias em situação complexa de moradia. O que você pretende fazer?

Nascimento: Dois minutos.

Serra: Primeiro esclarecimento, nesse assunto de bicicletas é muito importante dizer o seguinte, o Ministério da Educação não trouxe nem um triciclo para São Paulo, isso é bom se ter presente. Nessa matéria não se fez praticamente nada até o momento que nós tivemos a oportunidade de comandar seja a prefeitura, seja o governo do Estado. Agora, essa questão toda tem muito a ver com a maneira de se encarar os problemas, com a maneira com que se tratam as diferentes questões. Eu queria aproveitar este tempo, porque temos mais tempo para adiante, para falar de outra iniciativa que nós vamos adotar na cidade de São Paulo.

Que é a criação do Pronatec, na campanha presidencial eu propus o Pronatec, perdi a eleição, o governo Federal pegou, mudou o nome, só que não implantou, como sempre faz-se iniciativas com saliva e papel. O Pronatec vai dar bolsa de estudo para garotada que não tem acesso à grade escola técnica governamental. Nós vamos dar bolsa para que possa estudar. Ao lado disso, nós vamos expandir ainda mais o ensino técnico na cidade. Eu aumentei o número de vagas no ensino técnico da capital, de 28 para 68 mil, e a meta para o futuro é levar isto a cem mil.

Quero dizer que nós ocupamos metade dos CEUs com ensino técnico à grade noite e agora completaremos a outra metade, um trabalho em parceria, governo do Estado, com a Prefeitura. Nesse sentido o Pronatec tem uma importância enorme. E eu quero além do mais retomar uma outra questão, que é do ensino profissionalizante, nós vamos treinar cem mil cuidadores em São Paulo para idosos, crianças, e pessoas com deficiência física.

Nascimento: A réplica em um minuto, por favor.

Haddad: Você viu que eu perguntei sobre enchente, ele me falou de um tal de Bilhete Amigão, ninguém sabe o que é, eu perguntei de moradia, ele não respondeu. Eu estou com dados da Secretaria de Habitação, dados oficiais, mas já que ele respondeu outra coisa, o que tem enchente com ensino técnico no contexto em que eu perguntei? Quem aprovou uma lei na Câmara dos Vereadores foi um vereador do PT José Américo, e o prefeito Kassab vetou. Quem aprovou na Câmara dos Vereadores a bolsa creche, que o Serra inventou nessa última semana de campanha foi outro vereador do PT Arselino Tatto, e o Kassab vetou. Eu fico sem saber se o Kassab é da situação, da oposição, porque ele não se manifesta em relação à grave gestão Kassab, ele toma distância da gestão Kassab ao, por exemplo, não dizer por que o prefeito vetou dois projetos tão importantes que agora vocês querem recuperar.

Serra: O Fernando Haddad, o próprio Lula, procuraram o Kassab para pedir apoio na prefeitura, como não os apoiou, virou capeta para eles. O PT é assim, o PT, quando tem um aliado, esse aliado é santo, pode ser o Collor, Maluf, pode ser quem for, quando está contra, aí é o diabo. Assim que atua na política.

Agora, eu quero dizer o seguinte, na questão da moradia, nós beneficiamos 200 mil famílias em São Paulo, com o quê? Com urbanização, não só construção de moradias para quem mora em área de risco, que aí, sim, cabe a moradia, mas também com legalização da propriedade, com obras como saneamento, como asfaltamento, luz, água potável. Eu dei o dado antes. Heliópolis tinha 5% mais ou menos de água e esgoto, hoje tem mais de 90, isso é por toda a cidade nas regiões de mananciais, pode ir em lago azul, São Francisco, Paraisópolis, até escolas técnicas fizemos.

Nascimento: Muito obrigado. Terminada a última rodada de perguntas e respostas, agora cada candidato terá um minuto para fazer suas considerações finais. Pelo sorteio realizado na presença dos assessores, o primeiro a falar será o candidato Fernando Haddad.

Haddad: Eu gostaria de me dirigir a você, telespectador, internauta, cidadão de São Paulo. Fiz até aqui uma campanha propositiva, fui o primeiro candidato a apresentar um plano de governo com metas, que está disponível no meu portal, no portal da minha campanha, no dia treze de agosto, ou seja, antes do início do horário eleitoral gratuito para que você pudesse conhecer, me conhecer e conhecer meu plano de governo. Sempre fiz propostas, nunca ofendi ninguém, nunca ofendi o prefeito Kassab, nunca ofendi o candidato José Serra. Discuti a gestão. Discuti

a gestão porque é legítimo numa democracia nós discutirmos uma gestão que vem sendo avaliada pela população muito negativamente. é uma cidade que quer mudar e eu me apresento como candidato da mudança. Eu espero que no domingo eu possa contar com seu apoio para promover a grande transformação que São Paulo merece. Muito obrigado.

Nascimento: Muito obrigado. Agora José Serra com suas considerações finais.

Serra: No próximo domingo você decidirá, eu me apresentarei, como tenho me apresentado, de cabeça erguida, com orgulho de ser candidato a prefeito da minha cidade e com a consciência tranquila. Toda vida eu me dediquei à grave causa pública numa perspectiva: Resolver problemas econômicos sociais, e fiz isso ao longo da minha vida, com ficha limpa, ou seja, combinando realização com passado limpo, que é uma questão fundamental, inclusive para a cidade. Prefeito, não vou governar para patotas, para partidos, para grupos, não vou lotear a máquina da Prefeitura, não vai ter desempregado de mensalão no meu governo, aqueles que foram condenados não vão ter influência, não vai ter ninguém que ficou sem emprego porque foi condenado que virá para a Prefeitura porque eu considero essa questão da ética fundamental, nós não podemos deixá-la de lado, é realização com ética, com honestidade, com moral.

Nascimento: Muito obrigado. Nós estamos nesse momento chegando ao final do nosso debate. O SBT, o portal UOL, agradecem a presença de José Serra, Fernando Haddad, esperamos ter dado ao eleitor a oportunidade de esclarecer dúvidas e conhecer melhor os dois candidatos que disputam o segundo turno na Cidade de São Paulo.

ANEXO B – REPORTAGENS SELECIONADAS

FOLHA, Julho de 2012

Avaliação do trabalho no centro é positiva, diz governo do Estado

Secretária da Justiça defende ação policial na cracolândia; prefeitura nega subutilização de complexo de saúde

Um trabalho "extremamente positivo". Essa é a avaliação da secretária estadual da Justiça, Eloísa Arruda, sobre os seis meses da intensificação da presença da Polícia Militar na cracolândia.

No final de janeiro, Eloísa havia dito que a cracolândia tinha acabado. Na entrevista concedida anteontem, ela não repetiu a afirmação.

A secretária diz que os trunfos desse período foram a prisão de 489 pessoas e a internação de outras 775.

Sobre o fato de a ação da PM ter sido considerada "vexatória" pelo Ministério Público, Eloísa afirma que os policiais precisaram ser mais incisivos para garantir a segurança.

"A atuação dos traficantes não permitia mais o ingresso dos agentes", afirmou.

A secretária diz ainda que não houve quebra de confiança entre dependentes e agentes de saúde.

Admite, porém, que houve migração dos viciados para outras áreas.

"Nunca vimos a migração como algo negativo. Tiramos aquela pessoa do foco de assédio de traficantes e tivemos a oportunidade de abordá-la em outras regiões."

A opinião é a mesma de Rosângela Elias, coordenadora da área de Saúde Mental, Álcool e Drogas da Prefeitura de São Paulo.

Rosângela diz que o Complexo Prates não está subutilizado. Diz que nos últimos três meses foram feitos 5.000 atendimentos na AMA, espécie de pronto-socorro que é a porta de entrada para o tratamento -a capacidade é de 5.000/mês-, e que Centro de Atenção Psicossocial, onde o tratamento é feito, tem 467 pessoas cadastradas. Elas vão ao local de quatro vezes por semana a uma vez por mês.

Rosângela diz ainda que não é possível concluir que uma internação deve durar seis meses, como diz a Promotoria, pois o tratamento varia de pessoa para pessoa.

ESTADÃO, Agosto de 2012

Justiça proíbe expulsão de viciados da cracolândia, mas PM diz que nada muda

Polícia não pode promover 'procissão do crack' e outras ações que sejam 'vexatórias, degradantes ou desrespeitosas' contra dependentes

ADRIANA FERRAZ,

ARTUR RODRIGUES

A Polícia Militar de São Paulo está proibida pela Justiça de acuar, expulsar ou obrigar usuários de drogas a circularem contra sua vontade na região da cracolândia, no centro da capital. Concedida ontem por meio de liminar, a determinação é resultado de ação civil pública apresentada pelo Ministério Público Estadual para coibir a chamada "procissão do crack", revelada pelo Estado em 8 de janeiro, cinco dias após o início da ação. A multa diária em caso de descumprimento é de R\$ 10 mil.

A partir de agora, segundo ordem do juiz Emílio Migliano Neto, da 7.^a Vara da Fazenda Pública, a PM não pode promover "ações que ensejem situação vexatória, degradante ou desrespeitosa" contra os viciados nem os impeça de permanecer em via pública ou de se movimentar para outros espaços. Na prática, a abordagem só poderá ocorrer em caso de flagrante de consumo ou tráfico de drogas.

O governo estadual afirmou ontem, porém, que a liminar não interfere em nada na ação na cracolândia. "Se forem necessárias abordagens policiais diante de atitudes suspeitas, a polícia não tem como se furtar dessa atitude. Então não muda a atitude da Polícia Militar", afirmou a secretária de Estado da Justiça, Eloísa Arruda. "A polícia precisa realizar seu trabalho. Se ela se aproxima e a população se desloca de um lado para outro, a polícia não tem como impedir." O comandante-geral da PM, Roberval Ferreira França, foi na mesma linha: "A PM continuará com seu padrão de operações".

Para os promotores Arthur Pinto Filho, Eduardo Ferreira Valério, Luciana Bergamo e Maurício Ribeiro Lopes - autores da ação -, o trabalho mencionado pela secretária se mostrou totalmente fracassado. "A cracolândia está lá, não acabou. Basta circular pela região para perceber que tudo continua como antes. A realidade se impõe no caso. Então é melhor nos entendermos e propormos outra medida que possa dar certo", disse Arthur Filho, da Promotoria da Saúde. "Dependente de droga não pode ser tratado com violência, pancadaria. Não pode ser tocado por carros da polícia como zumbi e ficar zanzando", afirmou Maurício Lopes, da Promotoria da

Habituação e Urbanismo. Segundo ele, apesar de o poder público não estar inerte diante da situação, a logística do tráfico não foi atacada, como prometido. "Isso foi uma falácia dita no início para justificar a operação."

Novo inquérito. Enquanto aguardam o julgamento da ação, que pede indenização de R\$ 40 milhões ao Estado, promotores prometem investigar o modelo de abordagem e tratamento ofertado pelos agentes públicos. Ontem, foi instaurado inquérito civil para apurar responsabilidades individuais de comandantes da PM. Eles cogitam ainda encaminhar o processo à Procuradoria-Geral, caso envolva secretários estaduais e o governador Geraldo Alckmin (PSDB).

ESTADÃO, Janeiro de 2013

Estado quer 'mutirão' para internação involuntária de viciados da cracolândia

Governador anuncia início, em dez dias, de programa envolvendo psiquiatras, juízes e promotores para tirar dependentes do centro

BRUNO BOGHOSSIAN,

TIAGO DANTAS,

WILLIAM CARDOSO

Um ano após o início da operação na cracolândia, o governo do Estado de São Paulo vai fazer um "mutirão" para internações involuntárias de dependentes químicos que ficam nas ruas do centro da capital. A permissão de recolhimento será dada por um parente. A ideia é lançar o programa em dez dias, com apoio de psiquiatras, juízes, promotores e advogados.

O usuário de crack deverá ser levado por familiares ou agentes de saúde e assistência social para o Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod), na Rua Prates. Ali, psiquiatras vão avaliar se ele tem condições de decidir sozinho sobre o tratamento. Caso contrário, poderá ser internado, mesmo que se recuse a ficar no centro médico.

"É um trabalho de internação involuntária para casos mais graves, que comprometem a vida e a saúde das pessoas", afirmou ontem o governador Geraldo Alckmin (PSDB). "Já vai ter no Cratod o juiz, o promotor e o advogado. Estamos avançando (no combate ao crack)."

"A participação da Justiça e da OAB é justamente para evitar exageros. O objetivo do programa é garantir tratamento adequado para quem precisa e não tem condições de decidir sobre isso", diz o advogado Cid Vieira de Souza Filho, presidente da Comissão de Estudos sobre Educação

e Prevenção de Drogas da OAB-SP, que participa das discussões com o governo. Já o Ministério Público está em recesso e não foi possível encontrar promotores para comentar o caso.

A internação involuntária é prevista em lei desde 2001. De janeiro de 2009 a outubro do ano passado, o Município fez 303 internações involuntárias e compulsórias (determinadas pela Justiça), segundo a Secretaria Municipal de Saúde.

A ação será detalhada na próxima semana pelas Secretarias de Justiça, Desenvolvimento Social e Saúde. O governo ainda estuda, por exemplo, se a internação involuntária valerá somente para adultos ou também para menores de idade, como no Rio (veja acima).

Mas o desembargador Antônio Carlos Malheiros, responsável pela Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça, teme que o programa proposto pelo governo se transforme em política higienista. "Meu receio é de que isso seja uma desculpa para se fazer uma internação em massa na região."

No fim de 2011, Malheiros chegou a elaborar um projeto que previa a presença de juízes, promotores e médicos na cracolândia para avaliar os casos de internação. O plano não avançou por causa da ocupação da PM na região, há um ano.

Rotina. Na cracolândia, o consumo e o tráfico seguiam ontem normalmente, com mais de cem pessoas seguindo o "fluxo" - grupo onde se compra, vende e fuma a pedra. "Vai ter morte se tentarem tirar a gente daqui", afirmou um ex-atendente de uma loja de som da Rua Santa Ifigênia, de 33 anos, que disse consumir 20 pedras por dia. Ele falou que mantém contato esporádico com a família - o pai trabalha com frutas e legumes no Mercado Municipal.

Os usuários estavam concentrados ontem, às 15h, na Rua Dino Bueno. Em determinado momento, uma viatura da PM se aproximou e espalhou a multidão, que se reagrupou depois, como ocorre rotineiramente.

FOLHA, Abril de 2013

3 meses após início de ação para internações cracolândia está cheia

Fluxo de viciados continua intenso na região central; para desembargador falta de estrutura atrapalha o programa

Coordenador do plantão judicial, Antônio Carlos Malheiros diz que faltam vagas e equipes para lidar com surtos

GIBA BERGAMIM JR.

O jovem de 16 anos acende o cigarro de maconha no quintal de casa, na frente do pai. "Melhor aqui do que fumando crack na rua", diz o desempregado Samuel de Paula, 45, morador de Itapevi, na Grande São Paulo.

Com os dedos queimados pelo acender de cachimbos, o filho dele fugiu após 18 dias de internação. O adolescente é um dos 590 internados após o início do plantão judiciário para atendimento a dependentes químicos no Bom Retiro (centro).

O programa, iniciado há três meses não conseguiu amenizar o fluxo da chamada cracolândia, que segue apinhada de dependentes.

Com sede no Cratod (Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas) do Estado, a iniciativa sofre com problemas estruturais, segundo juízes que atuam ali desde 21 de janeiro.

Demora para conseguir vagas, falta de ambulâncias para transportar dependentes e de equipes para lidar com viciados em surto foram algumas das falhas detectadas pelo desembargador Antônio Carlos Malheiros.

"As vagas faltam, sim. Acabam aparecendo depois que o Judiciário determina o aparecimento", disse Malheiros. "Com essa demanda terrível tem que se reestruturar para ser mais ágil. A falta de estrutura é uma marca da Saúde de forma geral", afirmou.

A alta demanda gerou casos de falta de vagas, segundo Malheiros. "Teve uma mãe que me procurou e disse que estava havia quatro dias ali esperando que o filho, numa maca, fosse internado. Imediatamente subi e pedi ao juiz que determinasse e a vaga saiu", disse o desembargador, que coordena o plantão.

O plantão judicial foi criado para agilizar internações. Nos três meses, houve 177 processos para isso --nem toda a internação necessita da intervenção direta da Justiça.

A presença do juiz serve, por exemplo, para que se determine a internação compulsória, que ocorre contra a vontade do dependente e independe do aval da família.

Nos três meses, 3.295 pessoas foram atendidas no centro, que se transformou numa espécie de pronto-socorro de dependentes e seus parentes em busca de ajuda.

A medida foi criada um ano depois da ação policial na cracolândia para coibir o tráfico e incentivar usuários a buscar tratamento. O tráfico persiste e os dependentes estão espalhados pelas ruas.

Apenas uma pessoa foi internada por medida judicial. Nas demais, ou o dependente aceitou o tratamento ou a internação ocorreu de forma involuntária -- quando a família autoriza mediante indicação de um psiquiatra.

À FORÇA

No caso do filho de Samuel de Paula, ele mesmo agarrou o jovem de 16 anos pelo braço e o levou à força até o Cratod, no dia 21 de janeiro.

O desempregado havia acabado de flagrar o rapaz vendendo crack na rua Dino Bueno, região da cracolândia.

O garoto fugiu pela porta da frente após ficar 19 dias no hospital psiquiátrico Pinel (Pirituba). "Aqui o protejo. Deixo ele fumar para não ser extorquido nem aliciado ou que o matem na rua. Do portão para dentro, eu sou a polícia".

Depois da fuga, o rapaz voltou para casa. "Me disseram que se quisesse poderia sair. Passei pelo porteiro e vim embora", disse o jovem. "Lá só tomava remédio e ficava trancado. Não tinha atividade quase", disse ele, que parou de estudar na 5ª série e tem passagens pela Fundação Casa.

Segundo o pai, o garoto voltou para casa sozinho de trem. "Mas e agora? Se o Estado não foi capaz de retê-lo até o fim do tratamento, vou ficar numa loteria, sem saber o que fazer".

FOLHA, Julho de 2016

Maioria apoia, mas vê baixa eficácia em plano de Haddad na cracolândia

GIBA BERGAMIM JR.

Embora dois em cada três paulistanos sejam a favor do programa da gestão Fernando Haddad (PT) voltado a usuários de drogas na cracolândia, região degradada do centro de São Paulo, só 21% acreditam que a medida é muito eficiente para recuperar dependentes químicos.

Para a maioria da população, a estratégia tem baixa ou nenhuma eficácia—45% acham um pouco eficiente, e 27%, nada eficiente, a proposta do "De Braços Abertos", que prevê vagas em hotéis, refeições e remuneração diária de R\$ 15 a usuários de crack que participam de frentes de trabalho de varrição.

Mesmo assim, 69% dos paulistanos afirmam ser a favor dessa iniciativa (e 22% são contra), conforme dados de pesquisa Datafolha.

O instituto fez 1.092 entrevistas nos dias 12 e 13 deste mês, e a margem de erro da pesquisa é de três pontos para mais ou para menos.

O levantamento também revelou que só 14% dos moradores de São Paulo aprovam a gestão de Haddad, número mais baixo do mandato. Outros 48% dizem considerar ruim ou péssima a administração do prefeito, que vai tentar a reeleição.

JOVENS

O "De Braços Abertos" é conhecido por 58% da população, segundo a pesquisa. A maior aprovação é entre os mais jovens –35% dos entrevistados entre 16 e 24 anos acham esse método muito eficiente. Já entre os mais velhos (com 60 anos ou mais), só 15% têm essa percepção.

O programa de Haddad gerou polêmica desde a sua implementação, em 2014, ao defender um conceito de redução de danos –diminuição gradativa do consumo de drogas–, e não de internação dos dependentes químicos.

O modelo reverteu a proposta majoritária até então, que buscava convencer dependentes à internação. Assim que assumiu, Haddad encerrou todos os contratos com unidades terapêuticas de internação, recebendo críticas.

A ideia do "De Braços Abertos" é que, com a nova renda, os dependentes químicos possam melhorar a qualidade de vida e diminuir a utilização da droga. Os críticos afirmam que, na prática, a verba é usada para comprar mais crack e que, em casos graves, não é possível uma reinserção social antes de haver uma desintoxicação.

Desde 2014, a quantidade de dependentes no programa soma cerca de 500 –muitos instalados na Luz, próximos ao fluxo de usuários de crack.

'FAVELINHA'

A filosofia do programa de Haddad é oposta ao do programa estadual, batizado de Recomeço, que visa a abstinência com internação ou tratamento ambulatorial.

Nos últimos quatro anos, agentes de saúde do município tentaram, sem sucesso, dar fim à chamada "favelinha" da cracolândia –barracas montadas na rua para esconder o tráfico sob as lonas.

A prefeitura reclamou da falta de combate ao tráfico por parte da polícia, que, por sua vez, atribuiu responsabilidade à questão social.

ESTADÃO, Setembro de 2016

Prefeitura muda ação na Cracolândia e aumenta participação da Guarda Civil

Gestão Haddad criará inspetoria da GCM com 250 homens, que vão trabalhar durante 24h em 60 ruas da região da Luz. Secretário diz que Estado foi avisado, mas Segurança nega

JULIANA DIÓGENES

O Programa De Braços Abertos, criado em 2014 pela Prefeitura para acolhimento e tratamento de frequentadores da Cracolândia, na região da Luz, centro da capital, vai sofrer mudanças. A ideia é que a segurança urbana de todo o bairro seja reforçada, com a criação de uma inspetoria de redução de danos e a ampliação da atuação da Guarda Civil Metropolitana (GCM): o patrulhamento vai passar das atuais 14 ruas para 60 vias, com 250 homens, durante 24 horas.

O inspetor-chefe da nova inspetoria de redução de danos da GCM, Elizeu Delfino de Oliveira, ganhará um posto na coordenação do De Braços Abertos, junto com os secretários de Segurança Urbana, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos e Trabalho. Está prevista a publicação de uma portaria na sexta-feira, delimitando o perímetro de atuação dessa unidade, que agora cuidará também das regiões da Praça Princesa Isabel e da Avenida Rio Branco.

De acordo com o secretário municipal da Segurança Urbana, Benedito Mariano, os guardas – que são voluntários – já passaram por formação em políticas de redução de danos e mediação de conflitos. Os homens entraram em ação em agosto. Oficialmente, no entanto, a Prefeitura lança a inspetoria no dia 16, com a inauguração da base localizada na Alameda Dino Bueno, a quatro quadras do “fluxo”, como é chamada a região de concentração de usuários de crack. O efetivo terá ainda um ônibus próprio, além de carros e motocicletas. Com a nova unidade, a administração municipal promete que todo o bairro terá policiamento comunitário.

“A inspetoria qualifica a presença da GCM na região. A situação dos guardas-civis no entorno da Cracolândia era totalmente improvisada”, admite Mariano. Segundo ele, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, que também atua na região, já foi comunicada sobre as mudanças de atuação da GCM na Cracolândia. “É evidente que (a Segurança) sabe. Eu disse sobre essa perspectiva de criação. Não vamos substituir o papel do Estado.”

Em nota, a Secretaria da Segurança nega que tenha sido comunicada das mudanças e diz que a Polícia Militar “mantém seu efetivo com mais de 150 policiais, que contam com mais de dez viaturas, entre elas bases comunitárias, base móvel, viaturas de quatro rodas e motocicletas, que atuam 24 horas” na região.

Folgas. Com a nova inspetoria, Mariano explica que serão resolvidos problemas de insatisfação de alguns guardas-civis, que se queixavam quando eram realocados de outras regiões da capital para a Cracolândia. “Alguns gostam; outros, não.”

Os 250 guardas-civis também vão poder atuar durante as folgas na região da Luz, em uma espécie de Operação Delegada da GCM. Fora do horário de trabalho, o guarda que quiser terá o direito de fazer uma Diária Especial de Atividade Complementar (DEAC), com remuneração de aproximadamente R\$ 180.

Eleições. Para o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo da Rua, a iniciativa causa estranhamento. “É uma proposta extemporânea, a um mês do primeiro turno das eleições. Por que agora? Por que só na Luz? E nas outras 29 cracolândias da cidade, quem vai fazer a redução de danos? Me parece que é mais um enfeite de vitrine”, disse.

O padre afirma que a população de rua tem problemas graves com os homens da Guarda Civil Metropolitana que, segundo Lancellotti, são considerados agressivos pelos moradores de rua. “A população da Cracolândia tem a visão de pessoas truculentas na guarda. As pessoas daquela região têm muitos conflitos com a GCM.”

Para Iézio Silva, presidente da Associação de Moradores e Comerciantes dos Campos Elísios, a criação da nova inspetoria também foi motivada pelo ano eleitoral. “Acredito que só fizeram agora porque é ano de eleição e todo prefeito quer mostrar que fez alguma coisa. Por isso esse interesse agora. Não fez em quatro anos e agora quer fazer no final do ano. É interesse eleitoral”, afirma. Mesmo assim, na opinião de Silva, o policiamento comunitário na Luz tende a melhorar a segurança nos bairros próximos.

A Prefeitura não quis comentar as declarações.

FOLHA, Janeiro de 2017

Programa de Doria na cracolândia prevê emprego de R\$ 1.800 a viciados

ANGELA PINHO

DE SÃO PAULO

EDUARDO SCOLESE

Batizado de Redenção, o novo programa do prefeito João Doria (PSDB) para a cracolândia vai acabar com a remuneração de dependentes por serviços pagos pela prefeitura, como varrição, e oferecerá vagas de trabalho em empresas privadas, com salários de R\$ 1.800.

O conjunto de ações do tucano incluirá medidas tanto do Braços Abertos, programa do ex-prefeito Fernando Haddad (PT), como do Recomeço, do governo Geraldo Alckmin (PSDB).

Pelo Braços Abertos, os beneficiários têm acesso a moradia em hotéis e vagas em serviços como varrição e jardinagem. Por cada dia trabalhado, recebem R\$ 15 –o que pode somar até R\$ 300 em um mês, mas menos se o funcionário faltar um ou mais dias.

De acordo com balanço de dezembro da prefeitura, 320 dos beneficiários do Braços Abertos trabalhavam nessas atividades e 22, em empregos formais. O objetivo do programa é o dependente diminuir o uso da droga e ganhar mais autonomia.

Já o Recomeço tem o objetivo de afastar o viciado da droga. Para isso, trabalha com o isolamento em comunidades terapêuticas ou internações, que podem ser involuntárias.

CENSO

O Redenção, de Doria, irá usar ações dos dois programas. As medidas para cada usuário serão definidas após a realização de um censo na cracolândia.

Nos casos mais graves, que incluem doenças mentais severas, o paciente será encaminhado a internação.

Em outras situações, serão oferecidas vagas de trabalho em empresas privadas, por salários de R\$ 1.800. Algumas, do setor de limpeza, por exemplo, já demonstraram interesse em receber integrantes do programa.

O Redenção também vai ofertar moradia aos usuários. Eles serão levados a comunidades terapêuticas ou hotéis fora da área da cracolândia. Também será apresentada a possibilidade de encaminhamento do usuário ao seu local de origem, como bairros de São Paulo ou outras cidades.

O desafio será o procedimento em relação aos que não quiserem sair da região. Ainda não há definição sobre o que será feito nesses casos.

A ideia de afastar os viciados do tráfico na área da cracolândia também tinha começado a ser implantada pela gestão Haddad.

A adoção de princípios do Braços Abertos pela gestão Doria ocorre após uma campanha eleitoral em que o tucano prometeu extinguir o programa de Haddad.

"Nós vamos acabar com o programa Braços Abertos", declarou em entrevista o então candidato.

"Aquilo não é um programa que pode ser considerado minimamente humanitário, um programa clínico adequado para atender os psicod dependentes."

Na corrida à prefeitura, o tucano prometeu atuar na região apenas com o Recomeço, de Alckmin, seu principal cabo eleitoral.

Após a eleição, a equipe de Doria passou a admitir a adoção de princípios do Braços Abertos, como a moradia e a inserção profissional.

ESTADÃO, Março de 2017

Promessas ficam de fora do programa de metas de Doria

Mesmo em linhas de ação não há contratação de médico, escola integral nem fim da Cracolândia

Adriana Ferraz

Fabio Leite

A gestão do prefeito João Doria (PSDB) não transformou em metas de governo uma série de promessas feitas pelo tucano durante e depois das eleições. Na lista de propostas não incluídas no plano divulgado nesta quinta-feira, 30, estão, por exemplo, a contratação de 800 médicos e a ampliação de escolas em tempo integral.

Ao todo, o plano de Doria contém 50 metas, mas cada uma é acompanhada de projetos e ações necessários para atingi-las até 2020, como construir 40 creches e entregar 6 postos de saúde. Mas, mesmo em suas ações secundárias, o programa deixa de lado promessas feitas pelo prefeito em 2016.

No caso da contratação de 800 médicos, por exemplo, que Doria prometeu em programa na TV, o plano lista como ação “implantar novas equipes de atenção básica com médicos clínico-geral, ginecologista e pediatra” dentro da meta de “aumentar a cobertura da atenção primária à saúde para 70% na cidade”. Não há menção de quantos profissionais serão contratados em quatro anos.

O mesmo ocorre na área de drenagem, na qual Doria prometeu construir 30 piscinões, mas agora definiu como meta “reduzir em 15% as áreas inundáveis da cidade” e como ação “elaborar projetos de obras prioritárias de controle de cheias”.

Na área de transportes, Doria prometeu depois de eleito, em outubro, implementar o Rapidão, um corredor de ônibus BRT (Bus Rapid Transit) ainda em 2017. Agora, a ação prevista é implementar um “piloto” por meio de parceria com o setor privado, dentro de uma meta mais ampla, que é “aumentar em 7% o uso do transporte público em São Paulo”.

Até promessas mais recentes, como acabar com a Cracolândia, ficaram de fora do programa oficial. Não há meta relacionada ao tratamento de usuários de drogas, apenas “valorização do centro da cidade”, que tem como uma das ações “desenvolver projeto de requalificação da Cracolândia”.

Na Educação, o plano também não faz menção à ampliação do ensino em tempo integral, prometida pelo prefeito. Já a promessa de zerar a fila da creche em um ano deu lugar à meta de “expandir em 30%” o número de vagas. Pela conta, serão criadas 85 mil vagas, o suficiente para cobrir o déficit registrado no fim de 2016, de 66 mil. Mas não há prazo de execução.

O secretário de Gestão, Paulo Uebel, argumenta que a gestão Doria “mudou o conceito de meta” após estudar os planos das dez melhores cidades para se viver, como Zurique, na Suíça. “Entendemos que a meta não poderia ser uma obra porque ela não é o fim em si mesma, mas o meio para atingir o fim.”

Ele disse que as promessas foram “rediscutidas” após a eleição porque Doria não tinha conhecimento desse conceito à época da campanha nem informações sobre a situação financeira da Prefeitura. “Quando você vê os números, conhece a realidade e tem acesso ao corpo técnico, é natural que percepção fique muito mais profunda.”

Algumas ações, como criar o prêmio “Nota do Milhão” para quem pede a nota fiscal e acabar com a versão impressa do Diário Oficial já foram cumpridas.